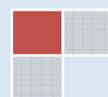


**AVALIAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DA
PROVÍNCIA DE INHAMBANE – PEP 2000-2009**



RELATÓRIO FINAL



Equipa técnica

Prof. Doutor Cardoso T. Muendane, Team líder

Dra. Mariamo A. Abdula

Dr. Gabriel A. Langa

Dr. Adão Manuel

Dr. Francisco Cabo

Índice Geral

SUMÁRIO EXECUTIVO	ix
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. METODOLOGIA.....	2
2.1 Metodologia do Inquérito.....	3
2.1.1 Tipos de Questionários e Formação dos Inquiridores.....	3
2.1.2 Desenho da Amostra.....	3
2.1.3 Cobertura da Amostra.....	4
2.1.4 Características Demográficas dos Inquiridos.....	5
2.1.5 Ocupação dos Inquiridos.....	6
2.2 Metodologia do Cálculo do Grau de Cumprimento.....	7
3. PROVÍNCIA DE INHAMBANE.....	9
3.1 Características Gerais.....	9
3.2 Saúde e Educação.....	9
3.3 Produção de Bens e Serviços	10
3.3.1 Agricultura	10
3.3.2 Indústria	11
3.3.3 Energia Eléctrica.....	12
3.4 Comparando Inhambane e o resto do País	12
3.4.1 População.....	12
3.4.2 Índice de Desenvolvimento Humano.....	14
3.4.3 Desemprego	15
4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO PEP 2000-2009.....	18
4.1 Pobreza e Bem-Estar	18
4.1.1 Avaliação do Pilar de Pobreza e o Bem-Estar	19
4.1.2 Resumo da Avaliação do Pilar da Pobreza e Bem-Estar	27
4.2 Desenvolvimento Económico	29
4.2.1 Avaliação do Pilar de Desenvolvimento Económico.....	30
4.2.2 Resumo da Avaliação do Pilar de Desenvolvimento Económico.....	36
4.3 Segurança Alimentar.....	37
4.3.1 Avaliação do Pilar de Segurança Alimentar	38
4.3.2 Resumo da Avaliação do Pilar de Segurança Alimentar	47
4.4 Infra-Estrutura Técnica	49
4.4.1 Análise do pilar de Infra-estrutura Técnica	50
4.4.2 Balanço geral do cumprimento do pilar de Infra-estrutura técnica.....	65
4.5 Desenvolvimento Humano.....	66
4.5.1 Avaliação do Pilar de Desenvolvimento Humano	67
4.5.2 Resumo de Avaliação do Pilar de Desenvolvimento Humano	75
4.6 HIV/SIDA	78
4.6.1 Análise do cumprimento do pilar de HIV/SIDA	78
4.6.2 Resumo da Avaliação do Pilar de HIV/SIDA.....	83
4.7 Meio - Ambiente	85

4.7.1	Análise do cumprimento do pilar de Meio-Ambiente	86
4.7.2	Resumo da Avaliação do pilar de Meio Ambiente	91
4.8	Governança.....	93
4.8.1	Avaliação do Pilar de Governança.....	94
4.8.2	Resumo da Avaliação do Pilar de Governança.....	101
4.9	Participação e Empoderamento.....	103
4.9.1	Avaliação do Pilar de Participação e Empoderamento.....	103
4.9.2	Resumo da Avaliação do Pilar de Participação e Empoderamento.....	109
5	CONCLUSÕES.....	112
6	RECOMENDAÇÕES.....	113
7	ANEXOS.....	115
7.1	Actividades Estratégicas e Fontes por cada Pilar do PEP.....	115
7.1.1	Pobreza e Bem-Estar.....	115
7.1.2	Desenvolvimento Económico.....	115
7.1.3	Segurança Alimentar.....	116
7.1.4	Infra-estrutura Técnica.....	117
7.1.5	Desenvolvimento Humano.....	118
7.1.6	HIV/SIDA.....	118
7.1.7	Meio-Anbiente.....	119
7.1.8	Governança.....	120
7.1.9	Participação e Empoderamento.....	121
7.2	Organização do Trabalho de Campo do Inquérito.....	121
7.2.1	Responsabilidades dos Agentes.....	122
7.2.2	Treinamento dos Inquiridores.....	122
7.2.3	Recolha de Dados dos Elegíveis de Cada Sexo.....	123
7.2.4	Processamento de Dados.....	123
7.2.5	Controle de Qualidade.....	124
7.2.6	Dificuldades Encontradas e como Foram Superadas.....	124
7.3	Quadros Diversos.....	125
8	REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	131

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.	Amostra.....	4
Quadro 2.	Taxa de Cobertura da amostra por Distrito.....	4
Quadro 3.	Alguns Indicadores de Saúde.....	13
Quadro 4.	Segurança social na Província.....	15
Quadro 5.	Promoção do emprego.....	23
Quadro 6.	Evolução das receitas – Província de Inhambane.....	31
Quadro 7.	Unidade de Processamento.....	34
Quadro 8.	Ramos de actividade.....	35
Quadro 9.	Instituições Financeiras.....	35
Quadro 10.	Número de Extensionistas por Distrito.....	40
Quadro 11.	Comités comunitários de gestão de risco de calamidades.....	41
Quadro 12.	Apoio às famílias e instituições afectadas.....	42
Quadro 13.	Reassentamento.....	42
Quadro 14.	Distribuição de produtos alimentares.....	43
Quadro 15.	Produção florestal (U/M m ³).....	44

Quadro 16. Comercialização Agrícola (t).....	44
Quadro 17. Evolução dos Indicadores de Produção Pesqueira	45
Quadro 18. Carnes Produzidas	46
Quadro 19. Extensão das estradas e pontes da província em 2004 e 2008	51
Quadro 20. Manutenção e Reabilitação de Estradas	52
Quadro 21. Manutenção de Estradas Urbanas	52
Quadro 22. Evolução do quadro geral da desminagem na província de Inhambane.....	53
Quadro 23. Energias novas e renováveis	55
Quadro 24. Cobertura de Abastecimento de água Rural da Província	59
Quadro 25. Evolução de cobertura de água urbana.....	60
Quadro 26. Distribuição de Computadores por Distritos.....	64
Quadro 27. Relação habitante/médico	71
Quadro 28. Relação de capacitação do pessoal Comunitário na Província	72
Quadro 29. Programas de Educação Cívica e outras Acções Preventivas do Núcleo	80
Quadro 30. Preservativos Distribuídos entre 2005 a 2009.....	81
Quadro 31. Projectos submetidos e projectos aprovados.....	85
Quadro 32. Número de plantas lançadas por local cada ano.....	86
Quadro 33. Resumo das principais actividades da educação ambiental	88
Quadro 34. Planos de Urbanização	89
Quadro 35. Tabela Operativa de 2000-2009.....	100
Quadro 36. Áreas de Intervenção das Associações na Província de Inhambane	107
Quadro 37: Resumo da Avaliação do PEP por Pilares	112
Quadro 38. Incidência das doenças mais frequentes no período entre 2000-2009.....	125
Quadro 39. Distribuição de Unidades Sanitárias por Distritos e sua Evolução Anual	125
Quadro 40. Evolução da rede escolar por níveis – 2000 -2009.....	126
Quadro 41. Evolução das Taxas de participação da Rapariga 2000-2008.....	126
Quadro 42. Associações Registadas	126
Quadro 43. Resumo dos tribunais Comunitários distribuídos em diversas Localidades e Bairros.	128
Quadro 44. Informação do sector hidráulico.....	128
Quadro 45. Pedidos de DUAT (2000-2009)	129
Quadro 46. Terrenos Demarcados.....	129
Quadro 47. Pessoas Entrevistadas	130

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Estado civil dos Inquiridos	5
Gráfico 2. Nível de Escolaridade dos Inquiridos	6
Gráfico 3. Ocupação dos Inquiridos.....	6
Gráfico 4. Produção Agrícola de Inhambane (2008).....	10
Gráfico 5. Produção da Indústria Transformadora (2008).....	11
Gráfico 6. Exportações da Indústria Transformadora (2000-2009) em toneladas	11
Gráfico 7. Consumidores de Energia Eléctrica (2008).....	12
Gráfico 8. Escolas Públicas de Inhambane vs País (%).....	12
Gráfico 9. Indicadores de Crianças com menos de 5 anos.....	13
Gráfico 10. Índice de Desenvolvimento Humano de Inhambane (2004-2007).....	14
Gráfico 11. Índice de Desenvolvimento Humana de Inhambane vs País (2007).....	14
Gráfico 12. Desemprego de Inhambane vs País (2005-2008).....	15
Gráfico 13. Percepção do nível de vida Individual e da Comunidade.....	20
Gráfico 14. Percepção da Mudança de Nível de Vida Individual e da Comunidade	20
Gráfico 15. Números de pessoas beneficiárias de recursos financeiros de OIIL 2006-2009.....	22
Gráfico 16. Assistência Directa à Criança	24

Gráfico 17. Assistência Social Directa na Área de PPDs	25
Gráfico 18. Protecção e Assistência Social.....	25
Gráfico 19. Índice do PIB de Inhambane	30
Gráfico 20. Índice da Contribuição do PIB em Moçambique.....	31
Gráfico 21. Percepção do sector privado sobre o atendimento por parte das instituições públicas	32
Gráfico 22. Familiarização dos Empresários com os Regulamentos do Estado na Área Empresarial	33
Gráfico 23. Familiarização dos Empresários sobre os Direitos e Obrigações do Governo	34
Gráfico 24. Produção de Carne (t).....	46
Gráfico 25. Percepção do Melhoramento de Infra-estruturas nos últimos quatro anos.....	64
Gráfico 26. Evolução da Malária e da Diarreia.....	68
Gráfico 27. Evolução da Malária e da Diarreia.....	68
Gráfico 28. Taxa de Mortalidade Infantil de 2000 a 2008.....	69
Gráfico 29. Mortalidade Materna Intra-hospitalar – 2000-2009	69
Gráfico 30. Rede Sanitária nos Distritos de Funhalouro, Mabote e Panda.....	70
Gráfico 31. Variação da Taxa de Analfabetismo – Província de Inhambane (2000-2008)	73
Gráfico 32. Taxa bruta de escolarização por níveis de ensino: 2000-2009	74
Gráfico 33. Evolução da Taxa de Participação da Rapariga no EP1, EP2 e ESG1	75
Gráfico 34. Percepção dos Cidadãos sobre a Evolução da Corrupção	94
Gráfico 35. Percepção dos cidadãos sobre a corrupção na província de Inhambane	95
Gráfico 36. Acesso à Informação nos Serviços Públicos	98
Gráfico 37. Percepção dos Cidadãos sobre a importância dos Conselhos Consultivos.....	105
Gráfico 38. Confiança dos Cidadãos aos membros dos conselhos Consultivos	105
Gráfico 39. Respeito das Administrações Distritais às Decisões dos Conselhos Consultivos.....	106
Gráfico 40. Confiança dos Cidadãos aos Agentes ou Instituições Públicas	106
Gráfico 41. Constrangimentos à Legalização das associações	108

ÍNDICE DAS IMAGENS

Imagem 1: Edifício do Conselho Municipal de Inhambane.....	xi
Imagem 2: Mapa da Província de Inhambane.....	8
Imagem 3: Praia da Barra - Inhambane	17
Imagem 4: Coqueiro – Inhambane	111
Imagem 5: Pescadores - Inhambane	114

ABREVIATURAS

<i>Abreviatura</i>	<i>Descrição</i>
AEs	Áreas de Enumeração
BAU	Balcão de Atendimento Único
BCI	Banco Comercial Internacional
BIM	Banco Internacional de Moçambique
CAVs	Centro de Apoio a Velhice
CDVs	Conselho e Despistagem voluntaria
DPPF	Direcção Provincial de Plano e Finanças
DPIC	Direcção Provincial de Indústria e Comércio
DPCAI	Direcção Provincial de Construção e Águas de Inhambane
DPMAS	Direcção Provincial da Mulher e Acção Social
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento de Terra
EP1-2	Escola Primária de Nível 1 – 2
FARE	Fundo de Apoio à Reabilitação Económica
FOPROI	Fórum Provincial das Organizações de Inhambane
G20	Plataforma das Organizações da Sociedade Civil em Moçambique
GWH	Gigawatt/hora
HCB	Hidroeléctrica de Cabora Bassa
HIV/SIDA	Vírus Humano de Imunidade Síndrome de Imuno Deficiência Adquirida
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IAF	Inquérito aos Agregados Familiares
INE	Instituto Nacional de Estatística
INFP	Instituto Nacional de Formação Profissional
IRPC	Imposto sobre o Rendimento da Pessoa Colectiva
IRPS	Imposto sobre o Rendimento da Pessoa Singular
IRTA	Imposto sobre o Rendimento AGRICOLA
IRT	Imposto sobre o Rendimento do Trabalho
IVA	Imposto sobre o Valor Absoluto
MINAG/DPA	Ministério de Agricultura/Direcção Provincial de Agricultura
MISAU	Ministério da Saúde
NPCHIV	Núcleo Provincial do Combate ao HIV-SIDA
OIL	Orçamento de Iniciativa Local
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PEP	Plano Estratégico Provincial
PIB	Produto Interno Bruto
PQG	Plano Quinquenal do Governo
PPD's	Pessoas Portadoras de Deficiências
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SOCREMO	Sociedade de Crédito Moçambicano
SIDA	Síndrome de Imuno Deficiência Adquirida
TER	Taxa de Escolarização da Rapariga
UN	United Nations (Nações Unidas)
UPAs	Unidades Primárias de Amostragem

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório constitui a avaliação do Plano Estratégico da Província de Inhambane relativo ao período de 2000-2009 e foi realizado pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane da Universidade Eduardo Mondlane como resposta ao pedido realizado pelo Governo da Província de Inhambane.

Para a realização do trabalho foi aplicado um inquérito às comunidades que abrangeu cerca de 1.800 pessoas, entrevistas à sociedade civil, ao sector empresarial e ao sector público, para além da consulta documental.

Durante o período em análise, a Província de Inhambane registou um crescimento significativo tanto sob o ponto de vista económico como sob o ponto de vista social. O IDH cresceu de 0,47 em 2004 para 0,513 em 2007, enquanto o crescimento médio nacional foi de 0,377 a 0,407, no mesmo período. Embora a população da província corresponda a cerca de 7% da população nacional, o peso do ensino técnico em Inhambane representa 18% do ensino ao nível nacional. Inhambane possui 8% das instalações sanitárias do país e de 1997 a 2007, a taxa bruta de mortalidade reduziu de 20 para 19 e a taxa de analfabetismo de 54% para 42%.

Contudo, a província enfrenta alguns desafios: cerca de 36% das crianças com menos de 5 anos sofrem de desnutrição crónica e cerca de 12% das crianças registam insuficiência de peso. De 2004 a 2008, o desemprego cresceu de 2.137 a 10.074.

Relativamente ao PEP 2000-2009, de um modo geral, o Governo apresenta um grau de cumprimento positivo, na ordem dos 87,1%, o que pode ser considerado **MUITO BOM**.

Rubrica	Grau de Cumprimento
Pobreza e Bem-Estar	87,2%
Desenvolvimento Económico	105,3%
Segurança Alimentar	100,0%
Infra-estrutura Técnica	87,2%
Desenvolvimento Humano	74,0%
HIV/SIDA	75,0%
Meio-Ambiente	75,0%
Governança	100,0%
Participação e Empoderamento	80,0%
Média	87,1%

Os desvios (positivos e negativos) apresentados, durante o período, justificam-se por factores emergentes, que podem ser classificados em dois tipos:

1. Constrangimentos:

- Crise financeira mundial
- Crise internacional de cereais e de combustíveis;
- Calamidades naturais, como por exemplo, as cheias de 2000.

2. Intervenção do Governo:

- Aprofundamento da reforma do sector público e, em particular, a descentralização, sobretudo, nas áreas de gestão de recursos humanos e financeiros para o nível distrital;
- Aprovação da Estratégia de Desenvolvimento Rural;
- Aprovação da Revolução Verde.

Para além do desvio negativo, no sentido de tarefas programadas e não realizadas, verificou-se também o caso de tarefas em que não foi possível avaliar devido a falhas na definição das actividades. A dinâmica de desenvolvimento levou a que algumas tarefas não previstas no PEP tivessem sido realizadas.

Na avaliação do PEP foram encontradas algumas dificuldades decorrentes da ausência de indicadores mensuráveis em alguns objectivos específicos e da falta de conciliação entre o PEP e os planos sectoriais do Governo.

Como recomendações principais para a elaboração do futuro plano estratégico da província, destacam-se as seguintes:

- 1) Os objectivos estratégicos devem ser simples, desafiantes, mensuráveis, atingíveis e relevantes; devem possuir metas, prazos e baseline, ou seja, indicar o ponto de referência;
- 2) As actividades devem possuir indicadores claros e igualmente mensuráveis e parte deles poderão ser identificados no PARPA;
- 3) As metas criadas para cada objectivo devem ter em conta os vários níveis de complexidade que o referido objectivo apresenta;
- 4) Deve-se compatibilizar objectivos do Plano Estratégico com os objectivos dos vários sectores que irão implementar o referido plano;
- 5) Deve haver uma divulgação ampla dos objectivos estratégicos inerentes a cada sector;
- 6) Nos balanços das instituições, devem vir patente as justificações inerentes aos eventuais desvios que podem ocorrer para cada objectivo estratégico, seja do ponto de vista positivo ou negativo;
- 7) Deve-se proceder à capacitação técnica dos distritos sobre a matéria de planificação;
- 8) No Plano Estratégico 2010-2014, deve-se incorporar os novos parâmetros de indicadores dos diversos organismos do Governo.

Imagem 1: Edifício do Conselho Municipal de Inhambane



1. INTRODUÇÃO

O Governo da Província de Inhambane aprovou em 2000 o seu Plano Estratégico Provincial (PEP), com um prazo de 10 anos, ou seja, de 2000 a 2009. O objectivo principal do PEP é a redução da incidência da pobreza absoluta de 82.6%, registado em 1997, para 50.0% em 2010. Para além do objectivo geral foram definidos objectivos específicos e as respectivas metas. Passados nove anos de sua implementação e considerando o fim do Plano Quinquenal do Governo (PQG) 2005-2009, verificou-se a necessidade da avaliação do PEP, de modo a aferir o seu grau de cumprimento e servir de base para a preparação do PEP-II a ser lançado em 2010. A avaliação foi feita com base em cada um dos pilares previstos no próprio PEP:

1. Pobreza e Bem-Estar
2. Desenvolvimento Económico
3. Segurança Alimentar
4. Infra-estrutura Técnica
5. Desenvolvimento Humano
6. HIV/SIDA
7. Meio-Ambiente
8. Governação
9. Participação e Empoderamento

Para além dos objectivos estratégicos previstos no PEP, outros factores emergiram durante o período e mereceram análise:

1. Aprofundamento da reforma do sector público e, em particular, a descentralização, sobretudo, nas áreas de gestão de recursos humanos e financeiros para o nível distrital;
2. Aprovação da Estratégia de Desenvolvimento Rural;
3. Crise financeira internacional e o seu impacto em Moçambique;
4. Crise de cereais e a adopção oficial da Revolução Verde em Moçambique; e
5. Calamidades naturais e o esforço da mitigação dos seus efeitos tanto pelo Governo Central como pelo Governo Provincial.

O primeiro draft foi apresentado na sessão do Governo da Província em Novembro de 2009, o qual teceu importantes recomendações para a melhoria do documento e decidiu uma prorrogação do prazo de modo a haver uma melhor consulta à sociedade civil. Em 11 de Fevereiro de 2010 foi realizado um workshop com a sociedade civil onde participaram 54 pessoas entre administradores dos distritos, dirigentes a nível da província, empresários, representantes de ONGs e outros convidados, conforme lista em anexo 2. O workshop foi aberto oficialmente pela Sra. Secretária Provincial. O relatório final foi aprovado pelo Governo da Província na sua sessão de 30 de Junho de 2010.

2 METODOLOGIA

Para se proceder à avaliação do PEP recorreu-se à documentos e informações fornecidas por instituições do governo provincial, dos governos distritais, dos conselhos municipais e de ONGs que operam na província e aos inquéritos realizados em 10 distritos abrangendo o sector privado, cidadãos e líderes comunitários. No total foram envolvidas neste trabalho 45 instituições. Na avaliação seguiu-se o seguinte cronograma:

Fases	Dias	Semanas																				
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Desenho dos instrumentos de recolha de dados	5	■																				
Contacto com as instituições do Governo e privadas	10	■	■	■																		
Entrevistas ao sector privado	30			■	■	■	■	■	■	■												
Entrevistas a cidadãos	30			■	■	■	■	■	■	■												
Consulta de documentos do Governo	10									■	■	■	■	■								
Processamento dos dados	5											■	■	■								
Elaboração do primeiro draft do relatório	5												■	■	■	■	■					
Debate do relatório com G20, Sector Privado, FOPROI	1																					
Elaboração do draft final do relatório	15															■	■	■	■	■	■	■
Comentários do Governo	5																			■	■	■
Elaboração do Relatório final	15																				■	■
Total	131		5	10				30					5	5	5	5	5		15		5	15

Para cada tema em análise foram identificadas as fontes (Direcções Provinciais, Administrações Distritais e Municípios) que poderiam oferecer respostas às questões relacionadas com o cumprimento do PEP. As actividades estratégicas e fontes por cada pilar constam em anexo 7.1.

Para poder avaliar o grau de cumprimento de alguns objectivos estratégicos foi necessário entrevistar os cidadãos e os gestores das empresas sediadas na província de Inhambane. Para o efeito, foi realizado um inquérito para recolher os dados sobre:

- Cumprimento pelas instituições públicas de actividades estratégicas previstas no PEP com impacto directo na população, tais como, divulgação das decisões, sistemas, normas, prazos, preçários, regulamentos e legislação referentes às licenças, autorizações, pagamento de impostos e taxas e aplicação de multas; salientando-se nas informações os direitos e obrigações dos investidores e das instituições públicas envolvidas;
- Apoio à população na procura de soluções para o desenvolvimento;
- Combate à corrupção;
- Respeito pelo cidadão da parte do funcionário público;
- Questões ligadas à Paz, à Segurança e à Ordem Pública;
- Estabelecimento de mecanismos de consulta pública sistemática à todos os níveis, de forma coordenada, sobre assuntos fundamentais para a vida da Província, como planificação e respectivo controle, legislação, introdução de novos regulamentos, entre outros mecanismos que incluem a constituição de *fóruns* consultivos representativos das várias sensibilidades da província;
- Capacidade de comunicação e diálogo entre o Governo e o sector privado, ONGs, e sociedade civil; e
- Envolvimento da sociedade em associações locais e grupos de auto-ajuda e advocacia na Província.

2.1 Metodologia do Inquérito

2.1.1 Tipos de Questionários e Formação dos Inquiridores

O inquérito consistiu na aplicação de três questionários desenhados e adaptados às condições locais, designadamente:

- Ao cidadão – para entrevistas individuais aos cidadãos. Foram inquiridos cidadãos à partir dos 18 anos de idade distribuídos pelos 14 distritos da província, incluindo as cidades de Inhambane e Maxixe;
- À comunidade – para entrevistas colectivas aos membros e líderes comunitários; e
- Ao sector privado – destinado aos dirigentes e gestores de empresas privadas da província.

Para além dos conteúdos específicos da pesquisa, foram contextualizadas e acrescidas questões inerentes à identificação do espaço geográfico onde decorreu a recolha de dados, perguntas demográficas para garantir comparabilidade de algumas variáveis e adequar às necessidades da província. Estes instrumentos foram devidamente pré-testados durante a formação realizada na Cidade de Inhambane, em Outubro de 2009.

Durante a formação, os inquiridores aprenderam a preencher correctamente os questionários, tiveram oportunidade de praticar as entrevistas com colegas e outras pessoas que foram seleccionadas aleatoriamente. No fim do curso, todos os candidatos a inquiridores foram submetidos à prova de avaliação e, posteriormente, foram seleccionados os melhores para integrarem as respectivas brigadas. Os últimos classificados ficaram na reserva e iam sendo chamados em caso de desistência, incapacidade técnica ou expulsão dos seleccionados.

2.1.2 Desenho da Amostra

A base de amostragem do inquérito é o Censo de 2007 e a actualização cartográfica de 2006/07. A amostra foi desenhada para ser representativa a nível provincial e por área de residência, urbano-rural, abrangendo somente a população residente em agregados familiares. Foi excluída da amostra a população que residia em instituições residenciais colectivas, como hotéis, hospitais, quartéis militares, etc. e os sem abrigo (com base no Desenho da Amostra Mãe, INE, 2000).

Tendo em conta a necessidade de obter indicadores do impacto do PEP no seio das populações nos domínios acima mencionados, estimou-se que o tamanho da amostra devia permitir obter 1.800 entrevistas completas de pessoas à partir de 18 anos de idade.

Na primeira selecção da amostra foram escolhidas 50 UPAs (unidades primárias de amostragem) e na segunda foi seleccionado igual número de AEs (áreas de enumeração). As UPAs foram seleccionadas com probabilidades iguais, enquanto as AEs dentro de cada UP amostral foram seleccionadas com probabilidade proporcional ao tamanho de agregados em cada AE. Finalmente, na terceira etapa, foram seleccionados 18 agregados familiares a serem entrevistados.

A amostra permitiu obter estimativas fiáveis em 95% no domínio global da província de Inhambane. Neste inquérito, foram visitados na totalidade cerca de 900 agregados familiares.

Quadro 1. Amostra

Distrito	Na Amostra seleccionada			Entrevistas por Agregado Familiar	Amostra de Áreas	Entrevistas esperadas		
	Agregados familiares	Pessoas 18+ anos	Agr. Por Área			Mascu lino	Femi nino	Total
Cidade da Maxixe	108	216	18	2	6	102	104	205
Cidade de l'bane	126	252	18	2	7	118	121	239
Homoine	72	144	18	2	4	68	69	137
Inharrime	72	144	18	2	4	68	69	137
Jangamo	72	144	18	2	4	68	69	137
Massinga	108	216	18	2	6	102	104	205
Morrumbene	90	180	18	2	5	85	86	171
Panda	72	144	18	2	4	68	69	137
Vilankulo	90	180	18	2	5	85	86	171
Zavala	90	180	18	2	5	85	86	171
Inhambane	900	1,800	-	-	50	846	864	1,710

Nas AEs abrangidas, procedeu-se a uma actualização dos agregados familiares através da listagem. A partir desta lista foram seleccionados os 18 agregados familiares. Em cada agregado familiar foram inquiridas duas pessoas com idades à partir dos 18 anos: uma do sexo masculino e outra do sexo feminino.

2.1.3 Cobertura da Amostra

O Quadro 2 abaixo fornece uma cobertura do inquérito realizado, que corresponde a 97%, o que confere grande precisão e fiabilidade aos resultados deste inquérito.

Quadro 2. Taxa de Cobertura da amostra por Distrito

Distrito	Entrevistas na Amostra			Entrevistas efectivas			Taxa de Cobertura (%)		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
Cidade da Maxixe	108	108	216	107	109	216	99.1	100.9	100.0
Cidade de l'bane	126	126	252	127	128	255	100.8	101.6	101.2
Homoine	72	72	144	72	72	144	100.0	100.0	100.0
Inharrime	72	72	144	72	72	144	100.0	100.0	100.0
Jangamo	72	72	144	73	71	144	101.4	98.6	100.0
Massinga	108	108	216	105	105	210	97.2	97.2	97.2
Morrumbene	90	90	180	90	90	180	100.0	100.0	100.0
Panda	72	72	144	67	67	134	93.1	93.1	93.1
Vilankulo	90	90	180	89	87	176	98.9	96.7	97.8
Zavala	90	90	180	71	70	141	78.9	77.8	78.3
Inhambane	900	900	1,800	873	871	1,744	97.0	96.8	96.9

As cidades de Inhambane e Maxixe tiveram maiores taxas de resultado completo com 101% e 100%, respectivamente e, os distritos com menor taxa são Panda e Zavala com 93% e 78% respectivamente. Apesar disso, estas taxas são consideradas Muito Boas (UN, 2005), pois o

domínio de análise é a província como um todo. A organização do trabalho de campo do inquérito encontra-se em anexo 7.3.

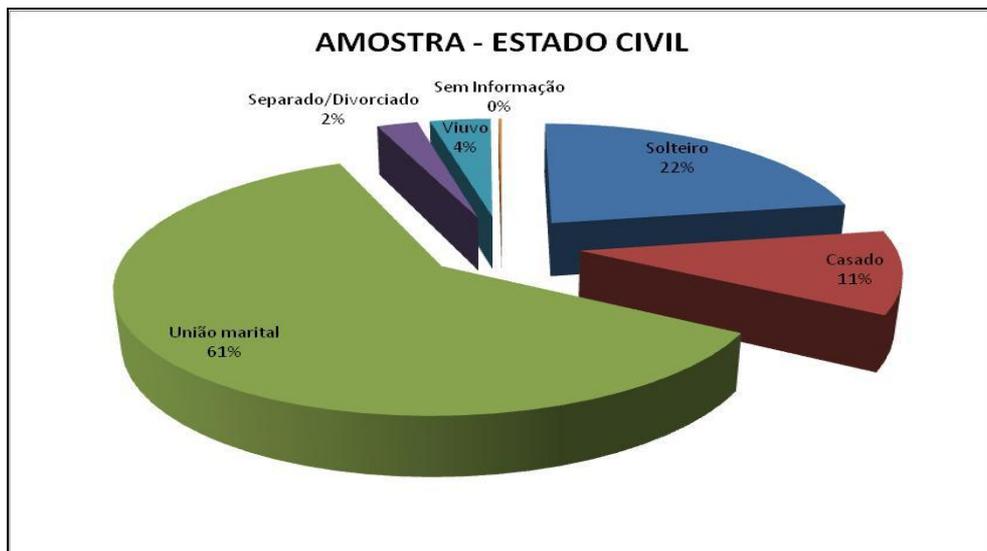
2.1.4 Características Demográficas dos Inquiridos

Este inquérito abrangeu 1744 pessoas das quais metade eram homens e metade mulheres, aproximadamente. A média das idades dos inquiridos é de 42 anos, sendo que a maior parte dos entrevistados tem 32 anos de idade . Conforme foi referenciado na secção anterior a idade mínima dos entrevistados é de 18 anos e, de acordo com a cobertura amostral, a idade máxima dos elegíveis encontrados é de 91 anos.

Os inquiridos cobertos na amostra são falantes de todas as línguas e variantes da província de Inhambane, nomeadamente, Xitswa e Matswa (50%), Bitonga (32%), Ximanica (6%) e outras línguas (12.0%)¹.

No que se refere ao estado matrimonial das pessoas inquiridas, a maior parte dos entrevistados é unida maritalmente (61%), seguida da população solteira (22%), conforme se pode ver no gráfico abaixo.

Gráfico 1. Estado civil dos Inquiridos

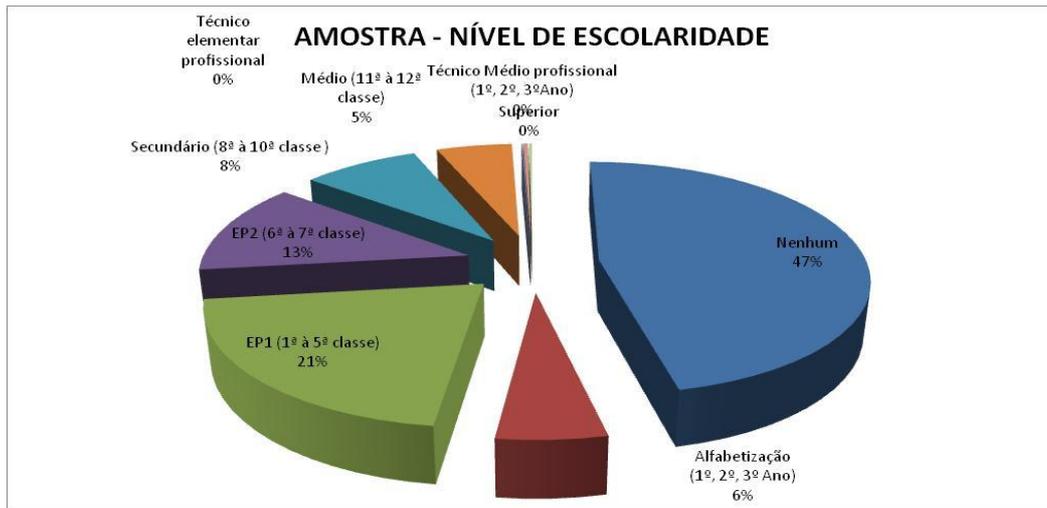


Fonte: Resultado do inquérito (2009)

No que se refere ao nível de escolarização das pessoas inquiridas, pouco menos da metade (47%) dos entrevistados não concluiu nenhum nível de escolaridade e menos de um por cento dos inquiridos tem o nível superior concluído - conforme se pode ver no gráfico seguinte.

¹ Embora, como em todo o país, a língua oficialmente usada na comunicação seja a portuguesa, esta é falada somente por 6% da população e, mais da metade da população de Inhambane fala Xitswa (55%) seguida de Bitonga (24%) (INE).

Gráfico 2. Nível de Escolaridade dos Inquiridos

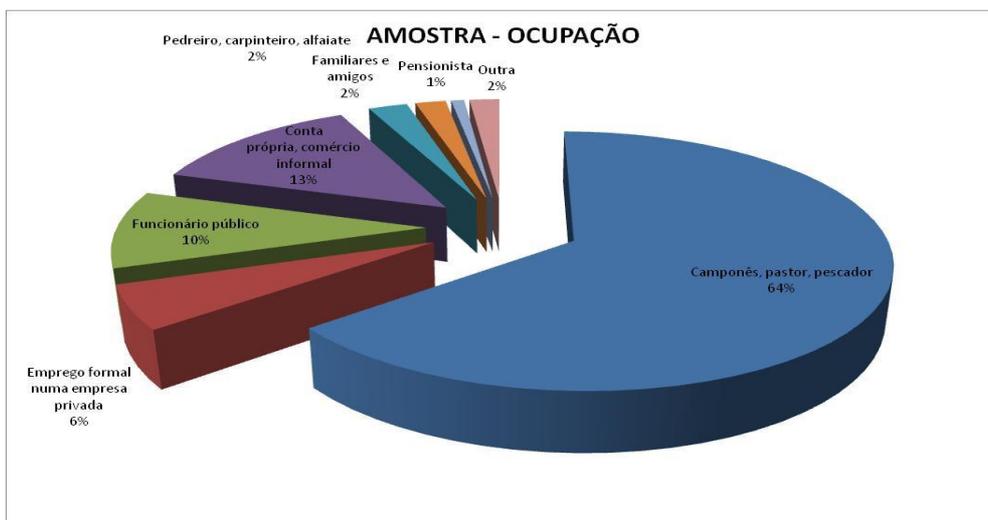


Fonte: Resultado do inquérito (2009)

2.1.5 Ocupação dos Inquiridos

Quase dois terços dos inquiridos, i.e. 13%, são camponeses, pastores ou pescadores; trabalham por conta própria ou exercem comércio informal; os funcionários públicos entrevistados correspondem a 10% e os que têm emprego formal numa empresa privada, 6%. Os restantes correspondem a pedreiros, carpinteiros e alfaiates (2%); os que vivem com familiares e amigos (2%); pensionistas (1%) e outras situações (2%):

Gráfico 3. Ocupação dos Inquiridos



Fonte: Resultado do inquérito (2009)

2.2 Metodologia do Cálculo do Grau de Cumprimento

Para o cálculo do grau de cumprimento de cada pilar foi atribuído um coeficiente igual a todos os objectivos específicos, numa escala de 0 a 100. E para o cálculo do grau de cumprimento do PEP foi igualmente atribuído peso igual a cada pilar, na mesma escala.

Nos casos em que existiam metas de avaliação quantitativas para os objectivos específicos, a classificação foi dada em função do grau de cumprimento simples. Nos casos em que não existiam metas foi feita uma avaliação qualitativa com base nas actividades realizadas em prol do objectivo.

Nos casos em que não foram encontradas informações suficientes para a avaliação de um determinado objectivo, a actividade foi ignorada ou considerada não realizada. Foi ignorada nos casos em que se verificaram sinais fortes de cumprimento mas não existiam dados estatísticos para a sua avaliação como, por exemplo, a redução da incidência da pobreza, em que o cálculo depende do INE. Foram consideradas não realizadas as actividades que além de não ter informação, existiam sinais fortes de não cumprimento como, por exemplo, “estudadas nos distritos práticas tradicionais que podem ser usadas para maior e mais eficiente divulgação das medidas preventivas e apoiadas as comunidades para a introdução desta componente nessas práticas”, no âmbito do combate ao HIV/SIDA.

3 PROVÍNCIA DE INHAMBANE

3.1 *Características Gerais*

A província de Inhambane situa-se na região sul de Moçambique e a sua capital é a Cidade de Inhambane, a qual dista 480 km da Cidade de Maputo. Esta província é limitada ao Norte pelas províncias de Manica e Sofala (pelo Rio Save) e ao Sul e Oeste pela província de Gaza e pelo Oceano Índico. Tem uma população total de 1,252,479 habitantes e densidade de 18.6 habitantes por km² (INE, Censo 2007), e está dividida em doze distritos e duas cidades nomeadamente, Cidades de Inhambane e da Maxixe.

A população de Inhambane é predominantemente jovem (45% abaixo dos 15 anos) e feminina (56%), ou seja, para cada 100 mulheres existem 80 homens. Da população total, 79% vivem nas zonas rurais e em cada agregado familiar existem, em média, 4 a 5 pessoas. Um em cada vinte e cinco agregados (4%) possui electricidade na sua habitação; 4,4% dos agregados possui água canalizada, dos quais 0.8% no interior da sua casa e os restantes 3.6%, fora da casa.

Mais de 36% dos crentes de Inhambane professam a religião Sião ou Zione, cerca de um quarto (24%) da população professa a religião Católica e 10% a religião Islâmica.

3.2 *Saúde e Educação*

Desde a proclamação da Independência Nacional, em 1975, o Estado moçambicano considerou a saúde como um bem e condição essencial para o desenvolvimento sustentável, constando na Constituição da República (Artigo 94) que todos os cidadãos têm direito à assistência médica e sanitária, nos termos da lei, e o dever de defender e promover a saúde. O Governo constatou que o estado de pobreza da população influencia grandemente no estado de saúde e que, embora se possam estabelecer mecanismos para atenuar a pobreza e melhorar o estado de saúde da população, a solução passa pelo desenvolvimento económico e social, pelo que, em última análise, a saúde da comunidade resulta de um esforço de desenvolvimento multi-sectorial. Desta forma, a Política Nacional de Saúde conjuga os esforços empreendidos por diversos sectores que têm implicações na saúde pública.

A política de saúde baseia-se nos cuidados de saúde primários, de modo a poder prestar assistência à grande maioria da população, em particular, aos grupos mais vulneráveis, tendo em conta a redução das elevadas taxas de mortalidade no País. A expansão e melhoria da qualidade e equidade no acesso aos cuidados de saúde constituem uma das importantes estratégias globais da luta contra a pobreza das camadas mais vulneráveis da população (MISAU, Plano Estratégico Nacional, 2004-2008).

Na província de Inhambane a taxa bruta de natalidade - número de nascimentos por cada mil habitantes - baixou de 43 em 1997 para 40 em 2007. Portanto, em cada mil habitantes nascem cerca de 40 pessoas.

A taxa bruta de mortalidade é a razão entre o número de óbitos acontecidos num ano e a população estimada para meados desse ano. Nesta província, segundo o Censo de 2007, a taxa bruta de mortalidade (por mil nascimentos) baixou relativamente de 20 em 1997 para 19 em 2007.

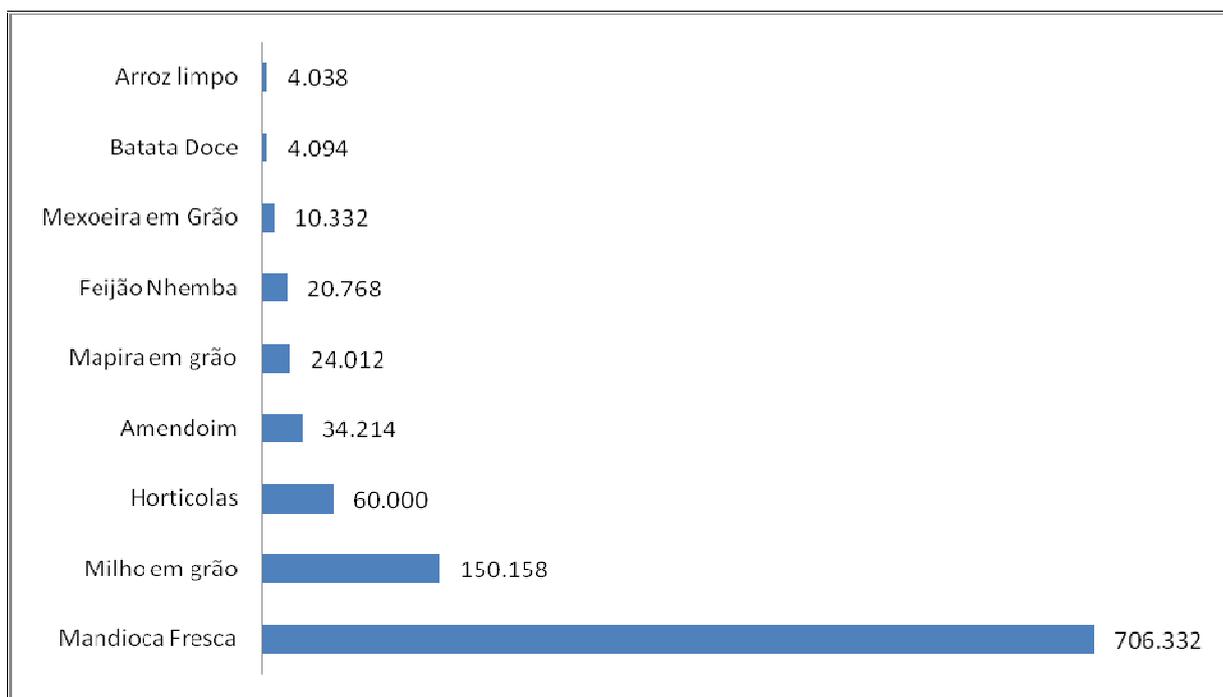
De um modo geral, em Inhambane, a taxa de analfabetismo tem vindo a reduzir gradualmente (INE, Censo de 2007). A proporção de pessoas de seis anos e mais que não sabem ler nem escrever passou de 54% em 1997 para 42% em 2007.

3.3 *Produção de Bens e Serviços*

3.3.1 *Agricultura*

Dos produtos agrícolas de Inhambane destaca-se a mandioca fresca que, em 2008, atingiu o nível de mais de 700.000 toneladas, seguida pelo milho em grão com mais de 150.000 toneladas, hortícolas com 60.000 toneladas, hortícolas com mais de 34.000 toneladas, mapira com mais de 24.000 toneladas, feijão nhemba com mais de 20.000 t, meixoira com mais de 10.000 t, batata doce e arroz com mais de 4.000 toneladas cada.

Gráfico 4. Produção Agrícola de Inhambane (2008)



Fonte: DPA-Inhambane (2009)

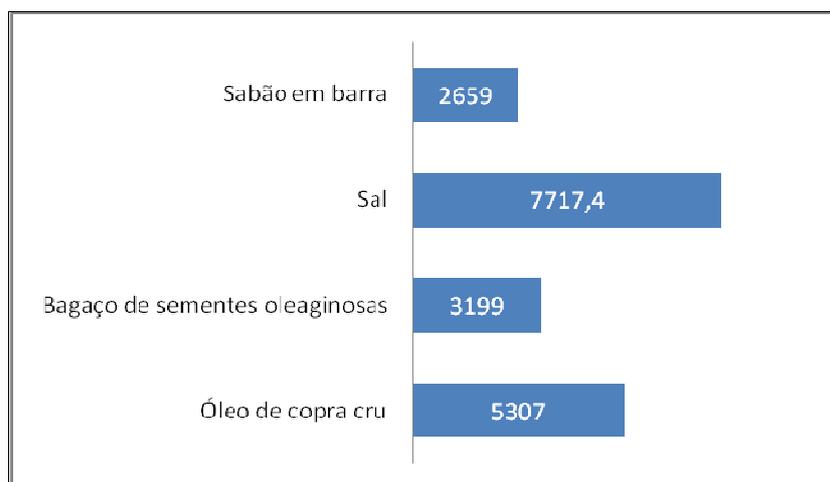
A produção de gado em 2009 atingiu os seguintes níveis: bovinos 165.555; caprinos 145.729; ovinos 15.004; suínos 36.953 e asininos 7.089.

Para impulsionar a agricultura foram reabilitados sistemas de regadio e demarcação de terrenos conforme os quadros constantes em anexo.

3.3.2 Indústria

Para além da indústria gráfica que, em 2008 a província produziu 532.571 unidades e a indústria de mobília de madeira que produziu 3.925 unidades, a indústria transformadora em Inhambane produziu:

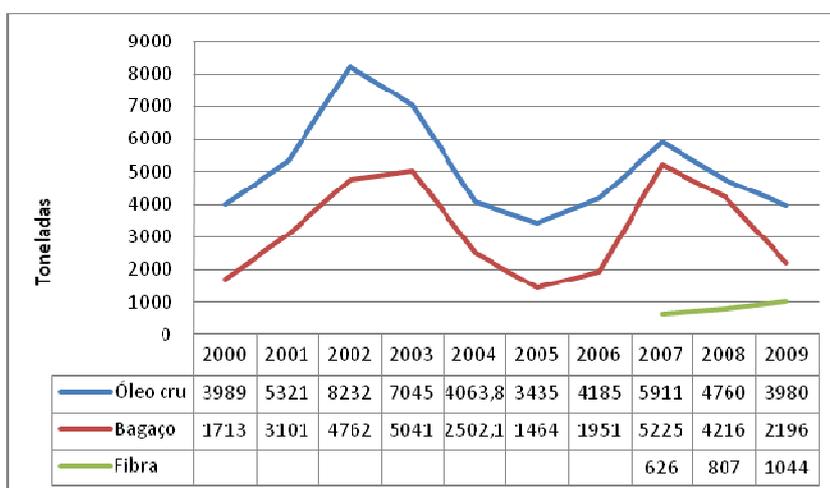
Gráfico 5. Produção da Indústria Transformadora (2008)



Fonte: DPIC-Inhambane (2009)

O sal constitui a maior produção com cerca de 7.700 t, seguido pelo óleo cru de copra com cerca de 5.300 t, respectivo bagaço com aproximadamente 3.200 t e pelo sabão em barra com 2.659 t. Destes produtos parte foi exportada, conforme mostra o gráfico seguinte.

Gráfico 6. Exportações da Indústria Transformadora (2000-2009) em toneladas

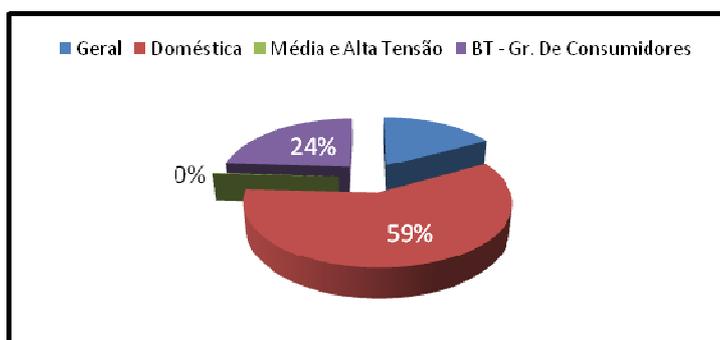


Fonte: DPIC-Inhambane (2009)

3.3.3 Energia Eléctrica

Inhambane produziu em 2006 e 2007, 2.389 e 2.302 GWH de energia eléctrica e adquiriu da HCB 30.662 e 31.092 GWH, respectivamente. A energia adquirida da HCB aumentou em 2008 para 39.851 GWH. O número de consumidores subiu de 16.488 em 2006 para 34.843 em 2007. Em 2008 registaram-se 21.873 consumidores.

Gráfico 7. Consumidores de Energia Eléctrica (2008)



Fonte: DP Energia – Inhambane (2009)

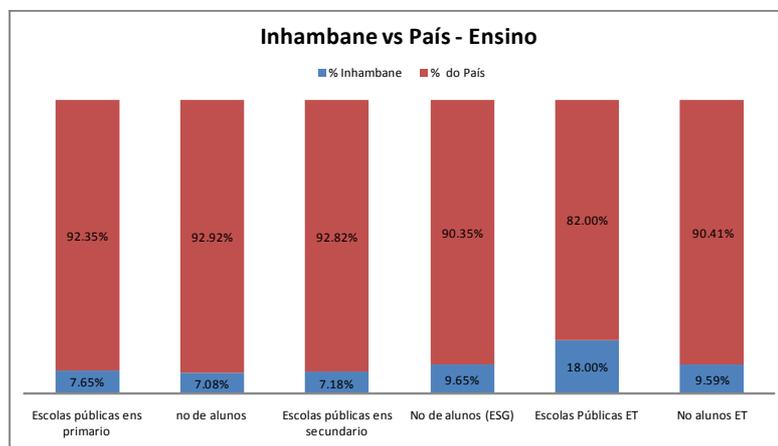
Mais de metade dos consumidores são domésticos. Os consumidores de baixa tensão que ocupam quase um quarto do número total registaram-se principalmente em 2007. Os de média e alta tensão correspondem somente a 0,2%.

3.4 Comparando Inhambane e o resto do País

3.4.1 População

A população da província de Inhambane corresponde a 7% da população nacional e na mesma proporção se encontra a população rural e a população de 0 a 14 anos de idade. A população idosa, com 60 anos ou mais, corresponde a 6% em Inhambane e somente a 4% no país.

Gráfico 8. Escolas Públicas de Inhambane vs País (%)



Fonte: DP Educação – Inhambane (2009)

A proporção da população provincial reflecte-se também nas estatísticas do ensino, particularmente, no número de escolas públicas e de alunos do ensino primário e do ensino secundário. O ensino técnico é que apresenta uma percentagem superior em Inhambane:18% com cerca de 10% do total dos estudantes do ensino técnico nacional. Na área de saúde, Inhambane possui 8% das unidades sanitárias do país. Outros indicadores de saúde são os seguintes:

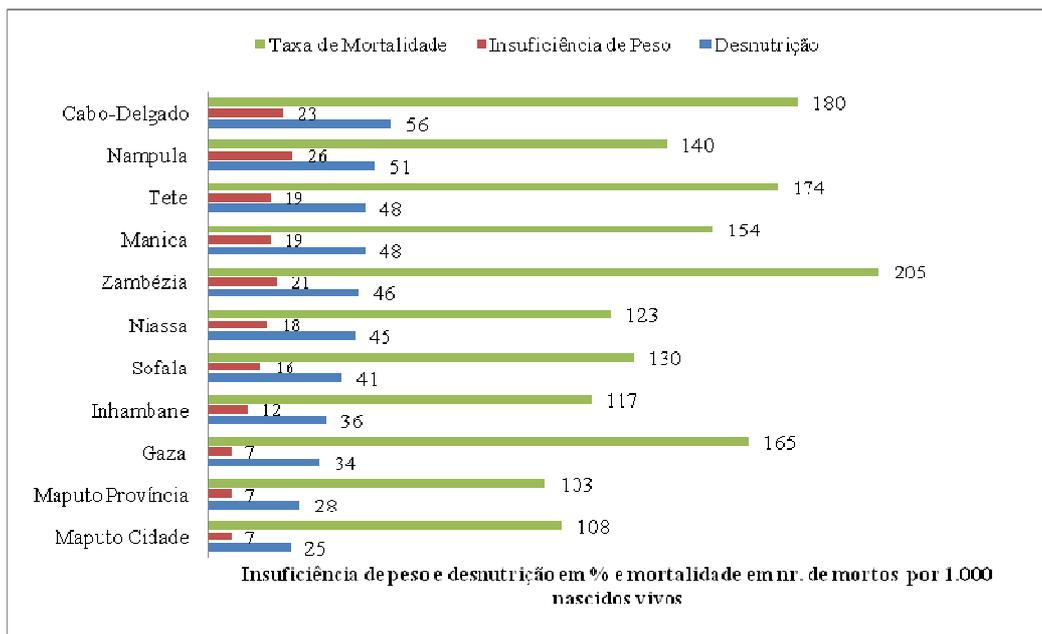
Quadro 3. Alguns Indicadores de Saúde

Indicador	Inhambane	País
Taxa de baixo peso à nascença	7.3	11.3
Taxa bruta de natalidade	37.7	39.4
Esperança de vida (anos)	50.5	47.9
Taxa de crescimento natural	2.2	2.4

Fonte: DPS – Inhambane (2009)

Os indicadores de saúde das crianças menores de cinco anos são apresentados no gráfico seguinte. A província de Inhambane com 36% de crianças, menores de cinco anos com desnutrição crónica, encontra-se na quarta posição depois da cidade de Maputo com 25%, Maputo província com 28% e Gaza com 34%.

Gráfico 9. Indicadores de Crianças com menos de 5 anos



Fonte: DPS – Inhambane (2009)

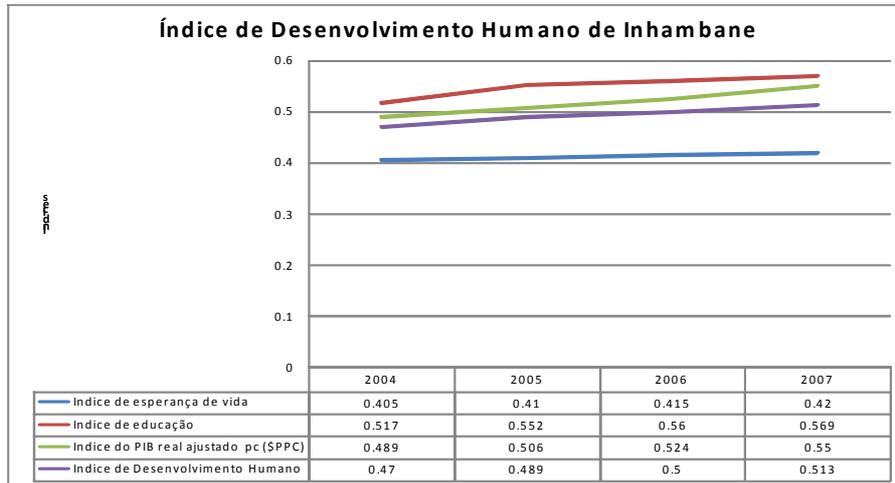
Sobre a insuficiência de peso, a província de Inhambane encontra-se igualmente na quarta posição com 12%, depois da Cidade de Maputo, Maputo Província e Gaza, todas com 7%. Sobre a taxa de mortalidade, a província de Inhambane encontra-se em terceiro lugar com 117 mortos

por cada 1.000 crianças vivas, depois de Maputo Província com 103 e de Maputo Cidade com 108.

3.4.2 Índice de Desenvolvimento Humano

Em Inhambane, o IDH apresenta uma evolução positiva de 2004 a 2007.

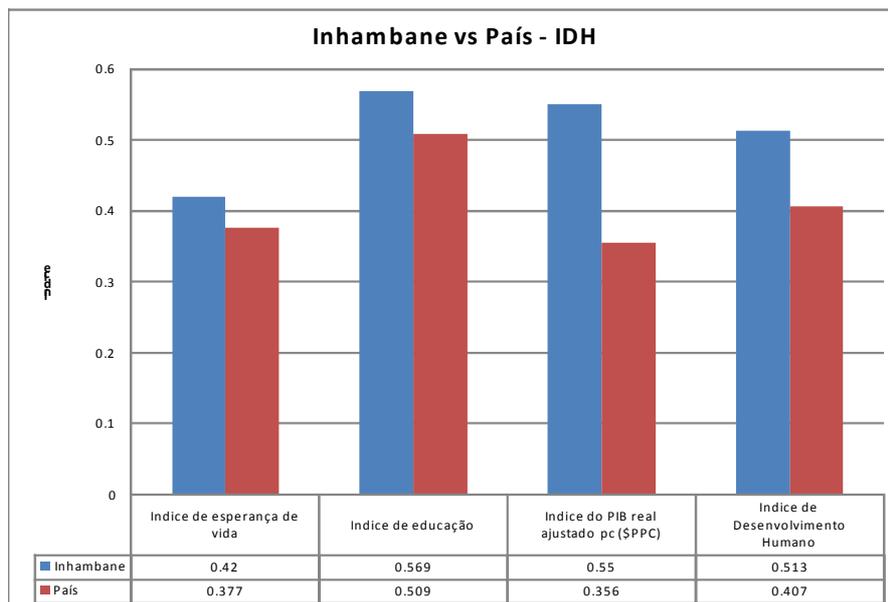
Gráfico 10. Índice de Desenvolvimento Humano de Inhambane (2004-2007)



Fonte: INE – Inhambane (2009)

Todos os indicadores de base do IDH cresceram regularmente durante o período e, em geral, o IDH de Inhambane é superior à média nacional.

Gráfico 11. Índice de Desenvolvimento Humana de Inhambane vs País (2007)



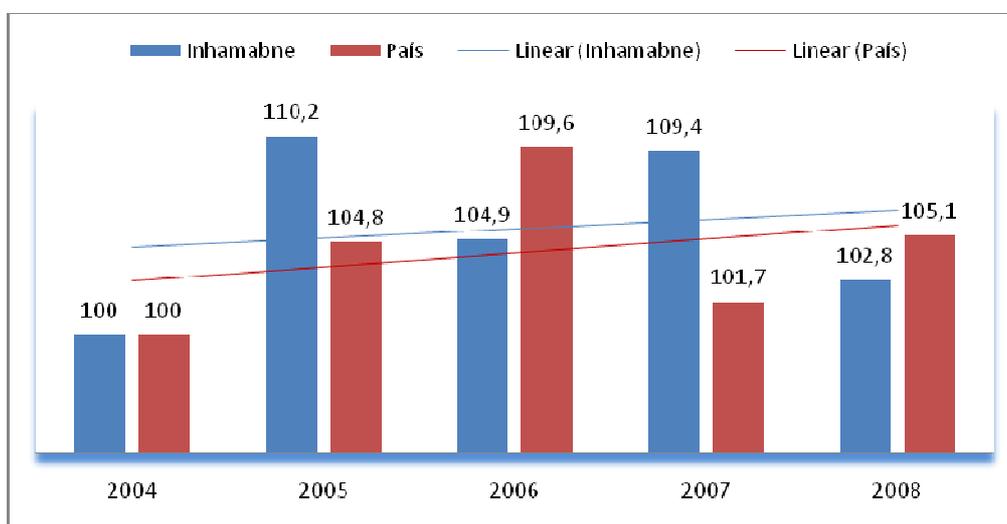
Fonte: INE – Inhambane (2009)

Na economia de Inhambane destaca-se o turismo que contribui com 20% do turismo nacional, medido pelo número médio anual de turistas.

3.4.3 Desemprego

Uma das grandes preocupações da província de Inhambane é o desemprego que cresceu de 2.137 desempregados inscritos em 2004 para 10.074 em 2008. As ofertas de trabalho recebidas e as colocações mais altas efectuadas registaram-se em 2006, situando em 420 e 426, respectivamente. O desemprego em Inhambane reflecte a falta de emprego ao nível nacional.

Gráfico 12. Desemprego de Inhambane vs País (2005-2008)



Fonte: INE – Inhambane (2009)

De 2004 a 2008, o crescimento médio do desemprego em Inhambane foi de 5,5%, enquanto ao nível do país foi de 4,2%. As linhas de tendência da evolução do desemprego de Inhambane e do País tendem a encontrar-se com o tempo, o que significa que o desemprego de Inhambane tende a ser igual à média do país. Apesar do elevado desemprego formal foram criados muitos postos de trabalho através do orçamento de investimento a iniciativas locais, vulgo, 7 milhões (vide secção 4.1.1). Outro aspecto relacionado com o emprego é a segurança social, cujo desempenho é ilustrado na tabela seguinte.

Quadro 4. Segurança social na Província

Descrição	Meta	Realizado	GC
Empresas inscritas	558	944	169.2%
Trabalhadores beneficiários	10.087	17.962	178.1%
Manutenção voluntária de inscrição	324	705	217.6%

Fonte: DPTrabalho – Inhambane (2009)

Ao nível da inspeção do trabalho foram fiscalizados 3.134 estabelecimentos ou centros de trabalho contra 3.180 planificados, representando 99%. Também foram realizados 169 encontros de divulgação da Lei de Trabalho contra 198 planificados, equivalentes a 85%.

Imagem 3: Praia da Barra - Inhambane



4 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO PEP 2000-2009

A avaliação do PEP 2000-2009 vai ser realizada com base nos seus pilares, que são:

1. Pobreza e Bem-Estar
2. Desenvolvimento Económico
3. Segurança Alimentar
4. Infra-estrutura Técnica
5. Desenvolvimento Humano
6. HIV/SIDA
7. Meio-Ambiente
8. Governação
9. Participação e Empoderamento

4.1 Pobreza e Bem-Estar

Em 1997, a província de Inhambane era uma das três províncias de Moçambique com os mais altos índices de incidência da pobreza. Nas áreas rurais 87% da população era considerada pobre (com um rendimento inferior a um dólar PPP), dos quais 59% eram classificados como indigentes (consumiam menos de 60% do que se considera como mínimo necessário para uma vida saudável e produtiva).

O combate à pobreza requer um trabalho inter-sectorial integrado, alicerçado em políticas e estratégias adequadas, tendo como foco principal os determinantes da pobreza da região que incluem: a necessidade de planeamento familiar, o aumento dos níveis de alfabetização de adultos (especialmente nas zonas rurais), o aumento de uso de insumos agrícolas, o fornecimento de serviços básicos de educação, saúde, água potável e reabilitação de estradas.

Caixa 1: *Definição de Pobreza*

Uma pessoa é considerada pobre quando seu nível de renda é inferior à linha da pobreza definida, em geral um dólar PPP. A pobreza pode ser definida como a privação dos meios materiais para satisfazer em medida minimamente aceitável as necessidades humanas, incluindo de alimentos. Distinguem-se os seguintes tipos de pobreza:

Pobreza absoluta - É a falta de rendimentos necessários para a satisfação das necessidades alimentares e não alimentares (Pobreza Absoluta, em termos de rendimento).

Pobreza relativa - É a falta de rendimento suficiente para satisfação das necessidades alimentares e não alimentares essenciais, de acordo com as normas de sociedade. É considerada como o atraso em relação a maioria do resto da comunidade.

Ultra pobreza - Quando um agregado familiar não pode satisfazer 80% dos requisitos mínimos de calorias ou quando destina 80% da sua renda na compra de alimentos.

Incidência da pobreza - É a estimativa em percentagem das pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza.

Profundidade da pobreza - Indica a distância média dos pobres em relação a linha da pobreza. É um valor médio em relação a toda a população.

Pobreza transitória. É a pobreza de curto prazo ou temporal.

Pobreza crónica - É a pobreza de longa duração ou estrutural, as linhas de pobreza indicam a insuficiência de recursos monetários para satisfazer as necessidades mínimas de alimentos.

4.1.1 Avaliação do Pilar de Pobreza e o Bem-Estar

Os aspectos importantes da avaliação do pilar *A Pobreza e o Bem-Estar* têm por base os seus objectivos. No PEP foram formulados 8 objectivos estratégicos:

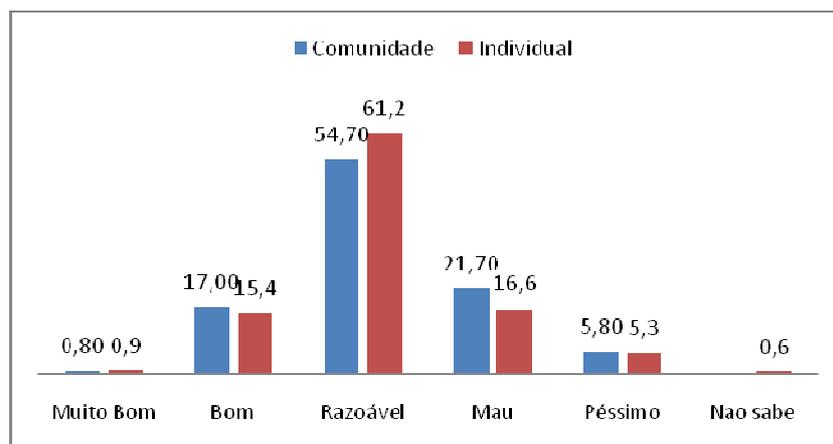
- 1) Redução da incidência da pobreza absoluta na Província para 50%, até 2010;
- 2) Realização, até 2010, de estudos que permitam aprofundar, por distrito, as causas da pobreza e as especificidades dos grupos alvos, definindo um Plano multi-sectorial de Intervenções específicas por distrito e grupo alvo (e respectivo sistema de monitoria);
- 3) Promover a utilização de mão-de-obra local na construção e reabilitação de infra-estruturas;
- 4) Nas zonas urbanas diminuir a proporção da população que vive da agricultura;
- 5) Promover o acesso da população rural de baixa renda a recursos financeiros, pela disponibilização de serviços financeiros apropriados;
- 6) Promover o auto-emprego, principalmente em áreas vizinhas de projectos de desenvolvimento;
- 7) Desenvolver programas de assistência social directa que abrangem indivíduos necessitados, principalmente crianças desamparadas/ traumatizadas e provenientes de agregados pobres, idosos, deficientes, excluídos e jovens;
- 8) Reforçar as acções de reabilitação social dos grupos vulneráveis, inserindo em actividades geradoras de rendimento mulheres, deficientes, tóxico-dependentes, reclusos e infectados pelo HIV.

4.1.1.1 Redução para 50% da incidência da pobreza absoluta na Província, até 2010.

A incidência da pobreza absoluta é um indicador avaliado pelo INE periodicamente. A primeira avaliação foi feita em 1997 e a segunda em 2003 através do Inquérito aos Agregados Familiares (IAF). Neste momento está em curso a terceira avaliação mas, até ao fecho do presente relatório, não estava concluído pelo que não pode ser incluído.

Deste modo, para avaliar indirectamente este indicador foram incorporadas, no questionário de avaliação, perguntas de medição da percepção do actual nível do bem-estar individual dos cidadãos e da comunidade. Mais da metade (54,7%) da população afirmaram que o nível de vida da comunidade é Razoável, 17,8% consideram que o nível é Bom ou Muito Bom; 27,5% acham que o nível de vida dos agregados familiares é mau ou péssimo.

Gráfico 13. Percepção do nível de vida Individual e da Comunidade



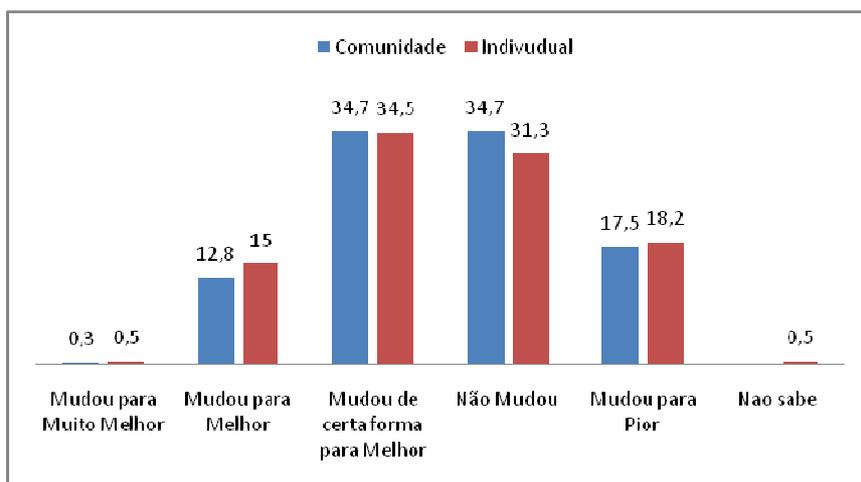
Fonte: Resultado do inquérito (2009)

Sobre o ponto de vista individual, 16,3% consideram que a mudança foi positiva, ou seja, Muito Bom ou Bom; 61,2% consideram a mudança razoável e 21,9% consideram negativa, isto é, Mau ou Péssimo. Ainda ao nível individual, 0,6% preferiram afirmar que não sabem.

Estas estatísticas mostram que o desenvolvimento individual de certa forma foi acompanhado pelo desenvolvimento da sociedade como um todo.

De modo a medir a percepção da dinâmica do desenvolvimento da sociedade, questionámos sobre o sentido da mudança registada nos últimos cinco anos, tanto a nível individual como colectivo. Ao nível colectivo a percepção é de que a mudança foi positiva (13,1%), ou seja, entre Muito Bom e Bom. Razoável 34,7%; não mudou 34,7% e mudou para pior: 17,5%.

Gráfico 14. Percepção da Mudança de Nível de Vida Individual e da Comunidade



Fonte: Resultado do inquérito (2009)

Ao nível individual a percepção da mudança tem o mesmo sentido: 15,5% consideram positiva, entre Muito Bom e Bom; Mudou de certa forma para melhor: 34,7%. Não mudou: 31,3% e mudou para o pior: 18,2%. Ainda ao nível individual, 0,5% preferiram afirmar que não sabem.

A evolução do IDH e restantes indicadores reforçam a percepção positiva dos cidadãos conforme a análise apresentada na secção anterior.

4.1.1.2 Realizar, até 2001, estudos que permitam aprofundar, por distrito, as causas da pobreza e as especificidades dos grupos alvos, definindo um Plano multi-sectorial de Intervenções específicas por distrito e grupo alvo (e respectivo sistema de monitoria).

Relativamente a este ponto, foi realizado um estudo para aprofundar as causas da pobreza. Este estudo foi realizado pela Universidade Eduardo Mondlane abrangendo os seguintes distritos: Zavala, Massinga, Funhalouro e o Município da Maxixe. As principais causas detectadas são:

- *A seca que se fez sentir nos últimos três (3) anos* – A seca tem afectado negativamente as campanhas agrícolas, provocando desta maneira uma escassez acentuada dos produtos alimentares básicos o que tem gerado situações de fome muito particularmente no interior (distritos de Zavala, Massinga e Funhalouro). A falta de chuvas é apontada como sendo uma questão chave.
- *A comercialização* – Os produtores alegaram que existiam problemas de falta de transporte para o escoamento dos seus produtos, sendo este garantido pelos transportadores informais, de forma irregular, o que tem originado uma situação de desvantagem para os camponeses na negociação dos preços com os transportadores. Desse modo, os camponeses acabam vendendo os seus produtos a preços muito baixos porque, em termos práticos, são os transportadores que determinam os preços.
- *O desemprego* – Embora o problema da falta de emprego seja uma preocupação geral, foi mais enfatizado no Município da Maxixe dada a sua condição urbana e visto que dependia unicamente do trabalho assalariado.
- *Os elevados preços dos produtos básicos de consumo* – Esta situação foi reportada tanto nas zonas rurais como nas peri-urbanas. Nas zonas rurais aponta-se a questão dos transportes, as dificuldades das vias de acesso e as longas distâncias a percorrer como os principais factores que contribuem para a elevação dos preços, uma vez que a maioria dos produtos básicos de consumos são adquiridos nas principais vilas e cidades.
- *A Falta de formação* – A esse nível, apenas as famílias que conseguem garantir uma boa formação para seus filhos têm mais possibilidades de sair da situação de pobreza, dado que os seus filhos têm possibilidade de acesso ao emprego. No entanto, o êxodo rural dos filhos para as zonas urbanas por vezes se transforma no abandono dos pais e falta de apoio agravando a sua situação de pobreza.

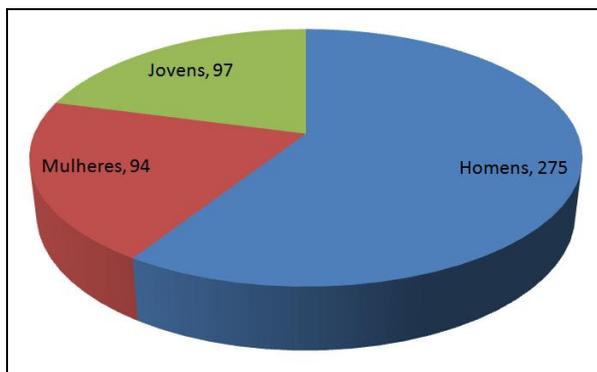
4.1.1.3 Promover a utilização de mão-de-obra local na construção e reabilitação de infra-estruturas.

Na promoção da utilização da mão-de-obra local na construção e reabilitação de infra-estruturas foram formados 128 artesãos em matéria de fabrico e uso de material local para construção civil.

4.1.1.4 Promover o acesso da população rural de baixa renda à recursos financeiros, pela disponibilização de serviços financeiros apropriados.

De 2006 a 2009 os fundos da OIIL para Inhambane totalizaram 448.484,62 milhares de Meticais para produção de alimento e geração de rendimento e emprego para a população rural de baixa renda. Com estes fundos foram financiados 2.599 projectos beneficiando, como mostra a figura a baixo, 59% aos homens, 21% aos jovens e 20% às mulheres.

Gráfico 15. Números de pessoas beneficiárias de recursos financeiros de OIIL 2006-2009



Fonte: Resultado do inquérito (2009)

Através do Programa de Geração de Rendimento da DPMAS foram abrangidos 749 beneficiários e, em coordenação com os parceiros, 2.235 mulheres foram integradas em diversos projectos de rendimentos.

Ainda, no âmbito de promoção de acesso da população rural de baixa renda à recursos financeiros, foram concedidas 4 linhas de financiamento de intervenção directa movimentando um valor de 14.359.190,63MT (catorze milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e cento e noventa meticais e sessenta e três centavos) abarcando 7 centros de pesca, beneficiando 705 pescadores.

No período em análise foram fomentadas iniciativas geradoras de emprego e auto-emprego para jovens onde foram:

- Financiados 22 projectos no âmbito do Fundo de Apoio às Iniciativas Juvenis tendo beneficiado directamente 994 jovens;
- Formados, em coordenação com o INFP e pela casa da cultura de Inhambane, 671 jovens em cursos de Gestão de Pequenos Negócios, pedreiro, rádio e televisão, serralharia, carpintaria, canalização, bate-chapa, latoaria, electricidade, culinária, barman e corte e costura;
- Capacitados 301 líderes juvenis, das 228 Associações existentes na Província, em gestão de projectos de micro créditos.

4.1.1.5 Promover o auto-emprego, principalmente em áreas vizinhas de projectos de desenvolvimento;

O auto-emprego é uma função de vários factores, dos quais se destacam os seguintes:

- Formação profissional;
- Promoção de estágios profissionais
- Distribuição de kits de ferramentas básicas após a formação dos beneficiários; e
- Criação de postos de trabalho.

Quadro 5. Promoção do emprego

Actividades	Meta	Resultado	GC
Formação Profissional	12,104	9,296	76.8%
Promoção de estágios profissionais	1,100	655	59.5%
Distribuição de kits de ferramentas	1,540	635	41.2%
Criação de postos de trabalho	723	46,778	6,470.0%

Fonte: DPTrabalho – Inhambane (2009)

A formação profissional incidiu principalmente em jovens e desempregados de difícil inserção no mercado do trabalho, nas diversas especialidades nos Centros de Formação Profissional de Inhambane, Maxixe e Unidades Móveis e atingiu cerca de três quartos da meta prevista. Nos mesmos centros também foram promovidos estágios profissionais tendo atingido somente cerca de 60% do previsto. A distribuição de kits de ferramentas para beneficiários atingiu pouco mais de 40%.

A criação de emprego foi 65 vezes superior ao planificado devido fundamentalmente a aplicação do orçamento de investimento a iniciativas locais. Por outro lado, foram realizadas diversos projectos e programas juvenis:

- Financiados 22 projectos no âmbito do Fundo de Apoio as Iniciativas Juvenis (FAIJ), tendo beneficiado directamente 994 jovens;
- Formados, em coordenação com o INFP e Casa da Cultura de Inhambane, 671 jovens em cursos de Gestão de Pequenos Negócios, pedreiro, rádio e televisão, serralharia, carpintaria, canalização, bate-chapa, latoaria, electricidade, culinária, barman e corte e costura.
- Capacitados 51 líderes juvenis de 5 associações em gestão de projectos de micro créditos.

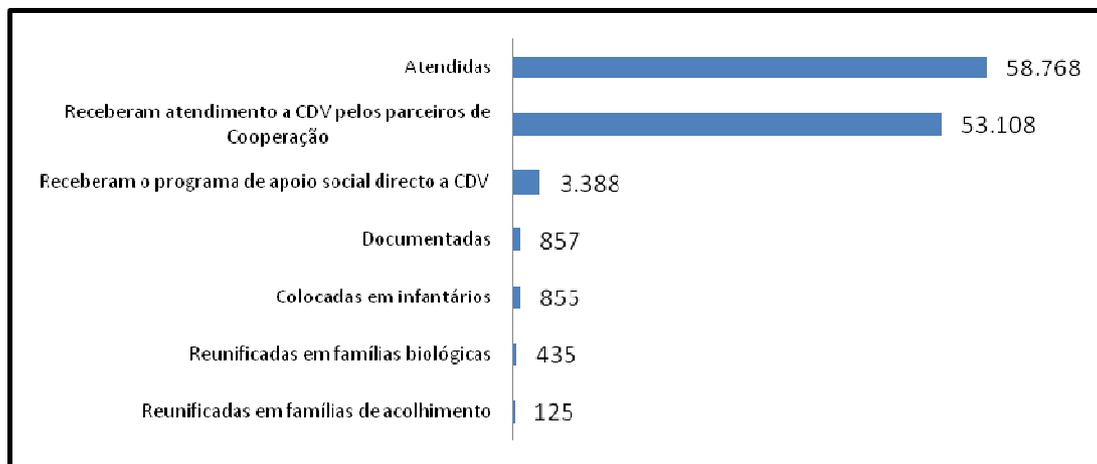
Por seu turno, a Direcção Provincial da Juventude e Desportos² participou na formação de 48 jovens na gestão de pequenos projectos, em Maxixe e Morrumbene, e 30 jovens no curso de jornalismo, na cidade de Maxixe.

² A Direcção Provincial da Juventude e Desportos para além destas actividades relacionadas directamente com o auto-emprego realizou muitas outras no âmbito das suas funções tais como fortalecimento do movimento associativo juvenil, fomento da prática de desporto, formação de activistas, capacitação e formação de agentes desportivos, alocação de material desportivo, promoção da massificação desportiva, [esquisa e detecção de talentos, futebol recreativo, melhoramento da qualidade do desempenho da alta competição, capacitação e profissionalização da

4.1.1.6 *Desenvolver programas de assistência social directa que abrangem indivíduos necessitados, principalmente crianças desamparadas/ traumatizadas e provenientes de agregados pobres, idosos, deficientes, exclusos³ e jovens.*

Foram desenvolvidos programas de assistência social directa abrangendo 225.378 indivíduos necessitados, principalmente crianças desamparadas e traumatizadas e provenientes de agregados pobres, idosos, deficiente, exclusos e jovens. Na assistência directa à área da criança, foram atendidas num total de 58.768 crianças, das quais 90,4% foram documentadas, 5,8% tiveram atendimento a CDVs pelos Parceiros de Cooperação, 1,5% foram documentadas, 1,5% foram colocadas em infantários, 0,7% reunificadas em famílias biológicas e 0,2% reunificadas em famílias de acolhimento.

Gráfico 16. Assistência Directa à Criança



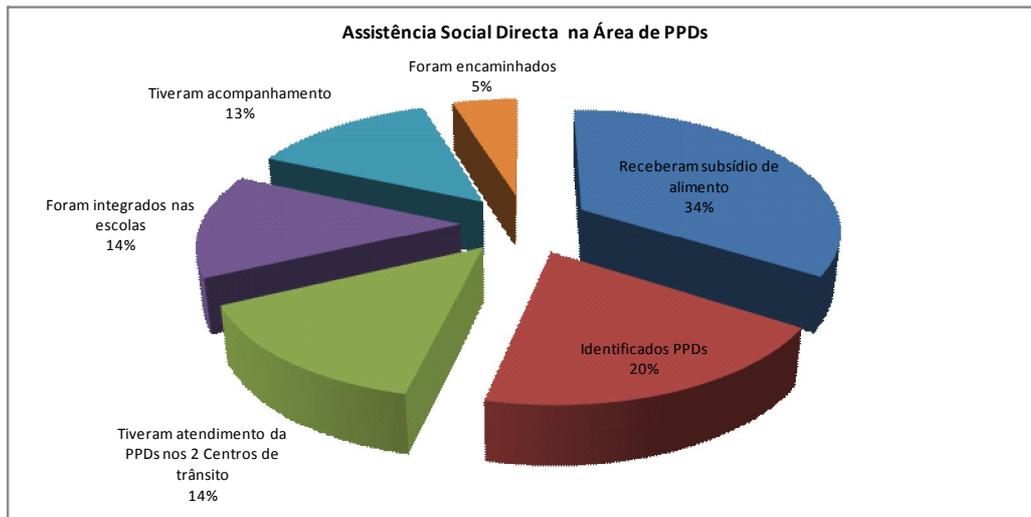
Fonte: DPMAS-Inhambane (2009)

Enquanto que na assistência social directa na área da PPD's foram atendidos no total de 9.495 necessitados, dos quais 1.851 PPD's foram identificados, 1.281 tiveram acompanhamentos, 456 foram encaminhados, 1.305 foram integrados nas escolas, 1367 tiveram atendimentos da PPDs nos 2 Centros de Trânsito e 3.235 receberam subsídio de alimento.

gestão desportiva, entre outras. Estas actividades, em geral, contribuem directa ou indirectamente no emprego e ocupação dos jovens.

³ *Exclusos* no documento no PEP. Não está claro se se refere a reclusos ou excluídos.

Gráfico 17. Assistência Social Directa na Área de PPDs

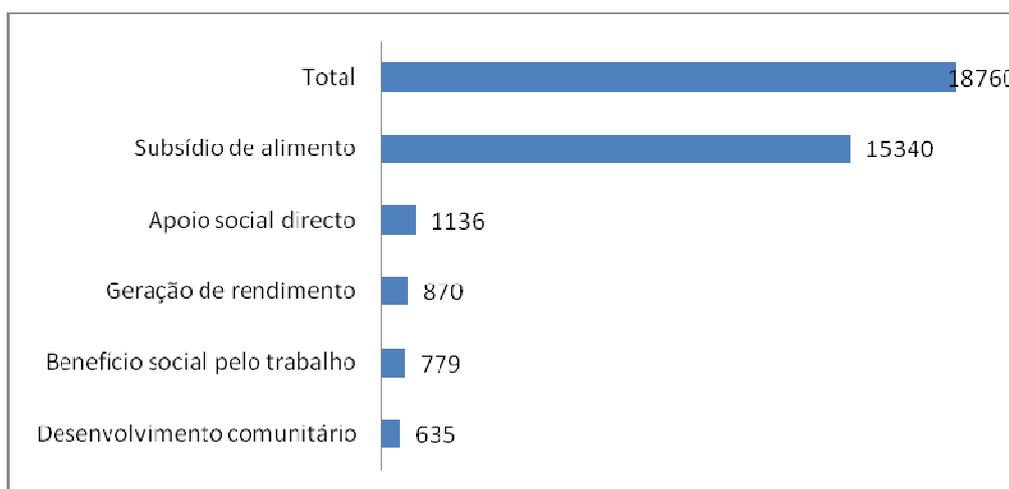


Fonte: DPMAS-Inhambane (2009)

Ainda neste objectivo, na assistência social directa na área do idoso, foram assistidos um total de 77.007, dos quais 75.984 (99%) beneficiaram do subsídio de alimento e 1.023 (1%) foram atendidos nos CAVs.

Na protecção e assistência social como se observa no gráfico a baixo foram atendidas 18.760 pessoas, das quais receberam subsídio de alimento no período 82%, apoio social directo 6%, geração de rendimento 5%, benefício social pelo trabalho 4% e desenvolvimento comunitário 3%.

Gráfico 18. Protecção e Assistência Social



Fonte: DPMAS-Inhambane (2009)

4.1.1.7 Reforçar as acções de reabilitação social dos grupos vulneráveis, inserindo em actividades geradoras de rendimento mulheres, deficientes, tóxico-dependentes, reclusos e infectados pelo HIV.

Para este objectivo foram desenvolvidas várias acções destacando-se a de reinserção social do recluso. Neste sentido, a direcção da cadeia desenvolveu diversas actividades que concorrem para a reintegração social do recluso. Essas actividades foram desenvolvidas nos centros abertos e/ou em brigadas:

- O Centro Prisional de Mutamba-Jangamo fabricou 6.183 tijolos. Fez-se a limpeza e fomento do bananal em 3ha dos 4ha existentes;
- Realizou-se actividade de fomento de bananal no centro prisional de Chilácua-Massinga, numa área de 1ha;
- Foram construídos e repovoados 7 tanques para a produção de peixe em Mutamba e Morrumbene;
- No Centro Prisional de Mucambi-Feha, em Morrumbene, promove-se em cada campanha a produção das culturas de 5ha de milho e algodão, consociados;
- No Centro Prisional de Jogó-Morrumbene, introduziu-se a cultura de arroz na fase experimental, além da prática de hortícolas diversas;
- No Centro Prisional de Chijinguir-Homoíne desenvolve-se a cultura de batata-reno, além de diversas hortícolas em 4ha;
- O Centro de Produção de Salela-Cidade de Inhambane, nos 5ha, produz-se milho, consociado com feijões. Igualmente produziu-se batata-reno, mandioca e diversas hortícolas;
- O Centro Prisional de Chiúnze-Massinga, com 40ha de área lavrada, produz-se milho e mandioca;
- Em Nhacolola-Inharrime, no espaço de 5ha produz-se milho, consociado com feijão nhemba. Igualmente produziu-se a mandioca e batata-reno;
- O Centro de Produção de Chibassa dedica-se à produção tijolos queimados em Mutamba e combustível lenhoso, e abastece regularmente as cadeias Provincial e da Cidade Municipal da Maxixe.

Os reclusos intramuros aprendem ofícios, nomeadamente:

- O fabrico de artigos artesanais, nomeadamente esteiras, cestos, peneiras, chapéus, entre outros, usando palha, onde estão envolvidos 13 reclusos;
- As mulheres em número de 22 aprendem a fazer corte e costura, tendo confeccionado artigos diversos, alguns dos quais constituíram motivos de exposição em algumas datas festivas, numa acção coordenada com a Direcção Provincial da Mulher e da Acção Social;
- Criação de animais de pequeno e grande porte no Centro Prisional de Chibassa e arredores da Cadeia Provincial de Inhambane, envolvendo 18 reclusos;
- A alfabetização e educação de adultos leccionada nas Cadeias Provincial e Distritais de Vilankulo, Massinga, Morrumbene e a Cidade Municipal de Maxixe, beneficiou 114 reclusos. Igualmente funcionou, na Cadeia Provincial, uma Turma da 6ª Classe que inscreve anualmente uma média de 15 alunos.

O Núcleo Provincial de Combate ao SIDA realizou, no período, várias actividades que se enquadram nas seguintes áreas: prevenção, advocacia e mitigação dos efeitos de HIV/SIDA, envolvendo vários parceiros designadamente, associações, ONG's e instituições de Estado. Foram implementados projectos de produção agrícola, artesanato, comércio, entre outros, que melhoraram a dieta alimentar e aumentaram o rendimento familiar de pessoas vivendo com HIV/SIDA e foram aprovados 47 projectos, em 2008, subindo para um total de 130 projectos implementados neste período.

As acções que concorreram para a mitigação e prevenção de HIV/SIDA foram as seguintes:

- A aquisição de 50 bovinos e respectivas charruas, 15 carroças metálicas, 04 motobombas, 03 motocultivadoras e 04 sistemas de irrigação gota a gota;
- A construção de 01 centro de formação vocacional, 01 centro internato para raparigas e construção de 10 aviários, 03 campos polivalentes de jogos; 03 edifícios para o funcionamento das associações de pessoas vivendo com o vírus da SIDA; de 20 casas para crianças órfãs e vulneráveis, viúvas e pessoas vivendo com HIV/SIDA no distrito de Govuro – Km 18 e de um centro de formação em carpintaria com capacidade para atender 205 crianças na comunidade de Môngué no âmbito da formação vocacional;
- Foram apoiadas duas associações na compra de 2 multicultivadoras na Cidade de Inhambane e Jangamo; 7.251 crianças órfãs no distrito de Zavala, Jangamo, Vilankulo, Govuro, Massinga e Cidade de Inhambane e Maxixe em uniforme e material básico escolar; e 1.254 crianças nos distritos de Vilankulo, Govuro, Mabote, Massinga, Morrumbene, Jangamo e Cidade da Maxixe em registo de nascimento; e
- Foram financiados 10 subprojectos ligados a criação de frangos, 9 subprojectos de criação de poedeiras para produção de ovos e 12 subprojectos de criação de suínos.

Não foram achados suficientes para avaliar as rubricas sobre a “*diminuição nas zonas urbanas da proporção da população que vive da agricultura*” e sobre a “*promoção do auto-emprego, principalmente em áreas vizinhas de projectos de desenvolvimento*”.

4.1.2 Resumo da Avaliação do Pilar da Pobreza e Bem-Estar

Rubrica	Fontes de Informação	Metas previstas	Data/Prazo	Resultados obtidos	Desvios	Justificação	
1	Redução da incidência da pobreza absoluta na Província para 50%, até 2010;	INE	50%	2010	S/I	-	Os dados sobre a incidência da pobreza, são obtidos a partir do Inquérito do Orçamento Familiar (IOF), ainda em processamento no INE – Central
2	Realizar, até 2010, estudos que permitam aprofundar, por distrito, as causas da pobreza e as especificidades dos	SP/DPPF	14	2010	5 36%	9 -64%	O estudo foi realizado Somente nos Distrito de Zavala, Massinga, Funhalouro e

Rubrica	Fontes de Informação	Metas previstas	Data/Prazo	Resultados obtidos	Desvios	Justificação	
	grupos alvos, definindo um Plano multi-sectorial de Intervenções específicas por distrito e grupo alvo (e respectivo sistema de monitoria);					Município da Maxixe	
3	Promover a utilização de mão-de-obra local na construção e reabilitação de infra-estruturas;	DPOPH	S/M	2009	100%	0	
4	Nas zonas urbanas diminuir a proporção da população que vive da agricultura;	DPPF	-	-	S/I	-	Não foi avaliado por falta de informação
5	Promover o acesso da população rural de baixa renda à recursos financeiros, pela disponibilização de serviços financeiros apropriados;	DPPF	S/M	2009	100%	0	
6	Promover o auto-emprego, principalmente em áreas vizinhas de projectos de desenvolvimento;	BAU	-	-	S/I	-	Não foi avaliado por falta de informação
7	Desenvolver programas de assistência social directa que abrangem indivíduos necessitados, principalmente mulheres, crianças desamparadas/traumatizadas e provenientes de agregados pobres, idosos, deficientes, tóxico-dependentes excluídos;	DPMAS	S/M	2009	100%	0	
8	Reforçar as acções de reabilitação social dos grupos vulneráveis, inserindo em actividades geradoras de rendimento mulheres, deficientes, tóxico-dependentes,	DPMAS/ NPCHIV- SIDA	S/M	2009	100%	0	

Rubrica	Fontes de Informação	Metas previstas	Data/Prazo	Resultados obtidos	Desvios	Justificação
reclusos e infectados pelo HIV.						

Dos cinco objectivos estratégicos avaliados, quatro foram cumpridos na íntegra e um em 36%, pelo que o grau de cumprimento do pilar é estimado em 87,2%. Os restantes três objectivos foram ignorados por falta de informação.

4.2 *Desenvolvimento Económico*

Para a avaliação deste pilar foram consultadas as seguintes entidades: Direcção Provincial de Plano e Finanças (DPPF), Direcção Provincial de Indústria e Comércio (DPIC), Balcão de Atendimento Único (BAU).

Na sua visão estratégica a província estabelece que “Inhambane será conhecida como a *Província do Investidor*, participando no PIB nacional com índice mais elevado e com maior rotação de capitais na Província, vendo, assim, as suas receitas fiscais aumentadas. Os recursos da Província serão aproveitados de maneira sustentável e beneficiando os seus habitantes através da criação de emprego e de um melhor e maior fornecimento de serviços e produtos de consumo.” Para o cumprimento dessa visão, a província definiu no seu plano estratégico, os seguintes objectivos para este pilar:

- 1) Garantir um ambiente propício e incentivador para o investimento e o desenvolvimento em todas as áreas da actividade económica;
- 2) Crescimento económico sustentado, com taxas médias de crescimento de PIB entre 7% e 8% por ano na província;
- 3) Aumento de receitas fiscais provenientes do pagamento do IVA e IRT e diminuição de multas;
- 4) Reduzida a burocracia quer através da simplificação dos procedimentos para a obtenção de licenças e autorizações quer através de uma maior coordenação entre as instituições de estado intervenientes;
- 5) Até ao final de 2009, em todas as instituições públicas provinciais e distritais, estarão divulgadas de maneira simples e entendível e postas à disposição do público, gratuitamente, todas as decisões, sistemas, normas, prazos, precários, regulamentos e legislação referentes a licenças, autorizações, pagamentos de impostos e taxas e aplicação de multas, salientando-se nas informações os direitos e obrigações dos investidores e das instituições públicas envolvidas;
- 6) Empresários nacionais bem como estrangeiros atraídos para investir na província, prioritariamente na área de exploração de recursos naturais, processamento e comercialização dos produtos agro pecuários, florestais e exploração turística;
- 7) O empresariado local apoiado na procura de soluções para o desenvolvimento; e
- 8) Existência de novas instituições de crédito especializado particularmente para o desenvolvimento das actividades agropecuárias.

4.2.1 Avaliação do Pilar de Desenvolvimento Económico

4.2.1.1 Garantir um ambiente propício e incentivador para o investimento e desenvolvimento em todas as actividades

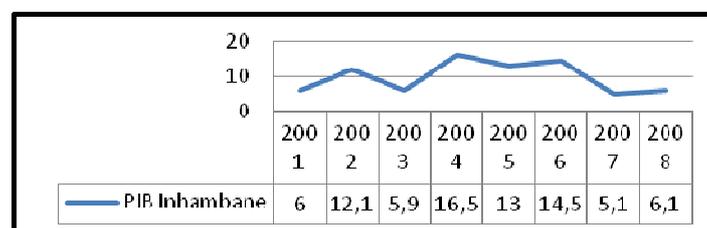
No âmbito deste objectivo foram realizadas as seguintes actividades:

- Divulgação das potencialidades económicas da Província através da participação anual na Feira Internacional de Maputo;
- Participação anual na Feira do Turismo, expondo as potencialidades e principais produtos turísticos;
- Participação na Feira Internacional de Comércio e Investimentos em Xiemen, na República Popular da China, no ano de 2007;
- Estabelecimento de parcerias internacionais para atracção de investimento (China e Índia – visitas do Governo Provincial a estes 2 países e vinda de delegações desses países em 2005, 2006 e 2008);
- Realização da conferência de investidores em 2002;
- Realização da conferência de desenvolvimento no Distrito de Morrumbene em 2008;
- Criação do BAU que permitiu a redução das barreiras administrativas na tramitação dos processos de investimento;
- Implementação do licenciamento simplificado no BAU, Governos Distritais e Conselhos Municipais, passando a licença para o exercício de actividades económicas sem impacto para o meio ambiente, a ser obtido imediatamente;
- Elaborado e implementado o fluxograma do processo de licenciamento de projectos e emissão de DUAT que permitiu a redução de tempo de espera de 1 ano para 15 dias para os nacionais e 90 dias para os estrangeiros, e;
- A atribuição de licenças para empreitadas reduziu de 30 dias para 15 dias.

4.2.1.2 Crescimento económico sustentado, com taxas médias de crescimento de PIB entre 7% e 8% por ano na província.

A economia da província conheceu uma evolução positiva. A taxa média de crescimento proposta era de 7% a 8% ao ano que foi superada tendo-se fixado em cerca de 10%. O maior desempenho verificou-se no período de 2004, 2005 e 2006 com taxas de crescimento de 16.5%, 13.0% e 14.5%, respectivamente. E as taxas mais baixas foram no período de 2001, 2003, 2007 com taxas de 6.0, 5.9 e 5.1%, respectivamente.

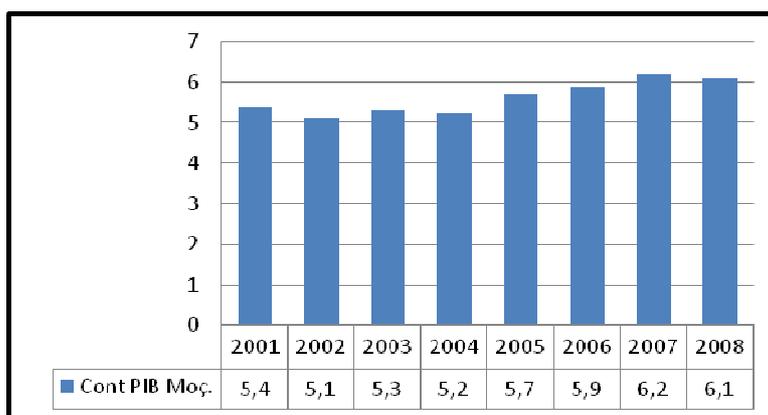
Gráfico 19. Índice do PIB de Inhambane



Fonte: INE-Inhambane (2009)

Por outro lado, a contribuição da província de Inhambane no PIB nacional em 1998, era de 5.2%. Desde 2005 a contribuição no PIB nacional tem vindo a registar uma subida gradual situando-se em 2008 em 6.0% o que representa uma evolução muito positiva.

Gráfico 20. Índice da Contribuição do PIB em Moçambique



Fonte: INE-Inhambane (2009)

4.2.1.3 Aumento de receitas fiscais provenientes do pagamento do IVA e IRT e diminuição de multas

Para a concretização deste objectivo foram desenvolvidas muitas acções entre as quais se destacam:

- Melhoria dos mecanismos de cobrança de receitas a todos níveis, com destaque para os apelos feitos a nível distrital no sentido de sensibilizar todos os agentes económicos para que cumpram com as suas obrigações, o que contribuiu para o aumento das receitas colectadas, criando deste modo, bases para que o distrito se torne paulatinamente uma unidade orçamental autónoma.
- A extinção a partir de 2003 de IRTA e surgimento do IRPC e IRPS.

Quadro 6. Evolução das receitas (Milhares de Mt)– Província de Inhambane

Ano	IVA	IRTA a)	IRPC	IRPS	Total
2000	7,571.81	6,279.59			13,851.40
2001	9,607.05	9,080.25			18,687.30
2002	26,988.43	13,099.68			40,088.11
2003	31,105.22	16,126.36	910.13	15,216.23	63,357.94
2004	41,528.80	32,766.33	4,682.88	28,083.45	107,061.46
2005	46,092.30	39,276.30	4,794.70	34,481.60	124,644.90
2006	61,225.50	51,307.40	9,358.30	41,949.10	163,840.30
2007	66,080.70	63,134.50	9,875.30	53,259.20	192,349.70
2008	83,659.20	80,939.30	14,188.70	66,750.60	245,537.80
Total	373,859.01	312,009.71	43,810.01	239,740.18	969,418.91

Fonte: DPPF – Inhambane (2009)

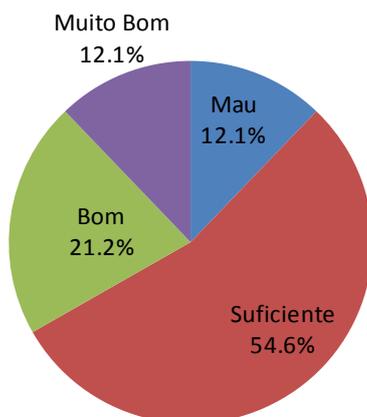
Como se pode observar, as receitas da província aumentaram de 13.851,40 Milhares de Mt em 2000 para 245.537,80 Milhares de Mt em 2008 o que corresponde a um aumento de cerca de 18 vezes mais.

4.2.1.4 Reduzida a burocracia quer através da simplificação dos procedimentos para a obtenção de licenças e autorizações quer através de uma maior coordenação entre as instituições de Estado intervenientes.

A burocracia foi reduzida com a introdução do decreto 2/2008, de 2 de Março, que cria o licenciamento simplificado. Este incorporou a desconcentração e descongestionamento de competências, alargando-as até ao nível de presidentes dos conselhos municipais, administradores de distritos e directores de BAU. Esta acção traduziu-se no aumento de processos tramitados em menos tempo.

Para melhor aferição deste indicador, entrevistámos os gestores privados da Província sobre a avaliação que fazem ao atendimento que recebem nas instituições públicas quando vão à busca de informação para solução dos seus problemas. Somente 12,1% consideram o atendimento Mau. Mais de metade (54.5%) consideram Suficiente; Pouco mais de um quinto (21.2%) consideram Bom e quase um oitavo (12.1%) consideram Muito Bom.

Gráfico 21. Percepção do sector privado sobre o atendimento por parte das instituições públicas



Fonte: Resultados do Inquérito (2009)

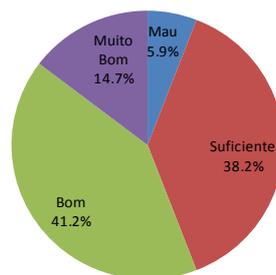
4.2.1.5 Até ao final de 2009, em todas as instituições públicas provinciais e distritais, estarão divulgadas de maneira simples e entendível e postas à disposição do público, gratuitamente, todas as decisões, sistemas, normas, prazos, precários, regulamentos e legislação referentes a licenças, autorizações, pagamentos de impostos e taxas e aplicação de multas, salientando-se, nas informações, os direitos e obrigações dos investidores e das instituições públicas envolvidas

O BAUI levou a efeito a divulgação da legislação do sector a nível de todos os distritos, tendo disponibilizado toda a documentação normativa de forma gratuita. A actividade licenciadora, envolve custos, o que levou o BAUI a explicar com clareza suficiente as taxas que cabem a cada actividade económica.

As decisões do governo, sistemas, normas, prazos, precários, regulamentos e legislação referente a licenças, autorizações, pagamentos de impostos e taxas de aplicação de multas são afixados nas vitrinas disponíveis em todas as sedes distritais, postos administrativos e localidades.

Das entrevistas realizadas ao sector privado, constatou-se que 5.9% das instituições do sector privado considera o grau de familiarização/conhecimento que a sua empresa ou organização tem em relação aos sistemas de licenças, autorizações, pagamento de impostos e taxas, aplicação de multa é Mau 38.2% é Suficiente, 41.2% é Bom e 14.7% é Muito Bom, conforme o gráfico II 5 abaixo.

Gráfico 22. Familiarização dos Empresários com os Regulamentos do Estado na Área Empresarial



Fonte: Resultados do Inquérito (2009)

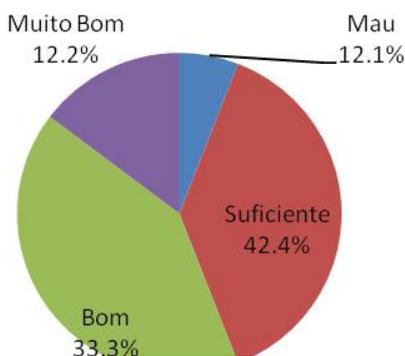
Dos gestores entrevistados que responderam que o grau de familiarização é suficiente, bom ou muito bom, foram inquiridos sobre o seu nível de conhecimento específico nos aspectos sobre os sistemas de licenças, autorizações, pagamento de impostos e taxas de aplicação de multa. Cerca de 78% dos gestores inquiridos afirmam que têm conhecimento específico nos aspectos sobre as Normas, os Regulamento e a Legislação. O mesmo número de gestores inquiridos afirma que tem conhecimento específico nos aspectos sobre os Prazos e 73.3% têm conhecimento específico nos aspectos sobre Precários.

Identicamente, os gestores ou líderes de instituições do sector privado foram inquiridos sobre o grau de familiarização/conhecimento que a sua empresa ou organização tem em relação aos

direitos e obrigações dos investidores. Face a esta questão, o número de gestores que consideram que o grau de familiarização/conhecimento dos gestores ou líderes de instituições privadas é Mau corresponde a 15.2%, Suficiente 39.4%, Bom 36.4% e Muito Bom 9.0%.

Por outro lado, os gestores ou líderes de instituições do sector privado foram inquiridos sobre o grau de familiarização/conhecimento que a sua empresa ou organização tem em relação aos direitos e obrigações das instituições públicas. Quase metade (45,7%) responderam que tal conhecimento é muito bom ou bom, 42.4% que é suficiente e somente 12.1% que é Mau, conforme gráfico seguinte:

Gráfico 23. Familiarização dos Empresários sobre os Direitos e Obrigações do Governo



Fonte: Resultados do Inquérito (2009)

4.2.1.6 Empresários nacionais bem como estrangeiros atraídos para investir na província, prioritariamente na área de exploração de recursos naturais, processamento e comercialização dos produtos agro-pecuários e florestais e exploração turística.

Neste âmbito, foram simplificados e uniformizados os procedimentos pela Lei de Investimentos e pelo Código de Benefícios Fiscais e tiveram como resultado o investimento concreto por 45 empresários, entre nacionais e estrangeiros para a exploração dos seguintes recursos:

Quadro 7. Unidade de Processamento

<i>Unidade de processamento</i>	<i>Número</i>
Exploração mineira	32
Copra	6
Fibra de coco para adubos e fertilizantes	3
Castanha de caju	2
Matapa	1
Fruta	1

Fonte: DPIC-Inhambane (2009)

4.2.1.7 O empresariado local apoiado na procura de soluções para o desenvolvimento

Foram concedidos apoios ao empresariado nacional através dos fundos do FARE, no valor global de 9.438.679 Mt, conforme a tabela seguinte:

Quadro 8. Ramos de actividade

Ramo de actividade	Número de empresas
Comerciantes para a reabilitação de cantinas rurais	50
Agentes da área pesqueira	7
Operadores para a agro-pecuária	7
Operadores para a avicultura	5
Operadores de pequena indústria	5

Fonte: DPIC-Inhambane (2009)

Segundo entrevistas realizadas 57.6% dos gestores ou líderes das instituições privadas responderam que têm recebido apoio quando procuram soluções para seu melhoramento.

4.2.1.8 Existência de novas instituições de crédito especializado particularmente para o desenvolvimento das actividades agropecuárias.

Existem na província as seguintes instituições de crédito para o financiamento das actividades:

- Descentralização de fundos de investimento de iniciativa local aos distritos (7milhões), para financiamento de projectos destinados à produção de mais comida e criação de posto de emprego;
- Fundo de Apoio à Reabilitação Económica/Programa de Apoio às Finanças Rurais;
- Instituições de intermediação financeira.

Quadro 9. Instituições Financeiras

Distritos	M. BIM	BCI	B. Terra	FFP	FCC	GM	Care	S. Bank	BM	Socremo	Barclays
Cde Maxixe	X	X	X					X	X	X	X
Cde Inhambane	X	X								X	X
Funhalouro											
Govuro						X	X				
Homoine	X										
Inharrime	X	X									
Inhassoro	X	X									
Jangamo											
Mabote											
Massinga	X	X			X						X
Morrumbene											
Panda											
Vilankulo	X	X		X	X		X				X
Zavala	X	X									

<i>Distritos</i>	<i>M. BIM</i>	<i>BCI</i>	<i>B. Terra</i>	<i>FFP</i>	<i>FCC</i>	<i>GM</i>	<i>Care</i>	<i>S. Bank</i>	<i>BM</i>	<i>Socremo</i>	<i>Barclays</i>
Praia de Tofo		X									

Legenda:

M. BIM = Millenium BIM
 FFP = Fundo de Fomento Pesqueiro
 FCC = Fundo de Crédito Comunitário
 GM = Grupo Multisectorial
 S. Bank = Standard Bank

Fonte: DPPF-Inhambane (2009)

4.2.2 *Resumo da Avaliação do Pilar de Desenvolvimento Económico*

Rubricas	Fonte	Metas	Datas/Prazo	Resultados	Desvio	Justificação
1. Garantido um ambiente propicio e incentivador de investimento;	DPPF BAU	S/M	2009	100%	0	
2. Crescimento económico sustentado, com taxas médias de crescimento de PIB entre 7% e 8% por ano na província;	INE	7 a 8%	2009	142%	+42%	
3. Aumento de receitas fiscais provenientes do pagamento do IVA e IRT e diminuição de multas;	DPPF	S/M	2009	100%	0	
4. Reduzida a burocracia através quer da simplificação dos procedimentos para a obtenção de licenças e autorizações quer de uma maior coordenação entre as instituições do Estado intervenientes;	DDPF BAU Entrevistas ao sector privado	S/M	2009	100%	0	
5. Até ao final de 2009, em todas as instituições públicas provinciais e distritais, estarão divulgadas de maneira simples e entendível e postas à disposição do público, gratuitamente, todas as decisões, sistemas, normas, prazos, preçários, regulamentos e legislação referentes a licenças, autorizações, pagamentos de impostos e taxas e aplicação de multas, salientando-se nas informações os direitos e obrigações dos investidores e das instituições públicas envolvidas;	DPPF BAU	100%	2009	100%	0	
6. Empresários nacionais bem como estrangeiros atraídos para investir na província, prioritariamente na área de exploração de recursos naturais, processamento e comercialização dos produtos agropecuárias e florestais e exploração turística;	BAU/DPPF Entrevistas aos sector privado	S/M	2009	100%	0	
7. Empresariado local apoiado na procura de soluções para o desenvolvimento;	DPPF/DPCI Entrevistas ao sector privado	S/M	2009	100%	0	
8. Existência de novas Instituições de crédito especializado particularmente para o desenvolvimento das actividades agropecuárias.	BM/DPPF DPA	S/M	2009	100%	0	

Dos oito objectivos deste pilar, sete foram avaliados com uma realização de 100% em virtude de ausência de metas e de se ter constatado que em todos eles foram realizados acções meritórias que se repercutiram no crescimento económico e na melhoria das condições de vida dos cidadãos e um foi avaliado em 142%. Deste modo, o grau de cumprimento médio é de 105,3%

4.3 Segurança Alimentar

O período de maior vulnerabilidade alimentar situa-se entre o fim da Segunda época agrícola e as primeiras colheitas da campanha agrícola seguinte. Em princípio, as colheitas principais deveriam proporcionar aos agregados familiares não apenas reservas de produtos básicos, como rendimentos monetários para satisfazer necessidades não alimentares. Mas para muitas famílias as reservas alimentares esgotam-se antes das colheitas seguintes. Estas famílias tornam-se dependentes de actividades não-agrícolas e do funcionamento dos mercados. As oportunidades e a capacidade que tiverem para recorrer a estratégias de adaptação neste período, irão definir a sua situação alimentar.

A segurança alimentar não depende apenas da produção agrícola, mas de muitos outros componentes. Nas áreas em que há maior diversificação de actividades as famílias têm geralmente maior estabilidade. Pode haver áreas de baixo potencial agrícola, mas de bons rendimentos monetários, pelo que, tendo acesso a mercados de produtos alimentares as famílias poderão com alguma facilidade passar todo o ano sem afectar a sua dieta alimentar normal.

A Segurança Alimentar altera-se facilmente, de acordo com a existência ou não de situações de desastre natural (cheias, secas, etc.). Por isso a manutenção de um sistema permanente de acompanhamento de alguns indicadores que permitam a avaliação da segurança alimentar em cada distrito e a níveis mais baixos, se possível, é de grande importância. Ele poderá prever antecipadamente situações de crise, de forma a serem encontradas medidas de prevenção e mitigação dos problemas.

De acordo com os inquéritos de Segurança Alimentar concluiu-se que, na Província de Inhambane, num ano “normal”, o único distrito com problemas alimentares é Panda, no Posto Administrativo de Mawayela. Mas os distritos de Funhalouro, Mabote e o Posto Administrativo de Chicomo (Massinga) possuem dificuldades económicas sendo mais graves em Chicomo. No entanto, a Província no seu todo corre o risco de secas periódicas, pelo que a segurança alimentar a longo prazo depende de uma maior diversificação da economia das famílias e da mitigação dos riscos da seca. Por outro lado, há áreas na Província que estão sob o risco de cheias de primeiro nível – distritos de Govuro, Inhassoro, Inharrime, Mabote, Funhalouro e Zavala.

Por isso, a Província necessita de um sistema de Aviso Prévio bem estruturado, responsável e competente para poder responder, planificar e gerir os desastres que surjam. Este sistema tem que se apoiar numa sólida base de informação e projecção demográfica, uma vez que apenas a avaliação quantitativa distrital da percentagem de pessoas em risco pode dar uma ideia errada do local onde há mais pessoas com necessidades.

Caixa 2: Definição de Segurança Alimentar

O termo “Segurança Alimentar” começou a ser utilizado após o fim da Primeira Guerra Mundial. Com a traumática experiência da guerra. Portanto, esta questão adquiria um significado de segurança nacional para cada país, apontando para a necessidade de formação de estoques “estratégicos” de alimentos e fortalecendo a ideia de que a soberania de um país dependia de sua capacidade de auto-suprimento de alimentos.

Em Moçambique, o Governo define a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como *o direito de todas as pessoas, a todo o momento, ao acesso físico, económico, e sustentável a uma alimentação adequada, em quantidade, qualidade, e aceitável no contexto cultural, para satisfazer as necessidades e preferências alimentares, para uma vida saudável e activa* (ESAN II).

4.3.1 Avaliação do Pilar de Segurança Alimentar

Os objectivos definidos para o pilar de segurança alimentar são:

- 1) Aumentados os rendimentos das famílias rurais numa média de 10% por ano;
- 2) Divulgada a Lei de Terra em todos os distritos e estabelecidos os mecanismos que garantem segurança da posse e uso de terra, particularmente pelo sector familiar;
- 3) Aumentados os serviços de extensão rural em zonas de risco e/ou vulnerabilidade à insegurança alimentar, principalmente nos distritos de Funhalouro, Mabote, Massinga/Chicomo, Panda/ Mawayela;
- 4) Fortalecido o sistema de aviso prévio ao nível distrital e melhorada a divulgação de informação em qualidade e oportunidade;
- 5) Fortalecidos os serviços meteorológicos e divulgada informação regularmente para apoiar não só o sistema de aviso prévio, mas também outras actividades económicas como pesca, agricultura, turismo e serviços aéreos;
- 6) Fortalecida a capacidade de gestão de calamidades e elaborado um plano de emergência antecipado, preparado para vários cenários prováveis de desastres;
- 7) Aumentados os volumes comercializados de produtos agro-pecuários, florestais e de pescas; (por um conjunto de medidas que, não sendo iguais para todos os distritos, envolvem como acções mais salientes: a recuperação da rede comercial, o funcionamento de mercados e feiras rurais, a participação de associações de produtores, acções de divulgação e formação sobre gestão e comércio, aumento do dinamismo comercial dos produtores, e o processamento da produção local);
- 8) Melhorado o acesso à informação de mercados e preços nas zonas rurais;
- 9) Fomentada a produção pecuária como fonte de alimentos e de rendimentos;
- 10) Diversificados e aumentado o volume de produção das actividades económicas e fontes de rendimento nas zonas rurais, particularmente nos distritos de Funhalouro, Mabote, Massinga/Chicomo, Panda/ Mawayela;
- 11) Alargados e intensificados os programas de educação comunitária relacionadas com saúde, nutrição, higiene e saneamento nas zonas rurais, prioritariamente nas zonas em risco e/ou vulnerabilidade à insegurança alimentar, ou seja, nos distritos de Funhalouro, Mabote, Massinga/Chicomo, Panda/ Mawayela.

A situação de cada objectivo é a seguinte:

4.3.1.1 Aumento dos rendimentos das famílias numa média de 10% por ano.

O aumento do rendimento das famílias é equivalente ao aumento do PIB provincial, já analisado na secção anterior, cabendo aqui referir somente que aumentou a uma taxa média de cerca de 10% ao ano, superior à taxa planificada de 7-8%/ano.

4.3.1.2 Divulgada a Lei de Terra em todos os distritos e estabelecidos os mecanismos que garantem segurança da posse e uso de terra, particularmente pelo sector familiar;

A lei de terra no período em avaliação foi divulgada em todos os distritos da província mediante as palestras e a fixação da mesma nos murais dos governos distritais. Destacam-se as seguintes actividades:

- Realizados três seminários de divulgação da Lei de Terra na Cidade de Inhambane e nos Distritos de Jangamo e Govuro envolvendo 50, 26 e 38 participantes, respectivamente;
- Realizadas fiscalizações a terrenos autorizados com 2 a 5 anos, nos distritos de Jangamo (8), Massinga (9), Inharrime (7) e Zavala (11);
- Realizada a reunião de divulgação de procedimentos, para pedidos de concessão florestal a cerca de 40 operadores de madeira, lenha, estacas e carvão, no Distrito de Massinga;
- Divulgada a Lei e regulamento das florestas e fauna bravia, para madeireiros dos distritos de Govuro, Mabote, Vilankulo, Inhassoro, Funhalouro, Massinga, Morrumbene e Panda;
- Divulgadas as técnicas agro-silviculturas em 45 comunidades, sendo 5 de Govuro, 3 de Inhassoro, 4 de Vilankulo, 7 de Mabote, 5 de Funhalouro, 4 de Massinga, 7 de Morrumbene, 3 de Panda, 5 de Inharrime e 2 de Zavala;
- Em curso a divulgação das leis do sector agrícola nos distritos com redes de extensão em funcionamento (Massinga, Morrumbene, Homoíne, Panda e Inharrime) e nos distritos de Mabote e Funhalouro;
- Abertos 1.575 processos DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento de Terra), dos quais 1.380 deferidos, 27 indeferidos, 97 em tramitação e 216 cancelados;
- Demarcação de 310 parcelas;
- Realizadas 382 consultas às comunidades locais;
- Feitas 30 delimitações de terras para uso comunitário;
- Fiscalizadas 119 parcelas, verificação de 20 terrenos autorizados e reconhecimento de 495 parcelas; e
- Resolvidos 66 conflitos de terra.

4.3.1.3 Aumentados os serviços de extensão rural em zonas de risco e/ou vulnerabilidade à insegurança alimentar, principalmente nos distritos de Funhalouro, Mabote, Massinga/Chicomo, Panda/Mawayela.

Quando foi elaborado o plano estratégico da Província, estes distritos não contavam com extensionistas. Actualmente, como se pode observar na tabela a seguir, o número de

extensionistas por distritos permitiu aumentar os serviços de extensão rural nessas zonas de riscos.

Quadro 10. Número de Extensionistas por Distrito

<i>Distrito</i>	<i>Extensionistas (2009)</i>
Funhalouro	2
Mabote	2
Massinga	10
Panda	6

Fonte: DPA-Inhambane (2009)

4.3.1.4 Fortalecido o sistema de aviso prévio ao nível distrital e melhorada a divulgação de informação em qualidade e oportunidade.

Durante o período, o MINAG/DPA organizou e desenvolveu o sistema de aviso prévio que se estende actualmente a todos os distritos permitindo a prevenção da produção agrária. Paralelamente, foi instalado um sistema de controlo dos desastres naturais através do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades.

4.3.1.5 Fortalecidos os serviços meteorológicos e divulgada a informação regularmente para apoiar não só o sistema de aviso prévio, mas também outras actividades económicas como pesca, agricultura, turismo e serviços aéreos.

Durante o período de 2004 à 2008, o serviço de meteorologia garantiu a recolha e sistematização de dados sobre os fenómenos ocorridos na zona costeira e no interior da Província, sendo de realçar a movimentação e dissipação de mau tempo, caracterizado por chuvas fortes e ciclones na região costeira da Província e com temperaturas elevadas.

Ainda no mesmo período, foram feitos levantamentos do estado de conservação e funcionamento dos 13 postos climatológicos instalados nos Distritos tendo-se constatado que todos encontram-se operacionais.

O Instituto Nacional de Metrologia no período em análise forneceu a informação sobre a metrologia e o estado do tempo como sistema de aviso prévio beneficiando as áreas económicas fundamentalmente a pesca, agricultura, turismo e serviços aéreo.

4.3.1.6 Fortalecida a capacidade de gestão de calamidades e elaborado um plano de emergência antecipado, preparado para vários cenários prováveis de desastres.

O período em balanço foi caracterizado por escassez de chuva em toda a Província, com mais gravidade nos distritos do interior, provocando a insegurança alimentar a cerca de 298.443

pessoas. Para fazer face a esta situação foram adoptadas medidas de prevenção e de mitigação com o fim de reduzir o impacto negativo dos fenómenos calamitosos, designadamente:

- Assistência a 190.512 pessoas afectadas pela seca, o que corresponde 63,8% da população afectada, beneficiando de 5.715ton de produtos alimentares diversos, sendo 859ton adquiridos pelo Governo Provincial e restantes pelos parceiros;
- Sensibilização às comunidades afectadas para a prática de culturas tolerantes à seca e sustentáveis a cada região face à ocorrência cíclica de seca;
- Criação de comités comunitários de gestão de risco de calamidades nos distritos propensos aos ciclones e inundações, designadamente os da zona costeira conforme o quadro seguinte:

Quadro 11. Comités comunitários de gestão de risco de calamidades

<i>Distrito</i>	<i>Criados</i>	<i>Formados</i>	<i>Equipados</i>
Panda	4	2	0
Funhalouro	3	3	0
Mabote	3	2	0
Govuro	29	29	21
Inhassoro	18	8	9
Vilankulo	28	28	18
Inharrime	3	3	0
Morrumbene	1	1	0
Jangamo	2	2	0
Inhambane	2	2	0
Massinga	6	6	6
Total	99	86	54

Fonte: NPGCN-Inhambane (2009)

- Construção de 11 represas nas zonas semi-áridas; construção de cisternas, sendo: 8 colectivas com capacidade de 6,200m³ cada para 1.240 famílias no distrito de Massinga; 120 cisternas familiares com capacidade de 6,200m³ cada para 120 famílias no Distrito de Funhalouro e 80 cisternas familiares com capacidade de 6,200m³ cada para 80 famílias no Distrito de Panda.
- Instalação de Centros de Recursos e Uso Múltiplo que estão a dar um passo significativo no desenvolvimento dos Distritos de Mabote e Funhalouro.
- Instalação de uma fabriqueta para a produção de derivados de carne e transformação de frutas silvestres para o consumo da população no Distrito de Mabote.
- Formação de 120 pessoas em matéria de agro-processamento dos frutos silvestres, como massala, mavilua, folhas de abóbora, em 4 localidades: Manhiça, Tsenane, Mavume e Localidade-sede, sendo 30 pessoas em cada localidade. A partir desta formação foi produzido jam para consumo das 120 famílias, numa primeira fase.
- Em termos de infra-estruturas de gestão, montagem de dois udómetros, sendo 1 em Mapinhane, Distrito de Vilankulo e 1 em Zimane, no Distrito de Mabote, numa acção levada a cabo pelo INAM, no âmbito de mitigação dos efeitos de calamidades.

No ano de 2007 registou-se a ocorrência do ciclone Fávio (nível 4), o qual assolou os distritos de Vilankulo, Inhassoro, Govuro e Massinga, causando perdas humanas, ferimentos de pessoas, destruição de infra-estruturas económicas e sociais, culturas agrícolas, bens materiais, incluindo

habitações. O ciclone afectou 97.500 pessoas dos três distritos, tendo destruído diferentes infra-estruturas sociais e económicas, designadamente: 11 unidades sanitárias, 379 salas de aula, 74 estabelecimentos comerciais, 18.946 habitações, para além de edifícios da administração pública, estâncias turísticas e escritórios diversos.

O quadro que segue resume as acções realizadas para dar apoio às famílias e instituições afectadas:

Quadro 12. Apoio às famílias e instituições afectadas

<i>Nr</i>	<i>Designação</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quant</i>
1	Lonas	Rolo	4,100
2	Gerricans	Un	4,186
3	Sabão	Un	15,070
4	Redes mosquiteiras	Un	3,380
5	Kits familiares	Un	450
6	Purificador de água	Embalagem	8,960
7	Mantas	Un	2,298
8	Lajes para latrinas	Un	80
9	Barrotes	Un	770
10	Pregos	Caixas	360
11	Chapas de zinco normais	Un	11,330
12	Chapa de zinco IBR	Un	10,000

Fonte: NPGCN-Inhambane (2009)

Os apoios em insumos agrícolas para a população afectada pelas calamidades são estimados em 22.522 tons de milho e leguminosas; 1.550,3 kg de hortícolas; 943 catanas; 30 kg de adubos; ancinhos, machados, serrotes limas e foices, em 10 unidades para cada um destes *utensílios*. Para o sector empresarial, com objectivo de moralizar e incentivar a reconstrução das estâncias turísticas destruídas pelo ciclone, o Governo concedeu incentivos, através de isenção de direitos aduaneiros aos operadores turísticos afectados pelo ciclone Fávio. Foram ainda retiradas as multas que tinham sido aplicadas a alguns operadores por diversas infracções.

A partir de Dezembro de 2007 até Janeiro de 2008, o Distrito de Govuro foi assolado por cheias pela subida das águas do Rio Save. Para fazer face à calamidade foram criados dois centros para o reassentamento das populações nos quais foram acomodadas 7.481 pessoas, assim discriminadas:

Quadro 13. Reassentamento

<i>Local</i>	<i>Nº de famílias</i>	<i>Pessoas Reassentadas</i>			<i>Total</i>
		<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Crianças</i>	
Centro de Jenga	480	340	717	1.022	2.079
Centro de Mahave	1.350	832	1.498	3.072	5.402
Total	1.830	1.172	2.215	4.094	7.481

Fonte: NPGCN-Inhambane (2009)

Para os centros de Jenga e Mahave, foi providenciada a assistência médica e saneamento e aprovisionamento de produtos alimentares diversos, num total de 9.376,71ton.

Em 2008, foram recebidos e evacuados 1.336 regressados da República da África do Sul, vítimas de xenofobia, para diferentes distritos, nas respectivas zonas de origem; e deste incidente regressaram também sem vida 5 corpos para os distritos de Massinga, Homoíne, Zavala e Inharrime.

Em Dezembro de 2008 as Cidades de Inhambane e Maxixe foram fustigadas por chuvas intensas que culminaram com inundações nas duas cidades, tendo afectado em termos de residências dos munícipes 227 e 52 famílias, respectivamente. Dado este cenário, vários bens foram canalizados, com vista a apoiar as famílias afectadas, pelo INGC 5 fardos de roupa usada, sendo 3 para Maxixe e 2 para Inhambane além de 4 fardos de roupa usada para toda a província.

Quadro 14. Distribuição de produtos alimentares

<i>Produtos</i>	<i>Unidade</i>	<i>Inhambane Cde</i>	<i>Maxixe</i>	<i>Entidade Doadora</i>
Arroz	Kg	250	200	INGC
Feijão	Kg	111	20	INGC
Óleo	Litro	23	20	INGC
Sal	Kg	7	10	INGC
Açúcar	Kg	40	40	INGC
Folha de chá	Kg	1	5	INGC
Farinha de milho	Kg	100	100	INGC
Sardinha	Cx	2	2	INGC
Sabão	Cx	1	1	CM
Cebola	Unidade	0	10	CM
Peixe	Kg	30	10	CM
Amendoim	Kg	0	5	CM
Lenha	m ³	9	5	CM
Detergente	Cx	0	1	CM

Fonte: NPGCN-Inhambane (2009)

4.3.1.7 Aumentados os volumes comercializados de produtos agro-pecuários, florestais e de pescas; (por um conjunto de medidas que, não sendo iguais para todos os distritos, envolvem como acções mais salientes: a recuperação da rede comercial, o funcionamento de mercados e feiras rurais, a participação de associações de produtores, acções de divulgação e formação sobre gestão e comércio, aumento do dinamismo comercial dos produtores, e o processamento da produção local);

Relativamente a actividade florestal, foram licenciadas, nos últimos 4 anos 36.146,5m³ de madeira diversa entre chanfuta, umbila e mecrusse e escoadas efectivamente 15.720,2m³.

Como resultado das medidas tomadas na área florestal e faunística, pode-se destacar o melhoramento da capacidade de actuação do sistema de fiscalização florestal e faunístico, maior participação das comunidades no controlo e maneo sustentável dos recursos, diminuição da frequência de ocorrência de queimadas descontroladas, particularmente, nos distritos de Mabote e Inhassoro, e crescimento do número de comunidades interessadas em se licenciarem para a exploração de recursos florestais.

Quadro 15. Produção florestal (U/M m³)

Anos	Espécies				Total
	Chanfuta	Umbila	Mecruse	Outras	
2000	964	83	249	351	1,647
2001	3,888	242	360.5	1055.9	5,546
2002	5,509	164.6	382.2	390.6	6,447
2003	880	50.8	131.9	470.3	1,533
2004	855	11.3	148.8	605.1	1,620
2005	1,052	15	346.5	2465.5	3,879
2006	833	0	426	1969	3,228
2007	374	0	132.8	6925.5	7,433
2008	670	0	352.7	4817.6	5,841
2009	239	50.4	23	7499.4	7,812
Total	15,264	617	2,553	26,550	44,984

Fonte: DPA-Inhambane (2009)

A comercialização agrícola registou uma tendência de crescimento, sobretudo nos produtos como copra, castanha de cajú, mafura e mandioca. Esta tendência é justificada pela reabilitação da rede comercial rural e melhorias das vias de acesso.

Quadro 16. Comercialização Agrícola (t)

Produto	Anos										Total
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Milho	662	684	368	600	547	494	348	820	1,010	1,102	6,635
Feijão	56	148	151	115	566	197	473	396	1,004	1,031	4,137
Mandioca	242	233	283	310	462	594	337	562	1,020	1,186	5,229
Amendoim	355	261	159	71	186	383	146	251	500	1,501	3,813
Copra	9,883	13,458	21,495	19,442	15,209	15,855	19,839	28,402	29,577	29,650	202,810
Mafura	119	176	650	360	204	226	71	70	131	400	2,407
Cast. de cajú	572	90	750	3,386	2,146	6,381	6,238	7,324	9,218	8,251	44,356
Total	11,889	15,050	3,856	24,284	19,320	24,130	7,452	37,825	42,459	43,121	269,386

Fonte: DPIC-Inhambane (2009)

O sector das pescas teve uma contribuição importante no quadro geral da produção económica da Província e é um dos sectores cujos produtos são comercializados no mercado nacional e internacional. As exportações são feitas maioritariamente para o mercado da União Europeia.

Para capitalizar este papel, o sector está a actuar na garantia de qualidade através da consolidação dos serviços de inspecção de pescado bem como no reforço da competitividade e da diversificação dos produtos pesqueiros nacionais para a exportação.

O quadro que se segue apresenta a evolução dos indicadores de produção pesqueira na Província, o qual mostra que as principais capturas correspondem ao peixe e camarão, os dois principais produtos que não só abastecem o mercado nacional mas também o internacional (União Europeia).

Quadro 17. Evolução dos Indicadores de Produção Pesqueira

<i>Espécie</i>	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Peixe	4,500	4,400	4,840	5,356	2,678	2,055	1,827	1,043	3,299	5,749	35,748
Camarão	300	305	400	277	346	1,302	310	290	743	83	4,357
Cefalópodes	438	450	500	504	4	250	198	280	621	441	3,686
Caranguejo	734	736	949	1,050	37	18	49	57	641	158	4,429
Outros	195	208	186	152	34	64	33	59	620	68	1,618
Total	6,166	6,099	6,875	7,339	3,099	3,690	2,416	1,729	5,925	6,499	49,838

Legenda: A rubrica Outros inclui lagosta, mexilhão e holutúrias.

Fonte: DPP-Inhambane (2009)

4.3.1.8 Melhorado o acesso à informação de mercados e preços nas zonas rurais

No encontro com a sociedade civil, os participantes afirmaram que este objectivo foi levado a cabo já que pela rádio comunitária são dadas as informações sobre o comportamento dos preços dos produtos de primeira necessidade o que permite fazer comparação com os preços de outros mercados do país.

4.3.1.9 Fomentada a produção pecuária como fonte de alimentos e de rendimentos;

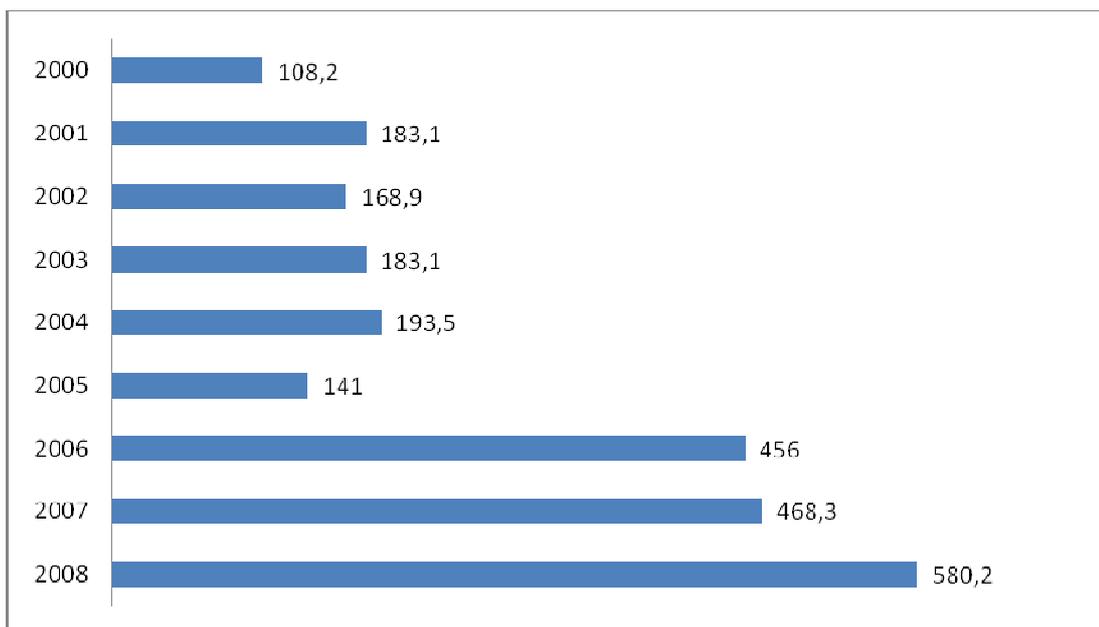
A principal acção no ramo pecuário foi orientada no sentido de melhorar a produção pecuária e saúde animal, sobretudo no sector familiar. Assim, várias actividades concorrentes para este objectivo foram realizadas:

- Reabilitação de 5 tanques carracicidas totalizando 89 operacionais e 19 inoperacionais;
- Construção de 10 bebedores;
- Formação de 50 provedores veterinários nos distritos;
- Realização de banhos carracicidas e vacinação do gado;
- Realização de arrolamento do gado que apurou a existência de 93.680 bovinos, 104.000 caprinos, 40.000 suínos, 16.000 ovinos e 2.000 asininos, no ano de 2004;
- Realização de prospecção das principais doenças que afectam o gado (tuberculose e brucelose);
- Realização de fomento pecuário que aponta a entrega de 2.868 bovinos; e

- Produção de 566,4 ton de carne bovina, 214,4 ton de carne suína, 53,5 ton de carne caprina e 79 tons de frango.

O gráfico seguinte mostra que a tendência de produção de carne foi crescente destacando-se nos três últimos anos.

Gráfico 24. Produção de Carne (t)



Fonte: DPA-Inhambane (2009)

A principal carne produzida é a bovina com quase metade (47%) da produção total, seguida pela carne suína com 23%, de frango com 27% e, por último, a carne caprina com 3%.

Quadro 18. Carnes Produzidas

<i>Tipo</i>	<i>Ton</i>	<i>%</i>
Caprina	83.7	3%
Suína	595.5	23%
Frango	712.7	27%
Bovina	1,248.1	47%
Total	2,640.0	100%

Fonte: DPA-Inhambane (2009)

Não foi possível recolher dados suficientes para avaliar o grau de cumprimento de actividades como a “diversificação e aumento do volume de produção das actividades económicas e fontes de rendimento nas zonas rurais, particularmente nos distritos de Funhalouro, Mabote, Massinga/Chicomo, Panda/ Mawayela” e “alargamento e intensificação dos programas de educação comunitária relacionadas com saúde, nutrição, higiene e saneamento nas zonas rurais,

prioritariamente nas zonas em risco e/ou vulnerabilidade à insegurança alimentar, ou seja nos distritos de Funhalouro, Mabote, Massinga/Chicomo, Panda/ Mawayela”.

4.3.2 Resumo da Avaliação do Pilar de Segurança Alimentar

Rubrica	Fontes de Informação	Metas previstas	Data/ Prazo	Resultados obtidos	Desvios	Justificação	
1	Aumentados os rendimentos das famílias rurais numa média de 10% por ano;	INE	10%/ano	2009	S/I	-	Não foi avaliado por falta de informação
2	Divulgada a Lei de Terra em todos os distritos e estabelecidos os mecanismos que garantem segurança da posse e uso de terra, particularmente pelo sector familiar;	DPA	14	2009	100%	0	A lei foi divulgada em todos os Distritos
3	Aumentados os serviços de extensão rural em zonas de risco e/ou vulnerabilidade à insegurança alimentar, principalmente nos distritos de Funhalouro, Mabote, Massinga/Chicomo, Panda/ Mawayela;	DPA/ONG	S/M	2009	100%	0	Houve aumentos de serviços de extensão
4	Fortalecido o sistema de aviso prévio ao nível distrital e melhorada a divulgação de informação em qualidade e oportunidade;	DPA/INGC	14 distritos	2009	S/I	-	Não foi avaliado por falta de informação
5	Fortalecidos os serviços meteorológicos e divulgada informação regularmente para apoiar não só o sistema de aviso prévio, mas também outras actividades económicas como pesca, agricultura, turismo e serviços aéreos;	INGC/INAM	S/M	2009	100%	0	
6	Fortalecida a capacidade de gestão de calamidades e elaborado um plano de emergência antecipado, preparado para vários cenários prováveis de desastres;	INGC	S/M	2009	100%	0	

Rubrica	Fontes de Informação	Metas previstas	Data/ Prazo	Resultados obtidos	Desvios	Justificação	
7	Aumentados os volumes comercializados de produtos agro-pecuários, florestais e de pescas; (por um conjunto de medidas que, não sendo iguais para todos os distritos, envolvem como acções mais salientes: a recuperação da rede comercial, o funcionamento de mercados e feiras rurais, a participação de associações de produtores, acções de divulgação e formação sobre gestão e comércio, aumento do dinamismo comercial dos produtores, e o processamento da produção local);	DPA/DPPescas	S/M	2009	100%	0	
8	Melhorado o acesso à informação de mercados e preços nas zonas rurais;	DPA/DPIC	S/M	2009	100%	0	
9	Fomentada a produção pecuária como fonte de alimentos e de rendimentos;	DPA	S/M	2009	100%	0	
10	Diversificadas e aumentado o volume de produção das actividades económicas e fontes de rendimento nas zonas rurais, particularmente nos distritos de Funhalouro, Mabote, Massinga/Chicomo, Panda/Mawayela;	DPA/DPIC	S/M	2009	100%	0	
11	Alargados e intensificados os programas de educação comunitária relacionadas com saúde, nutrição, higiene e saneamento nas zonas rurais, prioritariamente nas zonas em risco e/ou vulnerabilidade à insegurança alimentar, ou seja nos distritos de Funhalouro, Mabote, Massinga/Chicomo, Panda/Mawayela.	DPS	S/M	2009	S/I	-	Não avaliado por falta de informação

Dos oito objectivos estratégicos avaliados foram cumpridos na íntegra, pelo que o grau de cumprimento do pilar é estimado em 100%. Os restantes três objectivos específicos foram ignorados por falta de informação.

4.4 *Infra-Estrutura Técnica*

O acesso à água, à educação e à saúde estão identificados como condições mínimas necessárias para garantia do desenvolvimento humano e para o combate à pobreza.

Caixa3: Situação Geral das Infra-estruturas em Inhambane

A Província de Inhambane tem grandes problemas nestas áreas, salientando-se o abastecimento de água deficiente (hoje, menos de 50% da população tem acesso à água potável). Os distritos mais carentes são os de Govuro, Inhassoro, Vilankulo, Massinga e Mabote, mas são também notórios os problemas sentidos nas duas maiores cidades da Província. Em termos de consumo de água de fonte segura, na província de Inhambane 4.4% dos agregados possuem água canalizada nas suas habitações, dos quais 0.8% dentro das suas casas e os restantes 3.6% tem água canalizada fora das suas casas (INE, Censo de 2007).

O acesso à educação é menor nos distritos do interior e do norte da Província e, sendo em geral notório o crescimento do número de escolas, enfrenta um problema sério de qualidade de ensino. Os serviços de saúde, apesar de terem registado grandes melhorias, lutam com falta de meios, não conseguindo satisfazer as necessidades da população.

O desenvolvimento económico e social depende da existência e da qualidade de infra-estruturas para a atracção dos investidores e do bem-estar dos trabalhadores e da comunidade, em geral, em todos os distritos (e não apenas nos maiores centros urbanos) e, para tornar as produções locais competitivas no mercado – existência de energia eléctrica, água, estradas e pontes, telefones, correios, comunicações de rádio e televisão, escolas que garantam um nível satisfatório para os trabalhadores e unidades sanitárias que permitam a tomada de medidas preventivas para garantia de manutenção da saúde da comunidade.

O fornecimento de energia eléctrica é insuficiente e instável, com base em geradores. Apenas as vilas de Vilankulo e Inhassoro apresentam uma situação mais regular, graças à utilização do gás de Pande como fonte de energia. Mas as perspectivas são optimistas, uma vez que está em curso a ligação à rede de Cahora Bassa, particularmente, para Inhambane e Maxixe, actualmente o maior centro industrial da Província.

A EN1 constitui um importante meio de comunicação que atravessa todo o litoral da Província. Mas as ligações rodoviárias dentro dos distritos são fracas, estando apenas garantidas (sem qualidade), as ligações entre as capitais distritais (algumas interrompidas no período de chuvas). Muitas das más condições das estradas devem-se à situação de degradação das pontes. Dentro das cidades as vias estão seriamente danificadas sendo especialmente grave a situação da Maxixe, que além de maior centro comercial e industrial da Província, é um importante nó rodoviário do país.

Grande parte dos distritos não possui comunicação telefónica, condição que hoje é essencial para qualquer investidor, e também para garantir maior estabilidade na colocação de recursos

humanos, o principal factor do desenvolvimento. Muitas áreas da Província estão ainda minadas, o que afasta várias oportunidades de investimento.

A resolução de todos estes problemas é demorada, mas ela tem que fazer-se com muita prioridade, e de acordo com uma cuidadosa planificação que garanta não só igualdade de oportunidades em toda a Província, mas também aproveitamento de melhores oportunidades onde existam. A responsabilidade do Governo nesta área é indiscutível, embora em certos casos a intervenção do sector privado seja possível e conveniente. A auscultação permanente das comunidades e do sector empresarial deve orientar a actividade do Governo e deve ser a principal fonte para monitorar as suas acções nesta área.

Garantidas, em termos de qualidade e quantidade, as condições básicas essenciais ao desenvolvimento económico e social em toda a Província, incluindo não só o acesso rodoviário assegurado, a energia eléctrica estável, os meios de comunicação e acesso à água potável disponíveis, mas também um maior acesso à serviços de educação e saúde de melhor qualidade.

4.4.1 Análise do pilar de Infra-estrutura Técnica

Para a avaliação deste pilar foram contactadas a Direcção Provincial das Obras Públicas e Habitação, a Direcção Provincial dos Transportes e Comunicações, a Delegação Provincial da Ciência e Tecnologia, a Rádio Moçambique, o Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique e a Direcção Provincial dos Recursos Minerais e Energia. Os objectivos específicos para este pilar são:

- 1) As estradas e pontes ligando as capitais distritais e postos administrativos mantidas em boas condições de circulação para garantir o escoamento de produtos agrícolas e matérias primas especialmente na zonas rurais e áreas mais desfavorecidas;
- 2) Definir e divulgar a hierarquia de responsabilidades para a construção e manutenção das estradas;
- 3) Desminadas as áreas actualmente habitadas e cultivadas, vias terciárias, áreas de elevado potencial agro-pecuário e áreas apropriadas para o turismo até 2010;
- 4) Garantida energia eléctrica constante e da boa qualidade nas cidades e estendida a rede de energia à todas as sedes distritais até 2005;
- 5) Aproveitado o gás de Pande como fonte de energia da Província;
- 6) Aumentar a cobertura de abastecimento de água até 50% da população rural e 70% da população urbana até 2005;
- 7) Divulgar a Política Nacional de Água em todos os distritos até 2003;
- 8) Estabelecimento de parcerias com o sector privado e ONGs para formar membros das comunidades que garantam a manutenção das suas fontes de água, diminuindo o número de fontes avariadas anualmente;
- 9) Redes telefónica e de rádio estendidas à todos os distritos até 2005.

10) Alargada a rede informática aos principais centros de desenvolvimento económico, até 2005;

4.4.1.1 As estradas e pontes ligando as capitais distritais e postos administrativos mantidas em boas condições de circulação para garantir o escoamento de produtos agrícolas e matérias-primas especialmente nas zonas rurais e áreas mais desfavorecidas.

De acordo com o Balanço Quinquenal do Governo 2000-2004, a Província foi assolada por várias calamidades naturais que provocaram danos consideráveis nas infra-estruturas, com destaque para as cheias de 1999/2000 e 2000/2001.

No âmbito da reconstrução pós-cheias foram levadas a cabo várias actividades, com maior realce para os trabalhos de reparação das secções danificadas ao longo da N1, montagem de uma ponte metálica no acesso à estrada N257 (Nhaguiviga/Marrengo), construção de um DRIFT na N209 (Inharrime/Panda), protecção com gabiões e construção de aquedutos e respectivos dissipadores.

Quadro 19. Extensão das estradas e pontes da província em 2004 e 2008

<i>Tipo de Estrada</i>	<i>Extensão (Km)</i>	
	<i>2004</i>	<i>2008</i>
Primárias	557	557
Secundárias	252	270
Regionais (a)	1.487	1.160
Vicinais	1.869	2.635
Total	4.165	4.662

Legenda: parte das estradas regionais passaram para vicinais com a reclassificação feita em 2005.

Fonte: DPOPH – Inhambane (2009)

Portanto, o aumento entre 2004 e 2008 na extensão da rede viária na província foi de 497 km. Segundo o PES de 2008, neste ano, as acções de manutenção de rotina, manutenção periódica e reabilitação e melhoramento localizado foram programados num total de 1.558km, incluindo 14,5km de estradas urbanas, cuja realização se situou a 66,5% do plano. As razões do incumprimento do plano prendem-se no facto de os empreiteiros a quem foram adjudicadas mais de uma obra, mostraram-se incapazes de fazer a mobilização em simultâneo, pautando apenas em executar trabalhos manuais, ou a paralisação das obras. As medidas tomadas para ultrapassar este problema incluem, por exemplo, no Distrito de Morrumbene a rescisão do contrato e início do processo de *procurment* para a contratação de outro empreiteiro. Ainda neste ano, foram realizadas acções de emergência num total de 12,7km, pois as chuvas que se fizeram sentir na Província desde o início de Novembro último, provocaram danos com destaque para a N1, troço Quissico-Maxixe, que consistiram em: erosão de bermas, erosão de estruturas de drenagem, erosão do aterro de estrada e desabamento de estrutura de drenagem na Maxixe. Destacou-se ainda a erosão e desabamento de vários Aquedutos na N/C-Chindjinguire/Mubalo.

Quadro 20. Manutenção e Reabilitação de Estradas

Tipo de intervenção	Anos						Total
	(99/04)	2005	2006	2007	2008	2009	
Manutenção de Rotina	5.811,5	870,1	641,0	633,6	999,4	1539,2	4,683.3
Manutenção Periódica	381,6	91,4	12,7	7,5	11,8	63,3	186,7
Melhoramentos Localizados	508,7	202,1	78,5	158,9	12,7	32,4	484,6
Emergência	410,0	31,0	694,9	103,5	27,7	201,3	1,058.4
Total	7.111,8	1.194,6	1,427,1	903,5	1.051,6	1,836.2	6,413.0

Fonte: DPOPH – Inhambane (2009)

Durante o período em análise foram mantidos 6,413km: dos quais, **4,683.3km** beneficiaram de manutenção de rotina, **186.7km** de manutenção periódica, **484.6km** de melhoramentos localizados e **1,058.4km** de trabalhos de emergência, distribuídos em toda a Província.

Como resultado destas acções 59,4% (2.732km) de estradas encontram-se em condições que variam de boas a razoáveis contra 75% da meta do PARPA.

A intransitabilidade de estradas é de 1% (46km), situa se dentro da meta do PARPA que é de menos de 5% de estradas intransitáveis.

Quadro 21. Manutenção de Estradas Urbanas

Municípios	Anos						Total (2005-09)
	(99/04)	2005	2006	2007	2008	2009	
Inhambane	10.1	2	1.2	0.0	0.9	1.2	5.4
Maxixe	4.7	7	0.0	2.7	12.5	20.0	42.2
Vilankulo	0.0	0.0	6.3	0.0	1.6	1.9	9.8
Massinga	-	-	-	-	-	3.0	3.0
Total	14.8	9	7.5	2.7	14.9	26.1	60.4

Fonte: DPOPH – Inhambane (2009)

No âmbito do programa de manutenção de estradas urbanas, com financiamento do Fundo de Estradas, foram mantidos 60,4km, dos quais, 5,4km na Cidade de Inhambane, 42,2km na Cidade da Maxixe, 3km no Município de Massinga e 9,8km no Município de Vilankulo.

O objectivo central neste quinquénio era o de atingir 75% de realização em termos de estradas boas e razoáveis. Entretanto este objectivo foi atingido em apenas 66.8% devido a exiguidade de recursos financeiros, principalmente os que deveriam ter sido providos pelo Banco Mundial.

4.4.1.2 Definir e divulgar a hierarquia de responsabilidades para a construção e manutenção das estradas

Desde o início do processo de descentralização que foram definidas as hierarquias de responsabilidades para a construção e manutenção das estradas ao nível distrital e provincial. Assim, os distritos têm sob sua responsabilidade as estradas que ligam o posto administrativo às localidades (estradas vicinais e não classificadas). O Governo Provincial, por sua vez, tem sob sua responsabilidade as estradas regionais (estradas que ligam os distritos). Para dar corpo a esta prerrogativa foi criada a Comissão Provincial de Estradas da qual são membros todos os administradores distritais o que garantiu que em todos os distritos este objectivo tenha sido alcançado em 100%.

4.4.1.3 Desminadas as áreas actualmente habitadas e cultivadas, vias terciárias, áreas de elevado potencial agro-pecuário e áreas apropriadas para turismo até 2010

O total da área clarificada na província de Inhambane durante o período em análise foi de 133.971 km, distribuídos da seguinte maneira:

Quadro 22. Evolução do quadro geral da desminagem na província de Inhambane

Ano	Área clarificada (m ²)	Remoção/destruição		Áreas de Operação
		Metais diversos	Engenhos explosivos	
2000	36.607	19.555	48	Não especificado
2001	90.973	22.913	401	Inhassoro, Massinga, Govuro, Inharrime, Mabote, Morrumbene e Funhalouro
2002	2.264.290	73.181	673	Zavala, Inharrime, Inhassoro, Funhalouro, Morrumbene, Jangamo, Panda, Homoíne e Mabote
2003	264.000	184	0	Inhassoro, Massinga, Govuro, Inharrime e Homoíne.
2004	1.476.679	5.143	219	Zavala, Vilankulo, Mabote, Massinga, Govuro, Jangamo, Inhassoro, Morrumbene e Homoíne.
2005	70.132	7.177	51	Homoíne, Massinga, Inhassoro, Govuro e Inharrime.
2006	129.074	5.384	70	Homoíne, Panda, Jangamo, Zavala e Inharrime.
2007	124.091	665.845	157	Zavala, Inharrime, Inhassoro, Funhalouro, Morrumbene, Jangamo, Panda, Homoíne, Mabote, Massinga, Vilankulo
2008	221.031	10.348	40	Zavala, Inharrime, Inhassoro, Funhalouro, Morrumbene, Jangamo, Panda, Homoíne, Mabote, Massinga, Vilankulo, Cidade de Inhambane.
2009 (1º Semestre)	133.971	7.029	636	Panda, Massinga, Zavala, Jangamo,

Fonte: Comando Provincial da PRM de Inhambane (2009)

No âmbito da expansão eléctrica de Cahora Bassa para o Distrito de Morrumbene, em 2007, a Handicap International clarificou uma área de 3.460 m² ao longo do troço da linha nas zonas de Nhamambo, Mauene e Benhane. Esta actividade vai continuar devido ao facto de terem sido identificados alguns campos que continuam minados.

Neste momento, a província conta com apenas um operador de desminagem, a Handicap International que, segundo o seu plano de actividades, tem como projecção anual de operações de desminagem o ano de 2013 para a erradicação das minas na província. De salientar que segundo dados do Handicap International (2009) e tendo em conta pesquisas anteriormente feitas (2006/07) a província de Inhambane é a mais minada do país com um total de 251 áreas identificadas que correspondem a 3.720.474 m².

Assim, para o ano de 2009 foram identificados os distritos de Panda e Vilankulo para a realização das desminagens e apenas 85% da área definida é que foi clarificada. Este percalço deveu-se essencialmente à exiguidade dos fundos obtidos para o efeito (apenas 40% dos fundos disponibilizados).

Durante muitos anos (depois dos Acordos Gerais de Paz em 1992) a desminagem em Moçambique, de uma forma geral, foi feita sem bases concretas sobre o nível de minas que o país possuía. Apenas alguns estudos exploratórios, como o já citado de 2006/07, é que começou a dar bases mais concretas sobre as áreas e extensões das zonas minadas. Por este facto este objectivo estratégico carece de uma definição clara das áreas que são consideradas como de elevado potencial agro-pecuário e áreas apropriadas para turismo, não existindo informação concreta que permite uma avaliação quantitativa do nível de desminagem ao nível da província porque tem-se os dados da execução real mas não se apresentam os dados das previsões para cada ano.

Resumindo, o prazo de 2010 para a execução deste objectivo estratégico não foi claramente alcançado e prevê-se que 2013 a operadora que está no terreno possa terminar com este processo, numa província em que em 2009 foram registados 2 acidentes causados pelas minas anti-pessoais nos distritos de Govuro e Jangamo.

4.4.1.4 Garantida energia eléctrica constante e da boa qualidade nas cidades e estendida a rede de energia a todas as sedes distritais até 2005

Até 1999, o fornecimento de energia eléctrica à Cidade de Inhambane era feito através de Grupos Geradores à diesel, com fortes restrições no seu fornecimento, devido à fraca capacidade instalada, facto ultrapassado em 2000 com a entrada em funcionamento da Subestação de Lindela. Desde então, foram interligadas as cidades de Inhambane e Maxixe, vilas-sede de Homoine, Inharrime, Zavala, Morrumbene, Massinga, Jangamo e as praias de Paindane, Guinjata, Tofo e Barra.

No quinquénio 2000-2004 muitas acções foram levadas a cabo pela Província visando a materialização deste objectivo destacando-se a construção e a entrada em funcionamento da linha dos 110 KVA Chicumbane/Lindela. Com esta linha a Província ficou ligada à rede Nacional de Energia (HCB) através das Cidades de Inhambane e Maxixe e os Distritos de Homoine, Jangamo, Inharrime e Zavala e o Posto Administrativo de Cumbana. Também foram

operacionalizados os sistemas eléctricos à base de gás natural nas Vilas de Vilankulo, Inhassoro, Nova Mambone e as Ilhas do Arquipélago de Bazaruto.

No âmbito do projecto electrificação rural, foram electrificadas as Vilas e Sedes dos distritos de Panda, Funhalouro, Mabote com a colocação de grupos geradores de 80 KVA. Com a realização destas acções, melhorou significativamente o fornecimento de energia eléctrica bem assim a sua viabilidade, tendo, por conseguinte, as ligações domésticas e Urbanas/Rurais atingindo um crescimento de 54,5%. De igual modo, foram desenvolvidas em coordenação com a EDM EP, acções de expansão de energia eléctrica para os Bairros pilotos de Nhampossa, Tofo e Tofinho; e melhorou-se o sistema de iluminação pública nas cidades e vilas de Homoine, Massinga, Jangamo e Inharrime. Até o ano de 2008, as actividades da Área de Energia centraram-se fundamentalmente, na electrificação de localidades situadas em zonas distantes da Rede Nacional de Energia com recurso a sistemas fotovoltaicos, “vulgo painéis solares”, interligação de novos distritos à Rede Nacional de Energia e expansão da energia eléctrica a novos consumidores, recolha de dados para o estudo do potencial eólico para produção de energia eléctrica, elaboração de um projecto para massificação de fogões melhorados, renovação e assistência a sistemas isolados a diesel, acompanhamento da restauração do fornecimento de energia eléctrica na zona norte da província, licenciamento de instalações eléctricas, licenciamento e fiscalização dos postos de abastecimento de combustíveis.

Na área das energias novas e renováveis, foram electrificadas nove localidades com base em sistemas fotovoltaicos, nomeadamente:

- Distrito de Vilankulo -(Belane, Mavanza e Morrure)
- Distrito de Massinga -(Nhanchengue)
- Distrito de Morrumbene -(Sitila)
- Distrito de Funhalouro-(Tome e Mavume); e
- Distrito de Panda-(Massalane e Djodjo)

Este projecto beneficiou mais de 500 pessoas, incluindo, centros comerciais, escolas e unidades sanitárias.

Quadro 23. Energias novas e renováveis

<i>Nº</i>	<i>Distrito</i>	<i>Localidades</i>	<i>Lanternas solares</i>	<i>Residências e comércio</i>	<i>Unidades Sanitárias</i>	<i>Escolas</i>
1	Vilankulo	Mavanza	49	7	0	1
		Belane	80	42	1	1
		Murrure	60	21	0	1
2	Massinga	Nhanchengue	45	35	1	1
3	Morrumbene	Sitila	69	28	1	1
4	Funhalouro	Mavume	48	28	1	1
		Tome	46	42	1	1
5	Panda	Massalane	41	35	1	1
		Djodjo	13	7	1	1
Total			451	245	7	9

Fonte: DPEnergia - Inhambane (2009)

Foi igualmente concluída electrificação de mais dez localidades beneficiárias do segundo projecto de electrificação com recurso ao mesmo sistema, nomeadamente:

- Mabote – (Zimane, Maculuva e Mussengue);
- Massinga -(Mucuacua, Chicomo e Lionzuane);
- Morrumbene - (Matacalane) e;
- Homoíne (Pembe, Golo e Maiaissa).

A electrificação de Unguana em Massinga e Maluvane em Govuro com recurso a Geradores a Diesel, anteriormente adjudicada à ENIEL foi confiada à SOTEQ, empresa que se posicionara em segunda posição, aquando do concurso. A rescisão do contrato com a ENIEL resultou da falta de cumprimento das cláusulas contratuais ora assumidas. No âmbito da materialização deste projecto, foi feita a consignação das obras e adquiridos os respectivos grupos geradores e a mobilização dos materiais aos locais. Foi instalado um grupo gerador novo com capacidade de 160 KVA na Central Eléctrica de Mabote em substituição do anterior de 80 KVA avariado.

As vilas de Morrumbene e Massinga foram interligadas à Rede Nacional de Energia. A partir destes pontos, a energia foi estendida à Morrungulo e Cambine. Foram também electrificadas as localidades de Mavila e Banguza.

Dando seguimento à expansão de energia eléctrica, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Electrificação da Fábrica Saboeira de Inhambane, em Média tensão de 6.6KV no percurso de 0,5Km, e montagem do Posto de Transformação de 500KVA;
- Electrificação de Jhone Bispo e Areia Branca por dois Postos de Transformação de 100 KV na Praia da Barra;
- Electrificação de uma antena da Telefonía móvel mCel– Moçambique Celular por um Posto de Transformação de 25KV em Nharluga Distrito de Inharrime numa extensão de 1.5Km de linha de Média tensão;
- Igualmente foram electrificadas duas antenas com a mesma Capacidade no Distrito da Massinga e quatro no Distrito de Morrumbene;
- No âmbito do melhoramento da rede da telefonía móvel mCel- Moçambique Celular foram energizadas duas antenas na Cidade da Maxixe, no Bairro Chambone 6 por um PT de 25KV e a outra em Chicuque por uma baixada de 9.9 KV;
- Foi electrificado o Centro de Formação de Professores de Homoíne e a Escola Secundária por um Posto de Transformação de 250 KVA;
- Electrificação da Vila Sede do Distrito de Jangamo e Bairro Josina Machel na Cidade de Inhambane e implantação de 50 postes de baixa tensão e 20 de média tensão no bairro Muelé 2;
- Expansão da rede de baixa tensão no bairro Mabil num troço de 500 metros na Cidade da Maxixe;
- Foi montado um Posto de Transformação de 200 KVA numa fábrica designada “Fabricante Orgânica” na Vila Sede do Distrito de Morrumbene;
- Foram montadas as linhas de Média Tensão numa extensão de 424 km sendo 381 km aéreas e 43km subterrâneas, na electrificação das praias de Barra, Tofo, Jangamo; e
- Relativamente às redes de Baixa Tensão entraram em exploração 249 km, na electrificação e melhoramento dos Bairros em todas Capitais Distritais que se encontram sob jurisdição da EDM.

No âmbito da electrificação de Maxixe Morrumbene e Massinga foram montados 100 Postos de Transformação monofásicos e rede de baixa tensão numa extensão de 11Km de linha, ao longo das linhas de alta tensão, para alimentar pequenos aglomerados populacionais. Foi utilizado entre Maxixe, Morrumbene, Massinga e Cambine, condutor aéreo de 33 kV com isolamento, permitindo um corredor da linha de apenas 2 a 3 metros, evitando assim o corte de grandes quantidades de coqueiros. No desvio para Cambine foi implantada uma rede num troço de 10 Km e um Posto de transformação de 25 KVA para alimentar as populações circunvizinhas; foi concluído o projecto de expansão da rede eléctrica ao Bairro Marengo no distrito de Homoine. Portanto, em 2008, a EDM efectuou 4.935 novas ligações, contra 1.169 do ano anterior, onde se destacam com os maiores índices de crescimento os distritos de Vilankulo, Massinga e Morrumbene, todos com mais de 50% de taxa de crescimento em relação ao número de clientes.

Pese embora estes grandes avanços que a província registou ao longo destes últimos dois (2) quinquénios este objectivo não foi alcançado na íntegra, visto que as sedes dos distritos de Panda, Funhalouro e Mabote ainda não estão electrificadas, prevendo-se que os mesmos possam estar electrificados até 2011. Quanto a Funhalouro e Mabote este atraso deve-se ao próprio desenvolvimento fraco administrativo que estes distritos ainda denotam enquanto que Panda registou o atraso devido à problemas administrativo-financeiros que o financiador do projecto de electrificação, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) teve no momento que deveria ter feito o desembolso dos fundos.

As sedes dos distritos de Morrumbene e Massinga apenas foram electrificadas no ano de 2008, portanto três (3) anos depois da meta prevista (2005). A Subestação de Lindela, construída em 2000, vem sofrendo muita pressão devido ao crescente volume de empreendimentos turísticos e ao desenvolvimento socioeconómico das populações. Até finais de 2008 a subestação estava a funcionar acima de 90% da sua capacidade o que implicou uma acção de emergência para minimizar os problemas de sobrecarga. Assim, foi acoplada uma subestação móvel em Quissico para a minimização do problema em regime ad-hoc para dar tempo para que a EDM possa planificar com mais consistência a solução definitiva deste problema.

Parte dos problemas de qualidade de energia sentidos na província são derivados de questões da Subestação de Infulene (Maputo) que também tem criado problemas às províncias de Gaza e Inhambane. Portanto, a questão da qualidade da energia (energia constante, que não provoca danos e de claridade aceitável) também está dependente de factores externos à província.

Resumindo, os parâmetros de avaliação para energia constante e boa qualidade devem ser criteriosamente definidos para que se evite ambiguidades e pese embora este objectivo estratégico não tenha sido cumprido na íntegra pode-se ressaltar o grande empenho do Governo Provincial que pode ser atestado com uma evolução significativa do número de consumidores de energia eléctrica da Rede Nacional que em 2000 era de 4.607 e até Setembro de 2009 situava-se nos 26.446 consumidores. A Província de Inhambane registou grandes avanços no que tange a expansão da energia eléctrica ao nível das cidades e das sedes distritais. Entretanto, o objectivo estratégico é claro quanto ao seu prazo de cumprimento, o ano de 2005. Este prazo não foi cumprido na íntegra visto que até 2005 apenas tinha-se verificado a expansão e melhoria da energia eléctrica para uma parte da província.

4.4.1.5 Aproveitado o gás de Pande como fonte de energia da Província

Desde a descoberta do jazigo de gás natural de Pande, em 1961, vários foram os esforços empreendidos para a produção e comercialização daquele recurso energético visando a maximização dos benefícios do país.

Em 1989, foram abertos pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) oito (8) furos de pesquisa e delineamento do jazigo do Gás de Pande, designadamente Pande 6, 7, 8, 9, 10, 10^a, 11 e 12 e em 1992 foi instalada uma estrutura de produção de gás natural no furo Pande 7 e construído um gasoduto de polietileno para o transporte do mesmo de Pande 7 às vilas de Vilankulo, Inhassoro as Ilhas do Arquipélago de Bazaruto para a produção de energia eléctrica, cozinha e para o aquecimento de água. Em Novembro de 2007, a concessão de produção e distribuição de energia eléctrica na zona norte da província de Inhambane, foi retirada à empresa de capitais sul-africano e moçambicano ENMO, que não cumprira com as obrigações contratuais, e confiada à empresa Electricidade de Moçambique (EDM).

A EDM efectuou na zona norte em 2008, 1.118 novas ligações contra 883 de 2007, situando-se os níveis de crescimento médio dos consumidores de energia eléctrica na zona norte até finais de 2008 em 26.6%, sendo, 21.2% em Nova Mambone, 19.4% na vila de Inhassoro e 29,7% na vila de Vilankulo. Foram inspeccionadas e licenciadas 7 instalações eléctricas nos Distritos de Vilankulo, Inhassoro e Govuro. No âmbito das acções tendentes a minimizar a demanda de energia, a EDM instalou na vila de Vilankulo uma Central a Diesel com uma capacidade de 1.350 KVA de modo a reforçar a capacidade instalada da Central a Gás.

Foi concluído o processo de actualização dos contratos de fornecimento de energia eléctrica, em substituição dos contratos assinados entre clientes e a antiga concessionária ENMO bem assim a transferência dos contadores dos postes para dentro da instalação dos clientes. Foram definidos como prioridade na expansão da rede de distribuição de energia eléctrica os bairros 7 de Setembro, Desse, Aeroporto e Chibuene-IMAP em Vilankulo, Bairro Sede em Inhassoro e Mercado Doane em Nova Mambone. Foram executadas e concluídas as redes do Bairro Sede e Mercado Doane, Chibuene-IMAP e Desse. Neste âmbito, foi concluída a implantação da linha de MT desde Bairro Alto Macassa a Chibuene, estação de bombagem de Água e alguns “lodges”; igualmente foi concluída a electrificação do bairro Desse.

Apesar de todo este esforço foi notória nos finais de 2008 a fragilidade de todo sistema de turbinas a gás instalado na Central de Temane que culminou com uma queda de qualidade e de fornecimento jamais visto na região, sobretudo nas proximidades da quadra festiva. Para fazer face à situação, a EDM instalou um grupo gerador a diesel adicional, reduzindo desta forma a tensão dos consumidores.

Entretanto, foi instalado no dia 10 de Janeiro de 2009, o primeiro dos três geradores de 800 KVA que resolveram definitivamente o problema de qualidade de energia naquela parcela da província. De 2004 a Setembro de 2009 foram produzidos 547.222.365 GJ de gás natural, dos quais 519.670.004 GJ foram exportados, 7.746.961 GJ foram fornecidos a Matola Gás Company (MGC) para o consumo industrial na zona industrial da Matola, província de Maputo, e 852.439,06 GJ fornecidos à Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) para a produção de energia eléctrica e consumo doméstico na província de Inhambane.

Portanto, o gás de Pande está a servir toda a região norte da província de Inhambane e tem estado a registar avanços no que tange ao número de consumidores. Em 2007 o número de consumidores era de 883 e em 2009 atingiu o número 2.153.

4.4.1.6 Aumentar a cobertura de abastecimento de água até 50% da população rural e 70% da população urbana até 2005

O acesso à água potável constitui um dos vectores chaves da acção do Governo, com vista a melhorar a vida da população.

Neste sentido, as principais acções realizadas de 2000 a 2004 foram:

- Abertura de 564 novos furos e 99 novos poços;
- Reabilitação de 289 furos e 88 poços;
- Construção de 6 cisternas;
- Construídas 1.816 latrinas e 89 Lavatórios, beneficiando igual número de famílias;
- Incrementada e melhorada capacidade de captação de água nos pequenos sistemas de abastecimento de água nas cidade de Inhambane e Maxixe.

Estas infra-estruturas beneficiaram 520.000 pessoas contribuindo para a elevação de taxa de cobertura da Província. Com efeito, a taxa de cobertura passou dos 30% em 2000 para 63% em 2004 contra a meta do PARPA fixada em 40% até 2005. O abastecimento de água segura nas zonas rurais apresenta uma cobertura total calculada em **64,7%**, servindo um total de **837.239** pessoas em toda a Província.

Quadro 24. Cobertura de Abastecimento de água Rural da Província

Ano	Fontes Existentes	Fontes Inoperacionais	Fontes Operacionais	População Rural da Província	População Servida		Taxa de Cobertura
					Fontes Dispersas	PSAA ^{rs}	
2004	1.867	482	1385	1.123.079	680.456	33.823	50.9%
2005	1.854	354	1500	1.135.243	750.000	45.297	57.4%
2006	1.969	393	1576	1.186.086	789.000	108.547	54.4%
2007	1.984	357	1.627	1.221.009	813.500	84.492	60,8 %
2008	2.032	271	1.761	1.244.776	722.629	89.252	65,2%
2009	2.089	233	1.856	1.294.209	764.187	73.052	64,7%

Fonte: DPOPH – Inhambane (2009)

O nível de cobertura de abastecimento de água na Província situa-se em 64,7% como resultado de acções realizadas, ao longo do quinquénio em curso, com vista a garantir a disponibilidade de água segura nas comunidades, designadamente através da abertura de 349 furos e a reabilitação e reparação de 616; reabilitação, ampliação e manutenção de 9 pequenos sistemas, montagem de 25 Mini-Sistemas solar de abastecimento de água e construção de 344 cisternas. Os Mini-Sistemas solar localizam-se nos distritos de Zavala 8, Mabote 2, Homoine 3, Morrumbene 1, Massinga 1, Govuro 2, Funhalouro 5, Inharrime 1 e Inhassoro 2.

O nível de cobertura de abastecimento de água urbana era de 53.8% para a Cidade de Inhambane e de 29.6% para a Cidade de Maxixe contra os 49.4% e 28% alcançados em 2003, respectivamente.

Quadro 25. Evolução de cobertura de água urbana

<i>Metas operacionais</i>	<i>Localização</i>	<i>Sit. em 2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>
Cobertura na população Urbana e Peri-urbana	I'bane Cde	53,8%	58,6%	62,5%	60,3%	93%	100%
	Maxixe	29,6%	30,4%	32,4%	20,9%	60%	76,3%

Fonte: DPOPH – Inhambane (2009)

No que respeita ao abastecimento de água na zona urbana, durante o período em análise foram realizadas 12.247 novas ligações, sendo 6.106 na Cidade de Inhambane e 6.141 na Cidade da Maxixe. Como resultado desta intervenção o nível de cobertura de abastecimento de água urbana subiu de 53,8% para 100% na Cidade de Inhambane e para a Cidade da Maxixe de 30% para 76,3%.

Em 2006, o abastecimento de água segura nas zonas rurais apresenta uma cobertura total de 54,4%, servindo a um total de 789.000 pessoas num total de 1.186.086 habitantes da zona rural. Foram ainda realizadas 541 novas ligações, das 450 planificadas, sendo 344 na Cidade de Inhambane e 197 na Cidade da Maxixe, o que significa um sobre cumprimento do plano em 20%. Como resultado desta intervenção o nível de cobertura de abastecimento de água urbana subiu de 58,6% para 62,5% na Cidade de Inhambane e de 30,4% para 32,4% na Cidade da Maxixe.

De acordo com os dados do último Censo Populacional de 2007, divulgados pelo INE- Instituto Nacional de Estatística, e do reajustamento da população peri-urbano nas Cidades, a taxa de cobertura de Abastecimento de Água Rural na Província de Inhambane até Dezembro de 2007, era de 60,8%. Com as acções desenvolvidas no PES/08 a cobertura do abastecimento de água registou um crescimento de 4,4%, elevando a taxa de cobertura para 65,2%.

Durante o período em análise, as acções desenvolvidas no âmbito de abastecimento de água rural consistiram na conclusão das actividades que transitaram do ano 2007 e o início das acções programadas para o ano 2008. Os impactos das realizações foram:

- Com a construção, reabilitação e reparação de 249 fontes cerca de 128.000 Pessoas que vivem nas zonas rurais passaram a ter acesso à água potável;
- Reduzido o índice de doenças de origem hídrica devido ao consumo de água imprópria;
- Com as visitas de monitoria, supervisão, formação e capacitação dos comités de água, garantimos uma gestão sustentável de infra-estruturas de abastecimento de água;
- Melhorada a implementação de procedimentos de *procurement* e gestão de contratos a nível da DPOPH e Distritos abrangidos;
- Melhorado o conhecimento e aplicação de novas formas de gerir, liderar e comunicar no sector de trabalho; e
- Assistidas as comunidades na manutenção de rotina e reparação de fontes, notando-se assim uma diminuição de frequência de avarias das mesmas.

As acções realizadas no âmbito técnico/social são as seguintes:

- Foram lançados, avaliados concursos e assinados contratos para a construção de **5** furos novos, **5** Cisternas Familiares, reabilitação de **17** fontes, PEC em **22** comunidades e fiscalização das mesmas Obras do PES/09;
- Reparados dois Mini-Sistemas de abastecimento de água equipados com painéis solares, sendo um na Comunidade de Pembe no Distrito de Homoine;
- Reactivados 3 comités de água sendo dois no bairro 7 de Abril e um no Distrito de Homoine;
- Realizadas actividades de Participação e Educação Comunitária (PEC) referentes a II, III e IV fases de Ciclo de Projecto em 22 comunidades dos Distritos de Jangamo, Inharrime, Morrumbene, Massinga, Vilankulo e Inhassoro;
- Realizada a supervisão, monitoria e entrega provisória de **5** furos, **13** reabilitações e **5** cisternas familiares do PES 2009.
- Concluída a assessoria técnica aos Distritos de Inharrime na Educação das comunidades para melhoramento do saneamento para prevenção da cólera e Jangamo e Homoine na prevenção da erosão nas fontes de captação dos Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água;
- Realizado o diagnóstico das avarias dos Mini-Sistemas do Centro de Saúde de Cala, na Localidade de Muane, Chacane, Funhalouro Sede, Mavume, Mabote Sede e Doane, nos Distritos de Zavala, Inharrime, Funhalouro, Mabote e Govuro, respectivamente; e
- Feita a participação na Avaliação de concurso para selecção da empresa de consultoria Canadiana para assistência técnica ao DAS, no âmbito da II-FASE do financiamento Canadiano através da Agência Canadiana de Desenvolvimento Internacional (ACDI);

O impacto das realizações é o seguinte:

- Garantido o funcionamento e gestão de 965 fontes de água construídas/reabilitadas no Quinquénio 2005-2009;
- Garantido o fornecimento de água potável a mais 482.500 pessoas da Província;
- Reduzidas as distâncias percorridas pela população à procura do precioso líquido;
- Disponibilidade de tempo para realização de outras actividades de rendimento;
- Reduzido índice de doenças de origem hídrica;
- Permitido o acesso à escola à rapariga nas zonas rurais.

Este objectivo estratégico apresenta indicadores quantitativos bem definidos, nomeadamente: abastecimento de água para 50% e 70% da população rural e urbana, respectivamente até ao ano de 2005.

Porém, partindo do princípio que a meta deste objectivo era o ano 2005, não é apresentado claramente o cumprimento ou não deste objectivo. Entretanto, o PES/2005 refere que o nível de cobertura de abastecimento de água segura na província situava-se nos 57,4%. Afirma ainda que houve muitas dificuldades para o cumprimento dos objectivos estipulados tendo avançado as seguintes causas:

- A fraca capacidade dos empreiteiros;

- A complexidade das condições hidrogeológicas (grandes profundidades o lençol freático); e
- Exiguidade de fundos particularmente para financiar a reabilitação dos Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSAA) de Inharrime, Homoine e Morrumbene.

Assim, pode-se depreender que a meta definida não foi cumprida, pelo menos em relação a população rural.

Num outro desenvolvimento pode-se fazer menção que no âmbito do Projecto das 4 Cidades (Chókwè, Xai-Xai, Inhambane e Maxixe), com o financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), arrancou a segunda fase da reabilitação e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água de Inhambane e Maxixe, cujo montante global é de 118.056.641,25Mt; Para sua execução, foi contratada a China Henan International Corporation Group Co.Lda, com a Fiscalização da empresa Lamont Consulting Engineering, para as duas cidades.

Concluindo, até o ano de 2005 o abastecimento de água à população rural fixou-se em 57.4% mais 7.4% do objectivo previsto e ao nível da população rural apenas 44.5% do objectivo é que foi atingido contra os 70% programados. Segundo os dados da DPOPHI este não cumprimento dos objectivos relativo ao abastecimento de água à população urbana (com ênfase para as cidades de Inhambane e Maxixe) deve-se ao facto de na altura os sistemas de abastecimento do precioso líquido terem estado obsoletos e devido ao aumento da população urbana o que é incompatível com a capacidade outrora instalada. Entretanto, é de referir que durante os últimos quatro (4) anos, mais concretamente de 2006 à 2009 foram levadas a cabo várias acções tendentes a minimizar estes problemas e que resultaram no melhoramento qualitativo e quantitativo da rede de abastecimento de água nas duas urbes.

4.4.1.7 Divulgar a Política Nacional de Água em todos os distritos até 2003

A Política Nacional de Água foi aprovada em 1995 e implementada a partir de 1997. Segundo os dados da DPOHI em todos os distritos da província esta política foi divulgada pelo menos até 2003. Objectivo cumprido a 100%.

4.4.1.8 Estabelecimento de parcerias com o sector privado e ONGs para formar membros das comunidades que garantam a manutenção das suas fontes de água, diminuindo o número de fontes avariadas anualmente

Foram criados Comitês de Reparação/Manutenção das fontes de água. Os distritos pilotos foram os de Funhalouro, Mabote, Govuro e Inhassoro porque eram mais carenciados em termos de água potável. Estes projectos foram desenvolvidos e financiados em parceria com as ONGs SIDA Canadá, do Banco Mundial e do Governo Irlandês. Actualmente, todos os distritos foram abrangidos com estes programas de parcerias e os resultados têm sido satisfatórios principalmente no que tange à reparação rápida de pequenas avarias nas fontes de água, isto graças aos comités criados para o efeito. No total foram criados ao longo deste período 962 comités de água em toda a província.

4.4.1.9 Redes telefónica e de rádio (Televisão) estendidas à todos distritos até 2005.

De acordo com os dados da Direcção Provincial dos Transportes e Comunicações de Inhambane a rede telefónica da TDM, Mcel e Vodacom cobre todos os distritos da província. A rede da Mcel foi implantada em 2002 e a da Vodacom em 2005. Por outro lado, a rede telefónica cobre toda a extensão da N1.

Em relação à rede de rádios, existem na província 4 rádios comunitárias nos Distritos de Maxixe, Homoine, Vilankulo e Massinga. A emissora pública da Rádio Moçambique é captada em todas as sedes distritais em onda média (AM) e em frequência Modelada nas Cidades de Inhambane e Maxixe, Distritos de Massinga, Morrumbene, Jangamo, Zavala, Inharrime, Homoine, Panda. Os Distritos de Govuro e Inhassoro captam a emissora pública através da repetidora de Vilankulo e Funhalouro através da repetidora de Massinga.

No que concerne à rede de televisão, a Televisão de Moçambique cobre todas as sedes Distritais através das antenas repetidoras instaladas naqueles pontos. Ainda pode-se captar sinal da STV (Inhambane, Maxixe, Morrumbene, Jangamo, Homoine e Inharrime) e Record Moçambique (Inhambane, Maxixe, Morrumbene, Jangamo, Homoine e Massinga).

4.4.1.10 Alargada a rede informática aos principais centros de desenvolvimento económico, até 2005

Segundo a Direcção Provincial dos Transportes e Comunicações, desde os finais de Novembro de 2008 a Província de Inhambane conta com a disponibilização do Serviço de “Internet Banda Larga” para mais quatro (4) sedes distritais: Massinga, Morrumbene, Inharrime e Quissico, que se juntam à Inhambane, Maxixe e Vilankulo.

Do ponto de alargamento da rede informática esta foi cumprida, pelo menos aos principais centros de desenvolvimento da província. Contudo, do ponto de vista de prazo para cumprimento do objectivo não foi cumprido porque apenas nos finais de 2008 é que foi possível alargar a rede, e não em 2005 tal como foi definido.

Entretanto, é de realçar que apenas em finais de 2008 (Novembro) é que foi criada a Delegação Provincial de Ciência e Tecnologia de Inhambane. Assim, podem-se destacar as seguintes acções realizadas no âmbito da expansão da rede informática ao nível da província ao longo do ano 2009:

- Inauguração e entrada em funcionamento do Centro Multimédia Comunitário instalado no distrito de Mabote (CMC);
- Formação de 18 pessoas em Tecnologias de Informação e comunicação sendo: quatro Jovens em articulação com a UNESCO/Centro Provincial de Recursos Digitais de Inhambane e que se encontram neste momento a gerir o CMC de Mabote e 14 funcionários em coordenação com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) no Distrito de Massinga.
- Distribuídos no dia 29 de Junho oitenta (80) computadores a quatro distritos da Província de acordo com a tabela abaixo no âmbito do “Programa Criando os Cientistas Moçambicanos do Amanhã”.

Quadro 26. Distribuição de Computadores por Distritos

Item	Distrito	Escola	Nº de computadores
1	Zavala	E.S. de Zavala	20
2	Inharrime	E.S. de Cumbana	20
3	Jangamo	E.S. 4 de Outubro	20
4	Mabote	E.S. de Mabote	20
Total			80

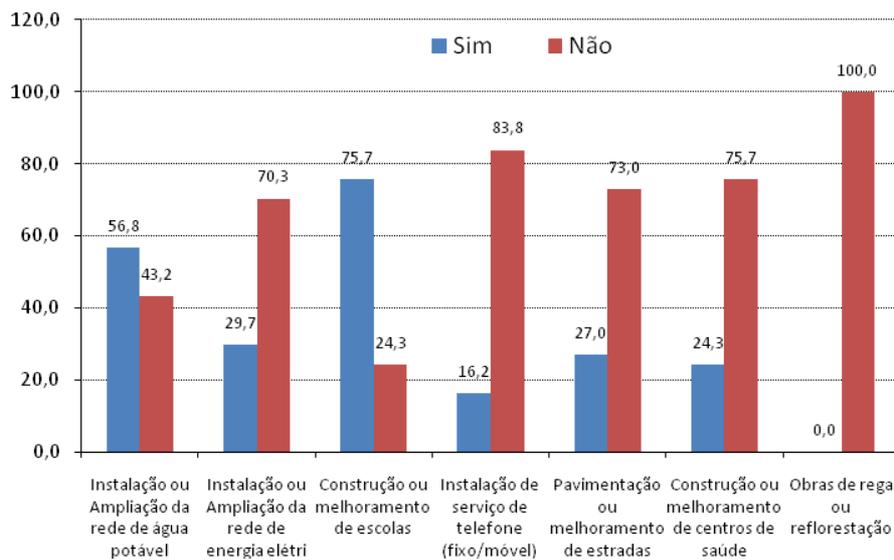
Fonte: Delegação Provincial de Ciência e Tecnologia de Inhambane (2009)

4.4.1.11 Percepção da População sobre Instalação ou Reabilitação de Infra-estruturas

De modo a medir a percepção dos beneficiários do programa do Governo na área de infra-estruturas, inquirimos a população sobre alguns trabalhos de melhoramento de infra-estruturas nos últimos quatro anos. Cerca de três quartos (74%) da população considera que houve melhoramento da situação de infra-estruturas e os restantes 26% acha que não se registam tais melhorias.

Perguntaram aos inquiridos em que consistiam esses trabalhos de melhoramento de infra-estruturas, o gráfico abaixo mostra que pouco mais de metade (56.8%) das comunidades beneficiaram-se de Instalação ou Ampliação da rede de água potável; pouco menos de um terço (29.7%) das comunidades beneficiaram-se de Instalação ou Ampliação da rede de energia eléctrica nos últimos quatro anos.

Gráfico 25. Percepção do Melhoramento de Infra-estruturas nos últimos quatro anos



Fonte: Resultado do Inquérito (2009)

Ainda de acordo com os dados do Gráfico 24, houve Instalação de serviço de telefone (fixo/móvel) em menos de um quinto (16.2%) das comunidades, mas houve pavimentação ou melhoramento de estradas em mais de um quarto (27.0%) das comunidades.

4.4.2 Balanço geral do cumprimento do pilar de Infra-estrutura técnica

Rubrica	Fontes de Informação	Metas previstas	Data/ Prazo	Resultados obtidos	Desvios	Justificação	
1	As estradas e pontes ligando as capitais distritais e postos administrativos mantidas em boas condições de circulação para garantir o escoamento de produtos agrícolas e matérias primas especialmente na zonas rurais e áreas mais desfavorecidas;	DPOPH/D PTC	100%	2009	66.8%	-33,2%	Cheias que assolaram a província nos anos transactos.
2	Definir e divulgar a hierarquia de responsabilidades para a construção e manutenção das estradas;	DPOPH/D PTC	100%	2009	100%	0	
3	Desminadas as áreas actualmente habitadas e cultivadas, vias terciárias, áreas de elevado potencial agro-pecuário e áreas apropriadas para turismo até 2010;	SP	100%	2010	90%	-10%	Actividade em curso. O prazo termina em 2010.
4	Garantida energia eléctrica constante e da boa qualidade nas cidades e estendida a rede de energia a todas as sedes distritais até 2009;	DPRME	100%	2009	100%	0	
5	Aproveitado o gás de Pande como fonte de energia da Província;	DPRME	S/M	2009	100%	0	
6	Aumentar a cobertura de abastecimento de água até 50% da população rural e 70% da população urbana até 2009;	DPOH	Rural: 50%	2009	Taxa de cobertura da população rural: 64.7%	+14,7%	
			Urbana: 70%		Taxa da população urbana:	+18,2%	

Rubrica	Fontes de Informação	Metas previstas	Data/ Prazo	Resultados obtidos	Desvios	Justificação	
				88,2%			
7	Divulgar a Política Nacional de Água em todos os distritos até 2009;	DPOH	100%	2009	100%	0	
8	Estabelecimento de parcerias com o sector privado e ONGs para formar membros das comunidades que garantam a manutenção das suas fontes de água, diminuindo o número de fontes avariadas anualmente;	DPOH	S/M	2009	100%	0	
9	Redes telefónica e de rádio estendidas a todos distritos até 2009.	DPTC	100%	2009	100%	0	
10	Alargada a rede informática aos principais centros de desenvolvimento económico, até 2009;	DPTC/DP CT/SP	S/M	2009	50%	-50%	A Delegação Provincial de Ciência e Tecnologia só foi criada em 2008, 8 anos após a introdução do PEP (2000-2009)

Da avaliação realizada por cada objectivo estratégico, o grau de cumprimento médio do pilar é estimado em 87,2%

4.5 *Desenvolvimento Humano*

O PEP 2000-2009 tem como visão para este pilar:

“Equidade social e territorial, em termos de acesso e qualidade, dos serviços de saúde e de educação a todos os níveis, garantindo uma população saudável e apropriadamente educada e formada de modo a contribuir para o desenvolvimento económico, social e cultural, bem como para o incremento do rendimento da Província”.

PNUD (2001:7) refere que “a perspectiva do desenvolvimento humano é que o crescimento económico não pode ser visto de forma isolada, pois ele só ganha relevância quando contribui para tirar as pessoas das condições de privação”. A prestação de cuidados de saúde, como uma das componentes do desenvolvimento humano, permite melhorar o bem-estar das populações, consubstanciado numa vida longa e saudável;

A educação é uma componente importante do desenvolvimento humano, porque ela desempenha um papel fundamental na produtividade do trabalho e na oportunidade das pessoas desfrutarem dos benefícios do progresso técnico e científico mundial.

4.5.1 Avaliação do Pilar de Desenvolvimento Humano

As entidades envolvidas no processo de avaliação deste tema foram: DPS, DPEC e Núcleo de Prevenção e Combate ao HIV/SIDA.

O PEP 2000-2009 identifica 9 objectivos estratégicos para o tema sobre o desenvolvimento humano, fazendo-se a seguir a análise do cumprimento do plano:

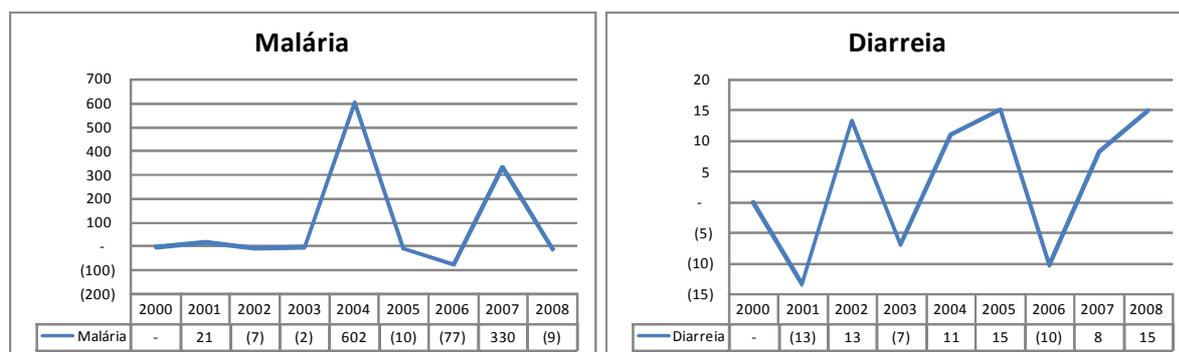
- 1) Redução da incidência de doenças mais frequentes na Província em 10% por ano;
- 2) Redução da taxa de mortalidade infantil para menos que 100/1.000;
- 3) Redução da mortalidade materna intra-hospitalar;
- 4) Melhorado o acesso aos serviços de saúde básicos (e melhorada a qualidade dos cuidados de saúde prestados), principalmente em Funhalouro, Mabote e Panda;
- 5) Pessoal de nível elementar e comunitário formado em trabalho, para ter maiores competências clínicas em relação à terapêutica anti-malária, às infecções respiratórias agudas em idade infantil e ao HIV/SIDA;
- 6) Recolhida informação sistematizada sobre as actividades das parteiras tradicionais formadas e dos agentes polivalentes elementares “trabalhadores de saúde comunitária”. Realizada pelo menos uma iniciativa de formação em trabalho/ reciclagem por ano;
- 7) Melhorado o acesso ao ensino pré-universitário e universitário na Província;
- 8) Redução da taxa de analfabetismo para menos de 40% na Província em 2010, aumentando a percentagem de mulheres alfabetizadas;
- 9) Aumentada a taxa de escolarização para 80%, com 50% de raparigas.

A situação de cada objectivo é a seguinte:

4.5.1.1 Redução da incidência de doenças mais frequentes na província em 10% por ano

As informações para analisar este objectivo foram obtidas em documentos fornecidos pela Direcção Provincial de Saúde de Inhambane e Balanços do Programa do Governo, onde identifica as doenças mais frequentes na província como sendo a Malária, Diarréia, Tuberculose (TB) e o HIV/SIDA. O comportamento destas doenças ao longo do período de 2000-2009 foi o seguinte:

Gráfico 26. Evolução da Malária e da Diarreia

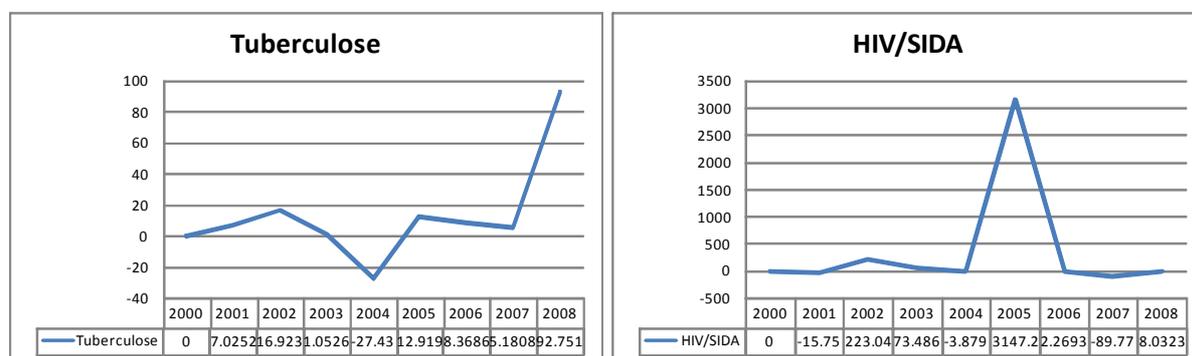


Fonte: DPS-Inhambane (2009)

Fonte: DPS-Inhambane (2009)

Em 2004 - 2005, com o novo sistema de informação sobre a malária, foi introduzido o teste rápido desta doença o que levou à identificação de mais casos (DPS- Inhambane,2009).

Gráfico 27. Evolução da Malária e da Diarreia



Fonte: DPS-Inhambane (2009)

Fonte: DPS-Inhambane (2009)

Como se pode verificar nos gráficos acima, as doenças que tiveram uma redução de pelo menos 10% anuais foram:

- Malária em 2005 e 2006 com uma redução de 10% e 77%, respectivamente;
- Diarreia que teve uma redução de 13.42% e 10% em 2001 e 2006, respectivamente;
- Tuberculose teve uma redução de 27% em 2004; e
- A incidência do HIV/SIDA teve reduções significativas em 2001 em 15,75% e em 2007 teve uma redução de 90%.

Apesar de ter havido reduções significativas na incidência das doenças mais frequentes na província, em alguns anos, essa redução não se manteve, havendo aumento de casos detectados em quase todos os anos. Calculando a média dessas variações anuais por doença⁴, teremos o seguinte:

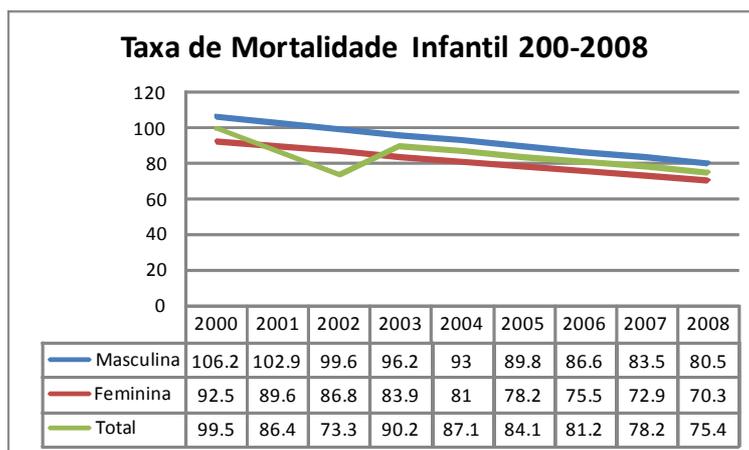
- Malária: registou aumento em 106%;
- Diarreia: aumentou em 4%;
- Tuberculose: teve um aumento de 15%; e
- E HIV/SIDA: registou o maior aumento em 418%.

⁴ Calculado com base nos dados da Quadro 33 em anexo.

4.5.1.2 Redução da Taxa de mortalidade infantil para menos de 100/1000

A taxa de mortalidade infantil na província de Inhambane teve uma redução significativa entre os anos de 2000 a 2008, como se pode observar no gráfico seguinte:

Gráfico 28. Taxa de Mortalidade Infantil de 2000 a 2008



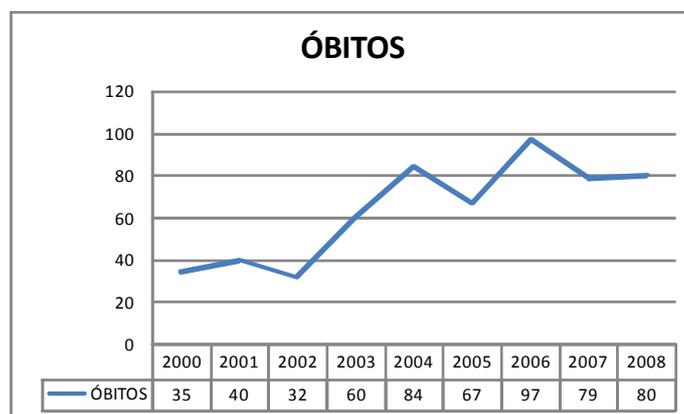
Fonte: INE - Inhambane (2009)

O gráfico mostra que a Taxa de Mortalidade Infantil na província esteve sempre abaixo de 100/1000 e que a maior redução foi registada em 2002.

4.5.1.3 Redução da Mortalidade materna intra-hospitalar

Segundo a DPS-Inhambane, o sistema de diagnóstico e notificação de óbitos maternos tem vindo a melhorar pelo facto destes estarem a ser analisados com regularidade. Entretanto, o objectivo traçado no PEP 2000-2009 que visava a redução do número de óbitos maternos intra hospitalar teve um comportamento contrário ao pretendido, como mostra no gráfico abaixo:

Gráfico 29. Mortalidade Materna Intra-hospitalar – 2000-2009



Fonte: DPS-Inhambane (2009)

As causas mais frequentes de óbitos materno intra-hospitalares, de acordo com a DPS-Inhambane, são:

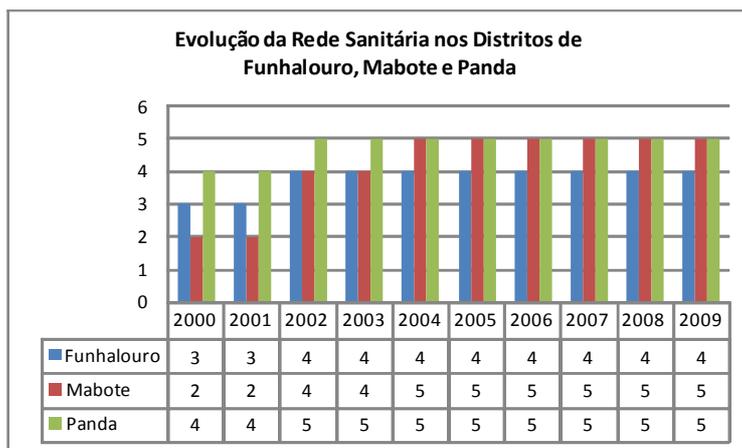
- Chegada tardia das mães às Unidades Sanitárias;
- Alguma fraqueza na monitorização do trabalho de parto através do partograma por parte de alguns distritos;
- Distâncias longas para alcançarem a Unidade Sanitária;
- Fraco poder de decisão das mulheres grávidas; e
- Falta de transporte público e inacessibilidade de algumas áreas.

Em termos absolutos, não houve reduções no número de óbitos maternos intra hospitalar de 2000 a 2008. Entretanto pode-se verificar algumas alterações positivas em 2002, 2005 e 2007 quando comparados aos anos imediatamente anteriores aos referidos.

4.5.1.4 Melhorado o acesso aos serviços básicos de saúde (e melhorada a qualidade dos cuidados de saúde prestados) principalmente em Funhalouro, Mabote e Panda.

Os dados recolhidos para avaliar este objectivo mostram que em quase todos os distritos houve um aumento no número de Unidades Sanitárias (vide anexo, Quadro 33). O gráfico seguinte mostra a expansão da rede sanitária nos distritos de Funhalouro, Mabote e Panda cuja variação não difere do resto da província:

Gráfico 30. Rede Sanitária nos Distritos de Funhalouro, Mabote e Panda



Fonte: DPS-Inhambane (2009)

Em termos absolutos, o número de Unidades Sanitárias (US) na província de Inhambane aumentou em cerca de 29%. Entretanto, em três (3) anos consecutivos (2004 a 2006), o número de US não se alterou mantendo-se em 105 unidades (vide anexo – Quadro 34 – Distribuição de Unidades Sanitárias Por distritos e sua evolução anual).

Apesar desta expansão no número de unidades sanitárias a nível da Província, ainda se considera insatisfatório, pois segundo DPS-Inhambane o raio-teórico médio da província é de 13,4 Km que

um indivíduo deve percorrer na busca de uma US. No entanto, ainda existem zonas da província em que as populações percorrem mais de 50 Km para se beneficiarem dos serviços de saúde. Na óptica da melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestado, usou-se o indicador Relação Habitantes/Médico. Este dado só foi possível obter, de uma forma sistemática, para o segundo quinquénio do PEP 2000-2009, ou seja de 2005 a 2008, que a seguir se apresenta:

Quadro 27. Relação habitante/médico

<i>Indicador</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>
Número de técnicos superiores	31	32	34	47
Número de técnicos médios	219	226	223	301
Número de técnicos básicos	380	409	400	537
Número de técnicos elementares	265	250	255	239
Pessoal de apoio	551	592	616	739
Total do pessoal do SNS	3451	3515	3535	3871
Relação habitante/técnico superior	44,549	44,134	38,272	28,434
Relação habitante/técnico médio	6,306	6,249	5,835	4,440

Fonte: DPS-Inhambane (2009)

A tendência que a tabela mostra já se regista desde 1999 quando a relação habitante/médico era de 87.301 e passou para 54.817 em 2004, enquanto que a relação habitante/técnico de saúde passou de 1.830 em 1999 para 1.735 em 2004 (Governo provincial, 2004). Desta forma a variação da relação habitante/médico entre 1999 a 2008 foi de -67.4 %.

Registou-se melhorias na relação habitante/médico, com o aumento de pessoal técnico na província o número de habitantes por médico diminuiu, com principal destaque para os últimos dois anos indicados na tabela acima.

4.5.1.5 Pessoal de nível elementar e comunitário formado em trabalho, para ter maiores competências clínicas em relação à terapêutica anti-malária, às infecções respiratórias agudas em idade infantil e ao HIV/SIDA.

Actualmente, segundo a DPS, existem 239 elementos que constituem o pessoal elementar na Província, esse pessoal é composto por Enfermeiros e Parteiras, que funcionam nas unidades sanitárias como quadros do Sistema Nacional de Saúde, actuando nos cuidados de enfermagem e assistência ao parto. Este pessoal elementar beneficia de várias capacitações sobre novas abordagens dos Programas de Saúde na prestação de cuidados, nomeadamente: Atenção Integrada às Doenças de Infância (AIDI), Tuberculose/Lepra, HIV/SIDA, Biossegurança entre outros.

Quanto ao pessoal comunitário, este é composto por: Agentes polivalentes Elementares⁵, parteiras tradicionais⁶, socorristas⁷ e activistas que se beneficiaram de seguintes capacitações:

Quadro 28. Relação de capacitação do pessoal Comunitário na Província

Pessoal Comunitário	Pessoal Existente	Número de formações	Abordagem da formação	Área abrangida
Agentes polivalentes Elementares	39	1	Si	Toda a província
Parteiras tradicionais	165	a)	Si	Toda a província
Socorrista	73	1	Si	Toda a província
Activistas	235	1	Malária	Zavala e Jangamo
	35	1	AIDI Comunitário Neo-Natal	Toda a província

Notas: a) Não foram realizadas formações às Parteiras tradicionais, mas sim faz-se advocacia à mulher que realiza o parto fora da Unidade Sanitária no sentido de encaminharem as parturientes e assistirem seu parto nas unidades sanitárias como forma de reduzirem a Mortalidade Materna e Neonatal

Si = sem informação

Fonte: DPS-Inhambane (2009)

Registaram-se acções de formação e capacitação do pessoal elementar assim como do pessoal comunitários ao longo do período do PEP, criando assim maiores competências desse pessoal na prestação dos serviços.

4.5.1.6 Recolhida Informação sistematizada sobre actividades das parteiras tradicionais formadas e dos agentes polivalentes elementares “trabalhadores de saúde comunitária”. Realizada pelo menos uma iniciativa de formação no trabalho/reciclagem por ano.

Os dados da DPS – Inhambane mostram que existe um sistema de recolha e processamento de informação sobre actividades dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS’s). A informação está organizada por distrito e por anos nos seguintes itens:

- Participação Comunitária
 - Número de consultas e partos realizados por distrito
 - Actividades preventivas dos ACS’s por distrito que incluem visitas domiciliárias, palestras e partos realizados.

⁵ Pessoas seleccionadas pela Comunidade, formadas para servirem a sua Comunidade. Prestam cuidados básicos em tratamento de doenças comuns e têm como tarefa principal o saneamento do Meio e Promoção de Higiene nas Comunidades.

⁶ São senhoras de confiança da Comunidade que têm feito a assistência ao Parto no domicílio das mulheres

⁷ Com capacitação mínima em primeiros socorros. Na Província de Inhambane a Cruz Vermelha de Moçambique faz muita formação deste tipo de Pessoal Comunitário e construiu seus Postos de Socorros, dando equipamento para seu funcionamento. Não são formados no sistema de Saúde. São membros de ONGs que operam nas comunidades. Têm sido enquadrados em Programas da saúde através de seus tutores

- Educação para saúde pública
 - Actividades desenvolvidas
 - Actividades desenvolvidas incluindo outras instituições (ONGs, igrejas, Educação, Saúde, Municípios, Líderes comunitários e os próprios ACSs)
 - Temas tratados nas sessões de educação para saúde

4.5.1.7 Melhorado o acesso ao ensino pré-universitário e universitário na província

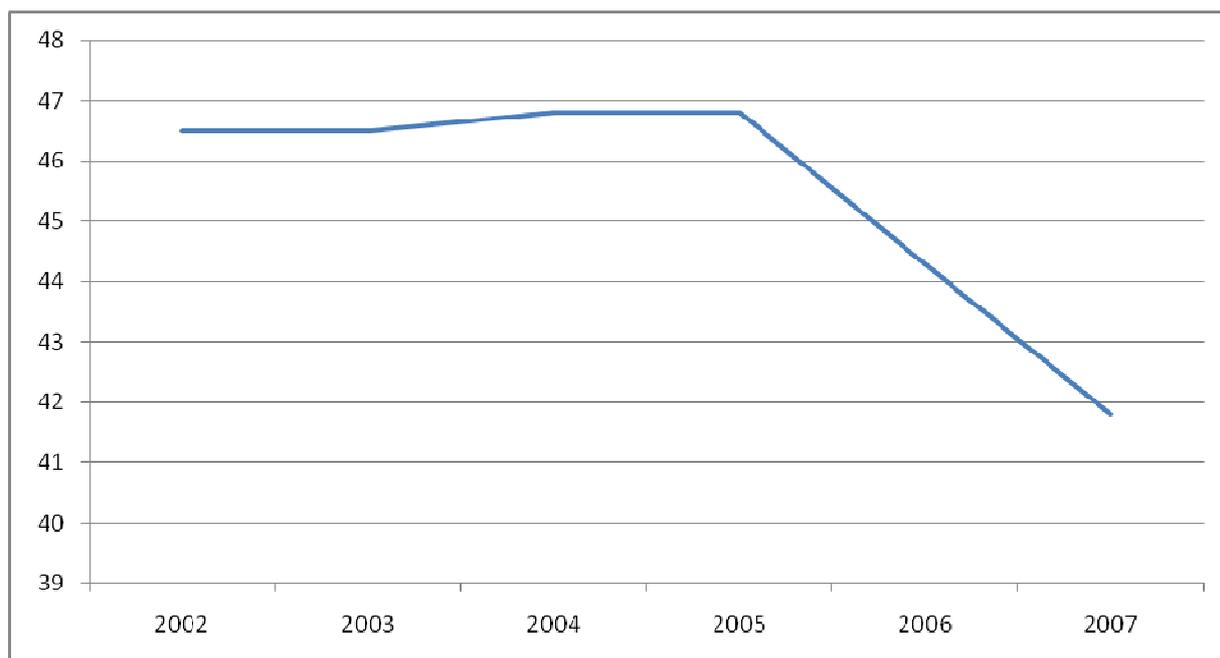
O acesso ao ensino em todos os níveis teve melhoramentos em 2009 se comparando com o ano de 2000, como se pode verificar na última coluna do Quadro 35, em anexo.

Nos casos específicos do ensino pré-universitários e Universitário o cenário não é diferente do já referido. O acesso ao ensino pré universitário teve uma melhoria de 250% em 2009 comparando com o ano base de 2000. Para o caso do ensino superior ou Universitário o ano base seria o de 2003 quando surge a primeira instituição superior na província e findo o ano de 2009 o número de instituições desse nível é de 5 (cinco), registando uma melhoria de 400%.

4.5.1.8 Redução da taxa de analfabetismo para menos de 40% na província em 2010, aumentando a percentagem de mulheres alfabetizadas.

Os dados no Instituto Nacional de Estatística (INE) mostram que até ao ano de 2007 o cenário era o seguinte:

Gráfico 31. Variação da Taxa de Analfabetismo – Província de Inhambane (2000-2008)



Fontes: Dados de 2002 e 2003 (IAF 2002/3); dados de 2004 e 2005 (Inquérito à força de trabalho 2004/05 (IFTRAB)); 2006 sem informação, extrapolada à partir dos dados de 2005 e 2007. Dados de 2007 (Censo Geral da população e Habitação 2007).

Os dados do gráfico mostram uma tendência na redução da taxa de analfabetismo, entretanto essa redução até 2007 (41.8%) não satisfazia o objectivo ora traçado.

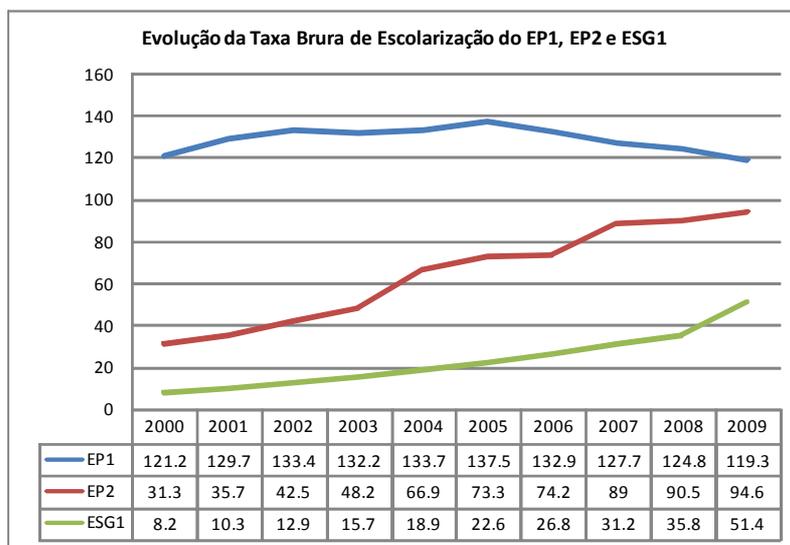
Em Termos de Alfabetização e Ensino de Adultos (AEA) a DPEC - Inhambane e os balanços quinquenais do Governo apresentam dados bastante positivos, mostrando o seguinte:

- Crescimento de instituições destinadas para esse fim em cerca de 309.3 %;
- Evolução do efectivo escolar no nível de AEA bastante positiva de 2000 a 2009 de 84.3%, sendo que em 2000 o efectivo escolar nesse nível era de 4.688 alunos passando para 41.455 alunos em 2009; e
- A taxa de participação da rapariga no AEA em 2005 era de 81.9% em 2008 registou-se uma taxa de 85.4%.

4.5.1.9 Aumentada a taxa de escolarização para 80% com 50% de raparigas

A Taxa Bruta de escolarização na província tem vindo a aumentar desde 2000, principalmente para os níveis de EP2 e ESG1, como mostra a tabela abaixo,

Gráfico 32. Taxa bruta de escolarização por níveis de ensino: 2000-2009



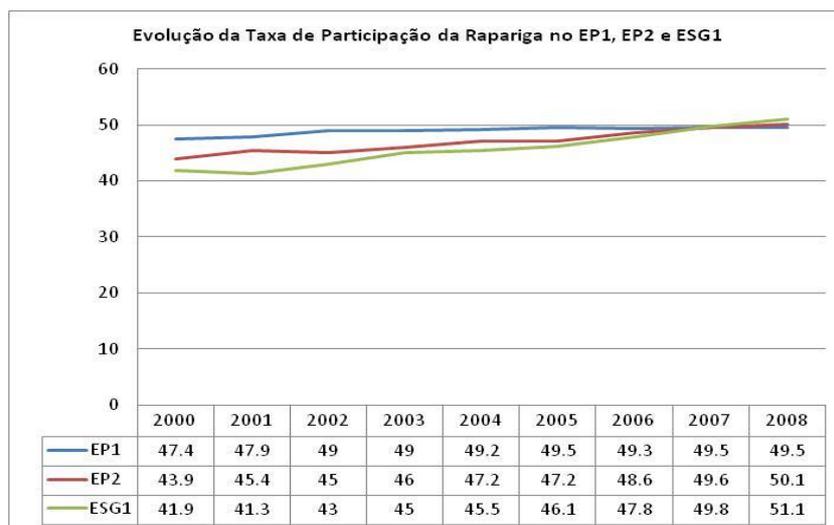
Fonte: DPEducação - Inhambane (2009)

O comportamento da evolução da taxa bruta de escolarização é positivo, tendo em conta que a meta era de 80%, como mostra o PEP 2000-2009, os dados da tabela mostram que em 2009 a taxa bruta de escolarização está acima dos 80% previstos para os níveis de EP1 e EP2 enquanto que para o nível de ESG1 a taxa está aquém do previsto, registando apenas 51,4%.

Em 2008, estiveram inscritos no ensino superior 1551 discentes dos quais 559 eram do sexo feminino (Governo Provincial, 2009), representando uma taxa de 36%.

A taxa de participação da rapariga no ensino apresenta o seguinte comportamento, segundo os relatórios quinquenais do Governo Provincial de 2000 a 2008:

Gráfico 33. Evolução da Taxa de Participação da Rapariga no EP1, EP2 e ESG1



Fonte: DP Educação - Inhambane (2009)

Comparando o ano de 2000 e 2008, a taxa de participação da rapariga no ensino evoluiu em todos os níveis. No entanto, os níveis de EP1, ESG2 e ETP as taxas estão abaixo do programado.

4.5.2 Resumo de Avaliação do Pilar de Desenvolvimento Humano

Rubrica	Fontes de Informação	Metas previstas	Data/P razão	Resultados obtidos	Desvios	Justificação	
1	Redução da incidência de doenças mais frequentes na Província em 10% por ano;	DPS	-10%/ano	2009	Sem redução, a incidência das doenças aumentou da seguinte forma: Malária - 106% Diarreia- 4% Tuberculose: 15% HIV/SIDA: 418%	-80%	Com a introdução do teste rápido de malária em 2005, mais casos foram detectados
2	Redução da taxa de mortalidade infantil para menos de 100/1.000;	DPS	-100/1000	2009	Redução para 75/1000 125%	+25%	-
3	Redução da mortalidade materna intra-hospitalar;	DPS	S/M	2009	Em termos absolutos, não houve reduções no número de óbitos maternos intra hospitalares de 2000 a 2008. Entretanto, registaram-se	Registaram-se alterações positivas em 2002, 2005 e 2007 -67%	O sistema de diagnóstico e notificação melhorou

Rubrica	Fontes de Informação	Metas previstas	Data/P razo	Resultados obtidos	Desvios	Justificação	
				reduções em 3 anos 33%			
4	Melhorado o acesso aos serviços básicos de saúde (e melhorada a qualidade dos cuidados de saúde prestados), principalmente em Funhalouro, Mabote e Panda;	DPS	S/M	2009	Em termos globais houve melhorias em 29% na expansão da rede sanitária. Entretanto há população que percorre distâncias acima do padrão provincial para se beneficiar de cuidados sanitários. Melhoria na relação habitante/médico entre 1999-2008 em -67.4% 100%	0	Raio teórico médio=13,4 Km no entanto há populações que ainda percorrem 50Km
5	Pessoal de nível elementar e comunitário formado em trabalho, para ter maiores competências clínicas em relação à terapêutica anti-malária, às infecções respiratórias agudas em idade infantil e ao HIV/SIDA;	DPS/NPC HIV/SIDA	S/M	2009	Registaram formações e capacitações do pessoal elementar e comunitário em toda a província. 100%	0	-
6	Recolhida informação sistematizada sobre as actividades das parteiras tradicionais formadas e dos agentes polivalentes elementares “trabalhadores de saúde comunitária”. Realizada pelo menos uma iniciativa de formação em trabalho/ reciclagem por ano;	DPS	Pelo menos uma iniciativa anual	2009	Existe um sistema organizado de recolha de informação sobre as actividades das parteiras tradicionais e agentes polivalentes elementares. 100%	0	-
7	Melhorado o acesso ao ensino pré-universitário e	DPEC	S/M	2009	Pré-Universitário: Melhorado o acesso em 250%	0	-

Rubrica	Fontes de Informação	Metas previstas	Data/Prazo	Resultados obtidos	Desvios	Justificação
universitário na Província;				Universitário: Melhorado o acesso em 400% 100%		
8 Redução da taxa de analfabetismo para menos de 40% na Província em 2010, aumentada a percentagem de mulheres alfabetizadas;	DPEC	Taxa de Analfabe tismo menor que 40%	2009	Os dados mostram uma tendência na redução da taxa de analfabetismo, entretanto essa redução até 2007 (41.8%) não satisfazia o objectivo. Em 2008 registou- se: Melhoria no acesso aos AEA em 309.3% Melhorada a taxa de alfabetização em 884.4% 50%	-50%	-
9 Aumentada a taxa de escolarização para 80%, com 50% de raparigas;	DPEC	TE- 80% TER – 50%	2009	<i>T. Escolarização:</i> EP1 e EP2: acima dos 80% ESG1 TE de 51% ES 36% <i>T.E.Rapariga:</i> EP1- 49.5 % EP2- 50.1% EG1- 51.1% EG2- 45% ETP- 39.5% AEA- 85.4% 55%	-45%	TE nos níveis ESG1 e ES estão abaixo da meta TER nos níveis EP1, EG2 e ETP estão abaixo da meta

Dos nove (9) objectivos definidos para a rubrica de Desenvolvimento Humano, 5 foram completamente cumpridos dentre os quais um esteve acima dos 100%, 3 foram parcialmente cumpridos (o grau de cumprimento esteve entre os 33% e os 55%) e apenas um objectivo não foi cumprido. Desta forma, pode-se dizer que esta rubrica teve um cumprimento de cerca de 74%.

4.6 HIV/SIDA

O PEP 2000-2009 tem como visão para este pilar o seguinte:

“Estabilizada a prevalência de HIV/SIDA em 20% a partir de 2004, e diminuídas as taxas de transmissão e de novas infecções, bem como alterados os hábitos da maioria da população e a maioria das mulheres exercendo o seu direito de exigir relações sexuais seguras, principalmente nas zonas em redor da EN1 e nos distritos com maior percentagem de trabalho migratório.” Contudo, em finais de 2009 a taxa situava-se em 12%, como resultado dos esforços empreendidos no combate a esta pandemia.

4.6.1 *Análise do cumprimento do pilar de HIV/SIDA*

As entidades que forneceram informação que permitissem a avaliação deste tema foram: Núcleo Provincial de combate do HIV/SIDA, Direcção Provincial da Saúde, e Fórum de ONGs.

O PEP 2000-2009 identifica 12 objectivos estratégicos para o tema sobre HIV/SIDA, seguindo-se a análise do cumprimento do plano:

- 1) Elaborado, até 2001, o Programa Provincial para a Prevenção e Combate contra o HIV/SIDA,
- 2) Funcionamento dos Postos Sentinela de forma eficiente; resultados analisados cuidadosamente;
- 3) Apoiada e incentivada a formação de ONGs e grupos de auto-ajuda ligados à educação cívica e aconselhamento sobre DTS e HIV/SIDA;
- 4) Realizados programas de educação cívica e outras acções preventivas essenciais de boa qualidade executados em todos os distritos e alcançando todos os sectores da sociedade civil, priorizando a mulher e o grupo etário económica e sexualmente activo (15-49 anos), estudantes e jovens fora da escola, jovens residindo em lares e fora da residência dos pais, camionistas, mulheres sem formação, trabalhadoras de sexo, crianças de rua portadores de DTS e presidiários;
- 5) Garantida a disponibilidade de preservativos, particularmente para programas de distribuição gratuita em grupos vulneráveis;
- 6) Aumentado o uso de preservativos como meio de planeamento familiar e protecção contra DTS/SIDA através de programas de educação cívica e planeamento familiar;
- 7) Todos os sectores do Governo incluem em seus programas e planos uma componente de “Prevenção e combate ao HIV/SIDA”;
- 8) Introduzidos educação e gabinetes de aconselhamento sobre DTS/SIDA em locais de trabalho e escolas secundárias (para professores e alunos com idade superior a 12 anos);
- 9) Introduzidos assuntos de educação básica de boa qualidade e pedagogicamente elaborados, sobre comportamentos sexuais, DTS e HIV/SIDA em programas específicos para escolas primárias;

- 10) Estudadas, nos distritos mais em risco, práticas tradicionais que podem ser usadas para maior e mais eficiente divulgação das medidas preventivas e apoiadas as comunidades para introdução desta componente nessas práticas (por exemplo ritos de iniciação);
- 11) Apoiados os médicos tradicionais para inclusão de medidas preventivas contra DTS e HIV/SIDA nas suas práticas; e
- 12) Reforçada a capacidade de diagnóstico do HIV/SIDA nos laboratórios para a detecção de DTS.

A situação de cada objectivo é a seguinte:

4.6.1.1 Elaborado, até 2001, o Programa Provincial para a Prevenção e Combate contra o HIV/SIDA,

As actividades de prevenção e combate ao HIV/SIDA são assumidas ao nível da província pela DPS e pelo núcleo provincial de prevenção e combate ao HIV/SIDA. Estes organismos participam na elaboração do programa nacional de prevenção e combate ao HIV/SIDA e implementam as actividades relativas à província.

4.6.1.2 Funcionamento dos Postos Sentinela de forma eficiente; resultados analisados cuidadosamente;

Existem 3 postos sentinelas na província de Inhambane, em Mabote, Zavala e Maxixe que estão sobre custódia da Direcção Nacional de Assistência Médica. Cada um destes postos possui um técnico de estatística que gere um sistema de informação computadorizado. Contudo, os dados são processados ao nível central.

4.6.1.3 Apoiada e incentivada a formação de ONGs e grupos de auto-ajuda ligados à educação cívica e aconselhamento sobre DTS e HIV/SIDA;

Para responder a este objectivo o NPCCS de Inhambane garantiu a realização das seguintes actividades:

- Construção de 6 escritórios para associações (5 para PVHS e 1 para Juvenil) nos distritos de Massinga, Homoine e cidades de Inhambane e Maxixe;
- Construção de 4 campos polivalentes, com objectivo de ocupar os jovens de uma forma sã nos distritos de Massinga, Inharrime e cidade de Maxixe;
- Construção de um centro para albergar raparigas vulneráveis e crianças órfãs vulneráveis no distrito de Inhassoro;
- Construção de centro de acolhimento de crianças órfãs de vulneráveis-Escolinha- em Morrumbene beneficiando 140 COV's e cem mães solteiras;
- Construção de um centro de corte e costura e culinária para beneficiar 350 viúvas, mães solteiras e raparigas no distrito de Panda;
- Formadas 99 Associações juvenis; e
- Formados 18 Serviços de Atendimento e Aconselhamento Juvenil (SAAJs).

4.6.1.4 Realizados programas de educação cívica e outras acções preventivas essenciais de boa qualidade executadas em todos os distritos e alcançando todos os sectores da sociedade civil, priorizando a mulher e o grupo etário económica e sexualmente activo (15-49 anos), estudantes e jovens fora da escola, jovens residindo em lares e fora da residência dos pais, camionistas, mulheres sem formação, trabalhadoras de sexo, crianças de rua portadores de DTS e presidiários;

Os programas de educação cívica e outras acções preventivas realizadas pelo núcleo foram as seguintes:

Quadro 29. Programas de Educação Cívica e outras Acções Preventivas do Núcleo

<i>Descrição da actividade</i>	<i>Abrangência</i>
Programas de Educação cívica e outras acções preventivas dentro e fora da escola	356.000 jovens receberam esse programa
Projectos ligados às áreas de prevenção	195 aprovados
Palestras e debates sobre sensibilização dos jovens sobre género e HIV/SIDA	18 palestras
Sessões de teatro comunitário	108 sessões de teatro (UKANI)
Marchas religiosas e juvenis a favor de PVHS	3 marchas realizadas
Torneios desportivos com disseminação de mensagens sobre HIV e SIDA	62 torneios desportivos
Projecções de filmes em distritos e nas Direcções Provinciais.	1.180 filmes projectados em todos distritos
Distribuição de material de IEC (revistas, brochuras, cartazes e folhetos)	Distritos, instituições públicas e ONGs
Sensibilização de adolescentes para adiamento do início da actividade sexual.	316.843 adolescentes jovens abrangidos
Realização de debates em rádios comunitárias sobre temas de SSR (estes programas incluíam a escuta colectiva e interacção com o público através do telefone)	5 Rádios comunitárias que contaram com a participação de Activistas de base escolar e comunitária e provedores de saúde
Produção de telenovelas com o tema namoro	2 novelas produzidas pelos activistas da cidade de Inhambane e Vilankulo.

Fonte: NCHIV/SIDA – Inhambane (2009)

A Direcção Provincial da Juventude e Desportos participou na formação de jovens tendo formado 643 jovens em matéria de saúde sexual e reprodutiva nos diversos distritos da província.

4.6.1.5 Garantida a disponibilidade de preservativos, particularmente para programas de distribuição gratuita em grupos vulneráveis;

durante o período da vigência do PEP foram distribuídos 2.464.620 preservativos conforme o quadro abaixo:

Quadro 30. Preservativos Distribuídos entre 2005 a 2009

Anos	Número de Preservativos Distribuídos
2005	19,120
2006	195,000
2007	475,000
2008	975,000
2009	800,500
Total	2,464,620

Fonte: NCHIV/SIDA – Inhambane (2009)

4.6.1.6 *Todos os sectores do Governo incluem em seus programas e planos uma componente de “Prevenção e combate ao HIV/SIDA”.*

Os Balanços Quinquenais de 2000-2004 e 2005 - 2009 do Governo Provincial, indicam as seguintes acções:

- Instalação do Núcleo Provincial de Prevenção e combate ao HIV/SIDA;
- Estabelecimento ao nível de todas as instituições públicas de pontos focais; e
- Financiamento de 18 instituições do NPCCS para acções directas de combate ao HIV/SIDA (NPCHIV/SIDA-Inhambane, 2009).
- Criação de 12 Comissões Distritais de Combate ao SIDA

4.6.1.7 *Introduzida educação e gabinetes de aconselhamento sobre DTS/SIDA em locais de trabalho e escolas secundárias (para professores e alunos com idade superior a 12 anos);*

Segundo os dados fornecidos pela DPS e pelo NPCCS, as acções desenvolvidas até ao ano de 2009 foram as seguintes:

- Abertos gabinetes de Unidade de Aconselhamento e Testagem em Saúde – UATS (ex-GATV’s) nos distritos de Zavala, Inharrime, Homoine, Morrumbene, Massinga, Vilankulo e Mabote
- Foram assistidas 106 escolas a partir de programas desportivos, teatro canto e dança e palestras. Eventos com enfoque para o adiamento da primeira relação sexual. Todas as ESGs e ETs públicas têm programas de prevenção através do PGB

4.6.1.8 *Introduzidos assuntos de educação básica de boa qualidade e pedagogicamente elaborados, sobre comportamentos sexuais, DTS e HIV/SIDA em programas específicos para escolas primárias;*

Existem disciplinas nas escolas primárias (sexual, social e questões sobre protecção ambiental.

4.6.1.9 Apoiados os médicos tradicionais para inclusão de medidas preventivas contra DTS e HIV/SIDA nas suas práticas;

O dados fornecidos pelo DPS e pelo NPCHIV/SIDA mostram que foram:

- Financiadas e capacitadas 4 associações de médicos tradicionais, através da AMETRAMO e Ervanários;
- Capacitados os praticantes da medicina tradicional em doenças relacionadas (TB, ITS e HIV/SIDA) nos distritos em parceria com os serviços de saúde.

O número de participações nas formações foi de 140.

4.6.1.10 Reforçada a capacidade de diagnóstico do HIV/SIDA nos laboratórios para a detecção de DTS;

Segundo o Balanço Quinquenal 2000-2004 do Governo Provincial, medidas foram tomadas para controlar a situação de alta letalidade causada não só pela SIDA, como também da malária e da diarreia:

- Apetrechamento dos laboratórios do Hospital Provincial e dos Hospitais Rurais;
- Afectação às unidades sanitárias de pessoal médico e outro especializado, melhorando a capacidade de diagnóstico e cura;
- Afectação de ambulâncias e outros meios circulantes às unidades sanitárias de referência;
- Introdução de Aconselhamento e Testagem em Saúde (ATS) em todos os distritos da província; e
- Distribuição de 166 bicicletas aos líderes comunitários, para facilitar a deslocação no âmbito da difusão das mensagens sobre a prevenção do HIV/SIDA.

4.6.1.11 Objectivos não avaliados

Não se conseguiu colher dados bastantes para a avaliação adequada dos seguintes indicadores:

- Aumentado o uso de preservativos como meio de planeamento familiar e protecção contra DTS/SIDA através de programas de educação cívica e planeamento familiar;
- Estudadas, nos distritos mais em risco, práticas tradicionais que podem ser usadas para maior e mais eficiente divulgação das medidas preventivas e apoiadas as Ciências naturais e ciências sociais que abordam assuntos de educação básica sobre o comportamento das comunidades para a introdução desta componente nessas práticas (por exemplo ritos de iniciação);

4.6.2 Resumo da Avaliação do Pilar de HIV/SIDA

Rubrica	Fontes de Informação	Metas previstas	Data/ Prazo	Resultados obtidos	Desvios	Justificação	
1	Elaborado, até 2001, o Programa Provincial para a Prevenção e Combate contra o HIV/SIDA;	NPCHIV/ SIDA	Elaboração do programa provincial	2001	0%	-100%	Não foi produzido. Só existe a nível nacional
2	Funcionamento dos Postos Sentinela de forma eficiente; resultados analisados cuidadosamente;	DPS	S/M	2009	3 Postos em funcionamento mas sobre custódia da Direcção Nacional de Assistência Médica. 100%	0	-
3	Apoiada e incentivada a formação de ONGs e grupos de auto-ajuda ligados à educação cívica e aconselhamento sobre DTS e HIV/SIDA;	DPS/ONGs/ NPCHIV/SIDA	S/M	2009	Construção de escritórios para associações, de campos polivalentes e de centros para albergar jovens vulneráveis 100%	0	-
4	Realizados programas de educação cívica e outras acções preventivas essenciais de boa qualidade executados em todos os distritos e alcançando todos os sectores da sociedade civil, priorizando a mulher e o grupo etário económica e sexualmente activo (15-49 anos), estudantes e jovens fora da escola, jovens residindo em lares e fora da residência dos pais, camionistas, mulheres sem formação, trabalhadoras de sexo, crianças de rua portadores de DTS e presidiários;	DPS/ONGs/ NPCHIV/SIDA	S/M	2009	Vários programas foram levados a cabo pelo NPCHIV/ SIDA – Inhambane e pelo Governo provincial Actividades destacadas em: Massinga, Homoine, Zavala, Jangamo, inhambane e Vilankulo 100%	0	-
5	Garantida a disponibilidade de preservativos, particularmente para programas de distribuição gratuita em grupos vulneráveis;	DPS/ONGs/ NPCHIV/SIDA	S/M	2009	4.426.000 preservativos distribuídos entre 2000 a 2009 100%	0	-

Rubrica	Fontes de Informação	Metas previstas	Data/ Prazo	Resultados obtidos	Desvios	Justificação	
6	Aumentado o uso de preservativos como meio de planeamento familiar e protecção contra DTS/SIDA através de programas de educação cívica e planeamento familiar;	DPS/ONGs/ NPCHIV/SIDA	S/M	2009	S/I	-	Não foi possível obter informação
7	Todos os sectores do Governo incluem em seus programas e planos uma componente de "Prevenção e combate ao HIV/SIDA".	DPS/ONGs/ NPCHIV/SIDA	Todos os sectores do governo	2009	18 instituições recebem financiamento do NPCS para acções directas de combate ao SIDA 100%	0	-
8	Introduzida educação e gabinetes de aconselhamento sobre DTS/SIDA em locais de trabalho e escolas secundárias (para professores e alunos com idade superior a 12 anos);	DPS/ONGs/ NPCHIV/SIDA-DPEC	S/M	2009	106 escolas assistidas Todas as ESGs e ETs públicas têm programas de prevenção Existência de 99 associações juvenis 18 SAAJs 100%	0	-
9	Introduzidos assuntos de educação básica de boa qualidade e pedagogicamente elaborados, sobre comportamentos sexuais, DTS e HIV/SIDA em programas específicos para escolas primárias;	DPS/ONGs/ NPCHIV/SIDA	S/M	2009	Introduzidas disciplinas como ciências naturais e sociais 100%	0	-
10	Estudadas, nos distritos mais em risco, práticas tradicionais que podem ser usadas para maior e mais eficiente divulgação das medidas preventivas e apoiadas as comunidades para introdução desta componente nessas práticas (por exemplo ritos de iniciação);	DPS/ONGs/ NPCHIV/SIDA	S/M	2009	S/I	-	Não foi possível obter informação
11	Apoiados os médicos tradicionais para inclusão de medidas preventivas contra DTS e HIV/SIDA nas suas práticas;	DPS/ONGs/ NPCHIV/SIDA	S/M	2009	Financiado e capacitado 4 associações de médicos tradicionais 100%	0	-
12	Reforçada a capacidade de diagnóstico do HIV/SIDA nos laboratórios para a detecção de DTS;	DPS/ONGs/ NPCHIV/SIDA	S/M	2009	Hospital Provincial e dos Hospitais Rurais com laboratórios apetrechados 100%	0	-

Em suma, dos 12 objectivos definidos para a rubrica sobre o HIV/SIDA, nove (9) foram cumpridos e um (1) não foi cumprido. Os restantes dois (2) não apresentam informação bastante para a sua avaliação e também foram considerados não cumpridos por existirem fortes indícios de não cumprimento. Desta forma, o cumprimento desta rubrica é de 75%.

4.7 Meio - Ambiente

A Província sofre de grandes problemas ambientais, alguns dos quais bem localizados e identificados, mas em 1999/2000 estes foram agravados pelas chuvas e cheias catastróficas. Em geral, a província sofre permanentemente de seca, desflorestação e falta de água para o consumo humano e para a agricultura. Os distritos mais afectados por estes problemas são Massinga, Funhalouro, Panda, Inhassoro, Mabote. A agravar estes problemas regista-se a caça furtiva, a forte erosão em locais bem identificados da Província e a poluição nas duas cidades de Inhambane e Maxixe. A falta de planos de estrutura e a fraca capacidade organizativa dos serviços de cadastro têm levado a que a implantação de agregados populacionais se faça sem ordenamento e até em locais não adequados.

A visão para este pilar é a seguinte:

Inhambane ambientalmente saudável através do controlo e do uso racional e sustentável dos recursos naturais e do planeamento e ordenamento territorial das cidades, vilas e aglomerados humanos.

Para a avaliação foram recolhidos dados das seguintes entidades DPCA, DPTUR, Concelho Municipal da Cidade de Inhambane.

Com objectivo de assegurar que a implantação de qualquer empreendimento de desenvolvimento sócio económico com a probabilidade de causar algum impacto sobre o ambiente, seja precedida de uma Avaliação do Impacto Ambiental, esta instituição realizou 639 pré-avalições, das quais foram aprovados e licenciados 495 projectos.

Quadro 31. Projectos submetidos e projectos aprovados

Categoria	Projectos Submetidos	Projectos Aprovados	GC
A	128	58	45.3%
B	170	110	64.7%
C	341	327	95.9%
Total	639	495	77.5%

Fonte: DPCA – Inhambane (2009)

4.7.1 *Análise do cumprimento do pilar de Meio-Ambiente*

Os objectivos estratégicos para este pilar são:

- 1) Comunidades participando e beneficiando da protecção e manejo sustentável dos recursos naturais;
- 2) Planos de manejo elaborados e em execução para os 3 Parques Nacionais;
- 3) Erosão costeira mitigada nas zonas mais em risco, particularmente em Maxixe, Morrumbene, Jangamo, Inhassoro e Mabote;
- 4) Planos de ordenamento territorial elaborados pelo menos nos distritos de Govuro, Inhassoro, Vilankulos, Massinga, Inharrime e nas cidades de Maxixe e Inhambane;
- 5) O sistema de saneamento básico e drenagem nas cidades e vilas melhorado e em funcionamento

4.7.1.1 *Comunidades participando e beneficiando da protecção e manejo sustentável dos recursos naturais*

O Relatório Balanço da DPCAA (2005-2008) refere que a interacção entre a sociedade com os recursos naturais para a sua sobrevivência, na maioria dos casos, não tem observado as normas mais elementares da sustentabilidade ambiental. Nesse contexto a DPCA desenvolveu as seguintes actividades:

- Plantio de 382.321 árvores em vários locais da província, tais como na Escola Primária de Inhamussua, Distrito de Homoíne, Escola Secundária de Morrumbene, Mapinhane e Vilankulo, com o objectivo de criar uma fonte de alimentação/rendimento no caso do plantio das fruteiras e fonte de combustível lenhoso no caso das espécies florestais.
- Foram lançadas 1000 árvores, no ano de 2008, no âmbito do Programa Um Aluno, Uma Planta nas escolas primárias de Pembe (Distrito de Homoíne), Nhaduca (Distrito de Jangamo) e nos municípios de Maxixe e Inhambane.

Quadro 32. Número de plantas lançadas por local cada ano

<i>Local</i>	<i>Número de plantas por ano e por local</i>					
	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>Total</i>
Govuro	-	240	785	-	62	1.087
Panda	-	350	9.021	-	86	9.457
Funhalouro	-	-	4.399	-	3	4.402
Morrumbene	-	38.358	200.000	-	165	238.523

<i>Local</i>	<i>Número de plantas por ano e por local</i>					<i>Total</i>
	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	
Inharrime	-	-	24.000	12.026	169	36.195
Mabote	-	-	5.981	11.774	334	18.089
Inhassoro	-	-	3.470	3.000	23.841	6.629
Vilankulo	-	825	3.000	-	1.605	5.230
Massinga	-	142	0	50	90	140
Jangamo	-	0	9.449	30	138	9.617
Homoíne	-	350	3.400	175	-	3.575
Zavala	-	200	20.000	-	183	20.383
Maxixe	-	100	600	615	-	1.165
CMC Inhambane	250	600	700	130	1.625	3.305
Total	250	41.165	284.805	27.800	28.301	382.321

Fonte: DPCA – Inhambane (2009)

- Foram igualmente criados dois (2) viveiros, um florestal na zona de Chichocane no Distrito de Vilankulo para reflorestamento de uma área de 2 hectares, e um viveiro de cinco (5) mil plantas na ADPP (Centro de Formação dos Professores do Futuro), arredores da Cidade de Inhambane, com o propósito de reflorestar a zona costeira da Barra;
- Efectuada uma visita de identificação de problemas ambientais, nos distritos de Zavala, Inharrime, Homoíne, Massinga e Município da Cidade da Maxixe com vista a propor medidas de solução dos mesmos;
- Elaborado o Projecto de Combate à Queimadas descontroladas; e
- Divulgado o Regulamento sobre Protecção costeira, Decreto 45/2006 de 30 de Novembro, dirigido aos membros do comité de gestão dos recursos naturais de Jangamo.

Noutra vertente, ainda dentro deste objectivo estratégico, pode-se realçar a educação ambiental que foi levada a cabo pela DPCA e seus parceiros. Assim, na área de divulgação ambiental foram realizadas as seguintes actividades:

- Realização de 65 palestras sobre diferentes assuntos ambientais em diferentes escolas da Província;
- Produção de 6 edições do Boletim “Matsamelo” que retrata vários temas relacionados com a necessidade de uso sustentável dos recursos naturais;
- Criação de 29 clubes de ambiente;
- Realização das campanhas “Boas vindas a Inhambane”; e
- Celebração de datas ambientais.

Na vertente de promoção ambiental desenvolveu-se a:

- Capacitação dos Comités de Gestão de Recursos Naturais (Pomene, Morrungulo, Jangamo e Tofo, Barra e Tofinho) da província em matérias de gestão sustentável dos recursos marinho-costeiros; e

- Criação de 16 clubes de ambiente nas diferentes escolas da província, como é o caso da Escola Primária “7 de Abril”, EPC de Maimelane, Distrito de Inhassoro.

Quadro 33. Resumo das principais actividades da educação ambiental

<i>Actividades Realizadas</i>	2005	2006	2007	2008	2009	<i>Total</i>	
						<i>Real</i>	<i>Previsão</i>
Palestras sobre assuntos ambientais	5	25	20	12	9	71	105
Produção do Boletim “ <i>Matsamelo</i> ”	-	1	4	1	3	9	13
Criação de clubes de ambiente	4	7	5	13	-	29	40
Cursos de capacitação dos Comités de Gestão de Recursos Naturais	-	-	2	1	2	5	4
Campanhas de sensibilização “ <i>Boas Vindas a Inhambane</i> ”	2	2	2	1	-	9	7

Fonte: DPCA – Inhambane (2009)

Apesar das campanhas que a DPCA tem levado a cabo, muito ainda há por fazer para se atingir uma situação aceitável no que tange à gestão dos recursos naturais. A população da província interage com os diferentes recursos naturais para satisfazer as suas necessidades de sobrevivência básica ou, excepcionalmente, para conseguir algum lucro (por exemplo: os garimpeiros, carvoeiros comerciais, madeireiros de pequena escala, entre outros) o que requer que as autoridades adoptem várias actividades que concorrem para o uso racional dos recursos.

4.7.1.2 Planos de manejo elaborados e em execução para os 2 Parques Nacionais e 1 Reserva Nacional

O Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto já tem elaborado o seu plano de manejo e já está em execução. Por seu turno, o plano de manejo do Parque Nacional de Zinave ainda está em processo de elaboração e a Reserva de Pomene ainda não começou a elaborar o seu plano de manejo, tendo iniciado as suas actividades turísticas no presente ano. Portanto, das duas variáveis a serem analisadas para este caso (elaboração e execução) depreende-se que apenas o Parque Nacional de Bazaruto é que atingiu o objectivo de elaboração e execução, enquanto que o Parque Nacional de Zivane ainda está em processo de elaboração do seu plano de manejo e a Reserva de Pomene ainda não elaborou o seu plano de manejo.

4.7.1.3 Erosão costeira mitigada nas zonas mais em risco, particularmente em Maxixe, Morrumbene, Jangamo, Inhassoro⁸

O relatório da DPCA faz menção a um estudo que foi realizado para contenção da erosão na vila de Inhassoro através do melhoramento das valas de drenagem das águas pluviais. Segundo as indicações deste documento de orientação técnica, as obras são avaliadas em 6.629.000,00 MT (seis milhões seiscentos e vinte e nove mil meticais). Paralelamente a esta actividade foi criado um viveiro com 5.470 árvores para serem plantadas nos arredores das valas de drenagem como forma de reforçar a capacidade de retenção dos solos. De referir que o plantio de árvores, atrás

⁸ Este objectivo incluía Mabote, mas este não possui costa!...

referido, também teve como propósito a mitigação ou combate à erosão nesses locais. Foram também aplicadas técnicas locais para o combate à erosão na praia do Tofo.

Portanto, das áreas enfatizadas neste objectivo estratégico para a operacionalização do mesmo apenas o distrito de Inhassoro é que tem uma menção directa em termos de actividades realizadas não se fazendo menção aos distritos de Morrumbene, de Jangamo, de Inhassoro, de Mabote e Maxixe tal como vem plasmado no objectivo estratégico.

Segundo os dados da DPCA este objectivo estratégico foi cumprido em 60% visto que a disponibilização de fundos para o seu efeito foi tardia e não cobriu o montante previsto.

4.7.1.4 Planos de ordenamento territorial elaborados pelo menos nos distritos de Govuro, Inhassoro, Vilankulos, Massinga, Inharrime e nas cidades de Maxixe e Inhambane

O documento fornecido pelo DPCA refere que se elaboraram seis (6) planos de ordenamento territorial nos seguintes locais:

Quadro 34. Planos de Urbanização

Nº	Planos Parciais de Urbanização	Ano	Nº de talhões previstos	
			Habitacionais	Turismo
1	Vila Franca do Save	2000	400	
2	Pambara		576	
3	Maxixe	2003	1142	
4	Mocodoene		362	
5	Posto Administrativo de Mapinhane – Vilankulo	2005	760	
6	Vila de Mabote		1274	
7	Praia da Rocha	2007		44
8	Vila de Homoíne	2008	1722	
9	Povoado de Ligogo – Jangamo			54
10	Reassentamento de 18km – Mahave - Govuro	2009	1389	
11	Vila sede do Distrito de Panda		1234	
12	Vila do Posto Administrativo de Cumbana		1355	

Fonte: DPCA – Inhambane (2009)

a) Planos regionais:

- Plano de uso de terra de Inhassoro;
- Plano de uso de terra de Vilankulo; e
- Início da elaboração do plano de Uso de Terra no Distrito de Jangamo.

Deste modo, os distritos de Massinga, Inharrime e as cidades de Maxixe e Inhambane não foram englobados nos planos de ordenamento territorial que foi definido como um objectivo estratégico desta rubrica pela DPCAI. Entretanto, outras zonas que não estão definidas no Plano Estratégico como Homoíne e Mabote foram contemplados nos planos de urbanização levado a cabo. Esta situação deve-se ao facto de, na prática e por causa do factor descentralização, cada distrito poder definir quais dos pilares (saneamento básico, gestão de recursos naturais, avaliação do

impacto ambiental, planeamento e ordenamento territorial, área de coordenação intersectorial) tem prioridade tendo em conta as circunstâncias de cada um. Segundo a fonte da DPCA este objectivo foi cumprido em 85%.

Entretanto, em cumprimento das orientações do Governo Provincial, no concernente a proposta de criação, delimitação, elevação de algumas circunscrições territoriais, alteração e atribuição de nomes aos locais históricos e avenidas/ruas, uma Equipa Técnica Provincial da Divisão Territorial e Toponímia, composta pelos Técnicos da Secretaria Provincial, Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental e Geografia e Cadastro trabalhou no período compreendido entre os anos 2006 e 2008 nos Distritos de Homóine e, Inhassoro e nas Cidades de Inhambane e Maxixe.

No distrito de Homóine foram realizadas consultas públicas de auscultação às comunidades sobre a proposta de elevação de povoados para localidades e criação de Posto Administrativo, proposta esta apresentada pelo Governo Distrital. Da análise efectuada salienta-se a necessidade de criação do futuro Posto Administrativo de Mafuiane, tomando em conta os factores e critérios de criação, elevação e transferência de unidades territoriais, bem como os interesses locais.

Trabalho de género foi realizado no Distrito de Inhassoro, onde a equipa Técnica Provincial procedeu a delimitação com a proposta para elevação da Localidade de Maimela ao futuro Posto Administrativo de Maimelane.

No mês de Abril de 2008 uma equipa da toponímia e divisão administrativa deslocou-se ao Distrito de Vilankulo para fazer o levantamento de informação pertinente com vista a permitir a análise da proposta do Governo Distrital, sobre a delimitação da área do Município de Vilankulos.

Da análise feita em relação a actualização dos limites do município de Vilankulos a equipa técnica de toponímia concluiu, considerando as águas territoriais e o controlo das actividades a elas inerentes, é feita pelas instituições próprias do Estado porque as ilhas de Benguerua e Magarruque fazem parte integrante do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto cuja gestão desta é da autoria do Ministério do Turismo. Assim, concluiu-se que não devem ser incluídas as ilhas como território da jurisdição do Concelho Municipal.

Foram desenvolvidas igualmente actividades do género nos municípios de Inhambane e Maxixe na delimitação das áreas correspondentes aos municípios e ao Estado tendo sido os processos remetidos ao Conselho de Ministros para efeitos subsequentes após terem sido apreciados pelo Governo da Província.

Em Julho de 2008 a Brigada da provincial trabalhou na Vila de Massinga no âmbito da criação de mais e novos municípios no País, tendo sido feita a avaliação técnica e a viabilidade de criação de um município da Vila de Massinga. Dos trabalhos realizados o Município de Massinga possui uma área de 80 km² tomando em conta o edifício do Governo distrital como ponto de referência para determinação de 6.5 km em quatro pontos cardeais.

Foi realizado em trabalho no Distrito de Massinga para elevação de localidades à categoria de posto administrativo, nomeadamente: Lionzuane e Guma, cujo processo está em tramitação para homologação pelo Governo da província.

De salientar que os futuros Postos Administrativos de Mafuiane e Maimelane nos Distritos de Homoine e Inhassoro respectivamente, a documentação foi analisada pelo Governo da Província e remetida ao Conselho de Ministros para homologação.

4.7.1.5 Sistema de saneamento básico e drenagem nas cidades e vilas melhorando o funcionamento

A DPCA refere que quanto à gestão de resíduos sólidos urbanos, a mesma em coordenação com a Direcção Nacional da Gestão Ambiental e o FUNAB, disponibilizaram 78 recipientes para deposição de resíduos sólidos urbanos nos municípios de Inhambane, Maxixe e vila-sede de Quissico, Distrito de Zavala.

No presente ano está em curso o processo de Estudo de Impacto Ambiental de implantação de duas lixeiras nos municípios de Inhambane e Vilankulo, actividades estas que se enquadram no programa “Componente do Desenvolvimento Costeiro” financiado pelo Governo da Dinamarca, através da sua agência DANIDA e coordenado pela DPCA.

O Concelho Municipal da Cidade de Inhambane refere, na sua exposição, que está em curso a mitigação da erosão na Praia do Tofo, tendo sido já construída uma parte da muralha de contenção e que igualmente decorrem actividades de prevenção na Praia da Barra, nomeadamente o plantio de casuarinas. Está, também, em implementação o Plano Director Municipal, materializado através de planos parciais para os bairros Malembuane, Chamane, Tofo e Rocha. Projecta-se para 2010 a construção do sistema de drenagem do Tofo.

Um dos aspectos marcantes neste quinquénio foi a abertura de uma lixeira no Município de Vilankulo com todo o seu equipamento (atrelados, tambores de lixo, etc.).

A DCPC prestou o seu apoio aos Jogos Escolares realizados nas cidades de Inhambane e Maxixe através de material de recolha de lixo.

4.7.2 Resumo da Avaliação do pilar de Meio Ambiente

Rubrica	Fontes de Informação	Metas previstas	Data/ Prazo	Resultados obtidos	Desvios	Justificação	
1	Comunidades participando e beneficiando da protecção e manejo sustentável dos recursos naturais;	DPAA/DPA/DPTUR	S/M	2009	90%	-10%	
2	Planos de manejo elaborados e em execução para os 3 Parques Nacionais;	DPTUR	100%	2009	66%	-33%	Reserva de Pomene ainda sem Plano de Maneio
3	Erosão costeira mitigada nas zonas mais em risco, particularmente em Maxixe, Morrumbene, Jangamo, Inhassoro e Mabote.	DPAA	100%	2009	60%	-40%	Falta de fundos para a materialização das actividades previstas.

Rubrica	Fontes de Informação	Metas previstas	Data/ Prazo	Resultados obtidos	Desvios	Justificação	
4	Planos de ordenamento territorial elaborados pelo menos nos distritos de Govuro, Inhassoro, Vilankulos, Massinga, Inharrime e nas cidades de Maxixe e Inhambane;	DPAA, DPA (Serv. Prov. Geog e Cadastro)	100%	2009	100%	0	Na cidade de Inhambane não foi elaborado o plano de ordenamento, mas em alguns distritos como Jangamo onde não estavam previstos foram realizados.
5	O sistema de saneamento básico e drenagem nas cidades e vilas melhorado e em funcionamento.	Municípios	100%	2009	60%	-40%	A Sociedade Civil reporta alguns problemas que os municípios de Inhambane e Maxixe vem registando no que tange à recolha do lixo.

A rubrica meio-ambiente apresenta três (3) objectivos estratégicos que não têm metas, nomeadamente:

- Comunidades participando e beneficiando da protecção e manejo sustentável dos recursos naturais;
- Erosão costeira mitigada nas zonas mais em risco, particularmente em Maxixe, Morrumbene, Jangamo, Inhassoro e Mabote; e
- O sistema de saneamento básico e drenagem nas cidades e vilas melhorando e em funcionamento.

Para o primeiro caso não há um indicador concreto que permite avaliar em que medida as comunidades locais devem ser envolvidas na gestão dos recursos naturais da Província e, provavelmente, quais seriam as zonas em que esta questão deveria ter mais incidência.

Relativamente ao segundo ponto, não há uma clara definição da área/extensão que a mitigação da erosão costeira deve abranger, pese embora sejam avançados os locais de incidência da mesma. O mesmo cenário verifica-se para o último ponto, não havendo uma clara definição de qual deve ser a extensão do melhoramento que deve ser levado a cabo, pese embora faça uma menção directa às cidades e vilas.

Assim, uma apreciação geral do pilar leva-nos a uma estimativa de grau de cumprimento de 75%.

4.8 Governação

A paz, a segurança, a ordem pública, e a justiça são factores fundamentais para o desenvolvimento social e económico da Província. É da responsabilidade do Governo, através das instituições do Estado, garantir que todos os cidadãos tenham acesso a esses factores.

No seu plano estratégico a província de Inhambane definiu para este pilar, a seguinte visão:

“Governação democrática e representativa, aberta, transparente e inclusiva, orientada às necessidades e exigências dos seus clientes, garantindo uma prestação de serviços eficiente e eficaz e promovendo igualdade, paz, segurança e ordem pública.”

Com base nesta visão foram definidos os seguintes objectivos para o período de 2000 a 2009.

- 1) Reduzida a incidência da corrupção;
- 2) As actas e decisões do Governo Provincial disponíveis ao público;
- 3) Elaborado e executado o programa para o fortalecimento e modernização do aparelho do Estado;
- 4) Melhoradas as condições de trabalho das instituições de Estado e as condições de vida dos seus quadros, em pelo menos metade dos distritos da Província, dando particular prioridade às instituições de justiça;
- 5) Fortalecida a capacidade do Estado e dos seus funcionários; quadros distribuídos de forma equitativa entre os distritos;
- 6) Melhorada a eficiência, a eficácia e a qualidade na prestação de serviços do Estado, utilizando assim os recursos disponíveis de forma mais eficiente;
- 7) Simplificados os procedimentos burocráticos e administrativos;
- 8) Os diversos sectores prestam contas sobre a utilização de todos os fundos disponibilizados, e a análise dessa prestação de contas é pública;
- 9) Divulgadas e/ou facilmente transmitidas de forma clara e facilmente compreensível pelo cidadão normal, as normas, regulamentos e procedimentos exigíveis aos cidadãos;
- 10) Todo o cidadão beneficiário dos serviços de Estado, sem qualquer exclusão ou diferenciação, é considerado um cliente do Governo que deve ser respeitado e tratado com consideração;
- 11) Existe melhor coordenação, cooperação, colaboração, comunicação e diálogo entre instituições do Governo em prosseguimento dos objectivos comuns;
- 12) Pelo menos metade dos distritos da Província elaboram o seu próprio Plano de Desenvolvimento, e iniciam a sua implementação, avaliação e revisão; e
- 13) Asseguradas a Paz, a Segurança e a Ordem Pública.

4.8.1 Avaliação do Pilar de Governação

Para avaliação deste pilar recorreu-se a documentos e informações fornecidas pelas seguintes instituições:

- Secretaria Provincial
- Balcão de Atendimento Único
- Procuradoria Provincial
- Polícia da República de Moçambique

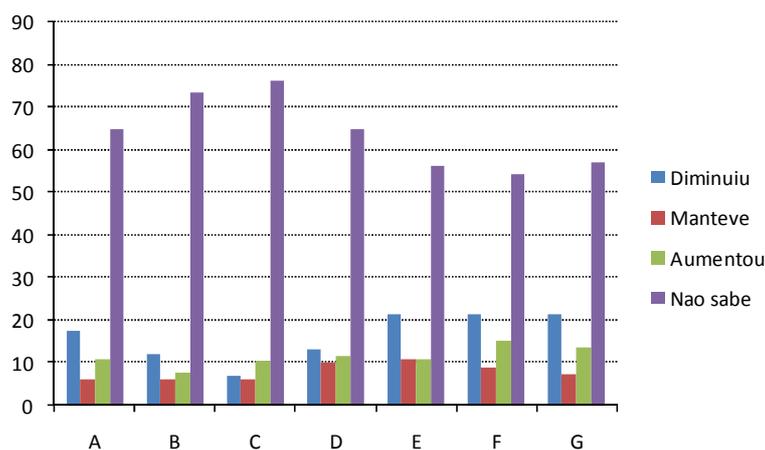
A avaliação de cada actividade é a seguinte:

4.8.1.1 Reduzida incidência da corrupção

Para o cumprimento deste objectivo foram realizadas acções de sensibilização quer por governantes, quer pelos magistrados em todos os distritos e municípios, dirigidas aos líderes comunitários, sociedade civil e aos demais cidadãos. Estas palestras tinham em vista a sensibilização dos cidadãos a absterem-se e a denunciarem actos de corrupção e o resultado é o aumento de denúncias de actos de corrupção.

Ao nível da função pública foi reduzida a corrupção como resultado das campanhas de divulgação da estratégia anti-corrupção e das denúncias dos cidadãos e funcionários e agentes do Estado. No período em análise, deram entrada na procuradoria da província, 34 processos, dos quais 18 já foram despachados e 16 estão em diligência. Para se avaliar sobre a percepção dos cidadãos sobre a evolução da corrupção no período em análise procedeu-se a um inquérito que forneceu os seguintes resultados:

Gráfico 34. Percepção dos Cidadãos sobre a Evolução da Corrupção



Legenda:

- Um polícia que pede dinheiro para deixar passar uma pessoa sem carta de condução;
- Um Juiz que recebe dinheiro para dar uma decisão a favor de quem pagou;

- C. Um trabalhador do Governo que recebe dinheiro para favorecer uma empresa num concurso;
- D. Um trabalhador da Administração que exige dinheiro para tratar rapidamente algum documento;
- E. Um médico ou enfermeiro que pede dinheiro a mais para tratar de um doente;
- F. Um professor que pede dinheiro para passar um aluno de classe; e
- G. Um professor que pede para fazer sexo com uma aluna para ela passar de classe.

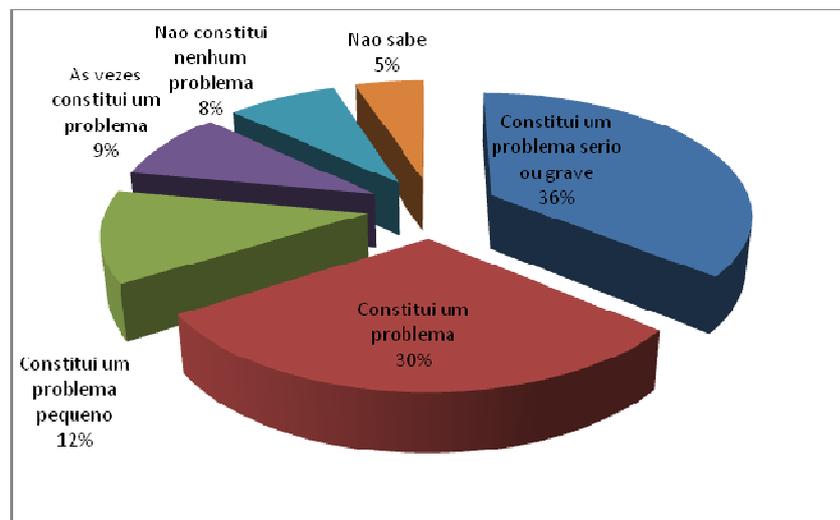
Fonte: Resultados do Inquérito (2009)

Como se pode observar no gráfico, quase dois terços (63%) dos inquiridos afirmou não saber a evolução da corrupção na província. Este factor pode ser interpretado de várias formas: (i) que a corrupção é difícil medir; (ii) que as pessoas entrevistadas não têm sensibilidade sobre o problema; (iii) que as pessoas não têm dados sobre a corrupção; (iv) que as pessoas entrevistadas não sabem o que é corrupção; (v) o momento da avaliação foi inoportuno, os entrevistados consideraram os inquiridores como agentes ao serviço do Governo ou dos Partidos Políticos; (vi) que os entrevistados se abstêm ou não querem comentar sobre o assunto de corrupção porque acham que mesmo falando não se resolve nada ou que podem sofrer represálias mais tarde, etc. Dos restantes 36%, 16% acham que diminuiu, 12 % que aumentou e 8% que se manteve.

De acordo com os resultados do gráfico acima, 10 a 20% dos inquiridos declararam que os níveis de corrupção diminuíram nos últimos quatro anos em todas as categorias, excepto C; em contrapartida cerca de 10% dos cidadãos afirmaram que os níveis de corrupção aumentaram, mas que as categorias F e G aumentaram entre 10 e 20%; esta constatação sugere a persistência de corrupção nas escolas de Inhambane.

Também inquiriram aos cidadãos se a corrupção tinha ou não trazido algum impacto negativo no seio da comunidade e pediu-se-lhes que avaliassem até que ponto estes actos constituíam problema.

Gráfico 35. Percepção dos cidadãos sobre a corrupção na província de Inhambane



Fonte: Resultados do Inquérito (2009)

Dois terços dos inquiridos consideram que a corrupção é um problema para a comunidade, dos quais 36% consideram mesmo um problema muito grave (gráfico anterior). Cerca de um oitavo (12%) dos inquiridos considera que a corrupção constitui um pequeno problema, 9% que por vezes constitui problema; cerca de 8% considera que não constitui problema nenhum e 5% não sabe.

4.8.1.2 As Actas e decisões do Governo Provincial disponíveis ao público

As actividades realizadas:

- As decisões do governo são afixadas nas vitrinas disponíveis em todas as sedes distritais, postos administrativos e localidades;
- Visitas regulares dos membros do governo provincial às comunidades onde se faz a divulgação das decisões tomadas;
- O governo provincial assinou um memorando com a Rádio Moçambique para divulgar regularmente as decisões do governo às populações;
- São utilizados os líderes comunitários para fazer chegar as decisões do governo às populações; e
- Está para breve a criação de um portal do governo onde será divulgada toda a informação de interesse para a sociedade.

4.8.1.3 Elaborado e executado o programa para o fortalecimento e modernização do aparelho de estado;

O governo da província assinou um memorando com a GTZ e com o Banco Mundial que lhe permitiu que, após o levantamento das necessidades ao nível dos distritos, pudesse contratar pessoal com nível médio e superior sobretudo para as áreas de infra-estruturas e de contabilidade para todos os distritos.

Com a aprovação do decreto 5/2006 de 12 de Abril, os governos distritais passaram a ter autonomia de contratar e promover mão-de-obra qualificada para melhorar o desempenho das suas actividades a nível distrital.

A aprovação do quadro de pessoal comum dos distritos e o seu preenchimento permitiu uma distribuição equitativa dos quadros do Estado por todos os distritos.

Actualmente nota-se que há uma distribuição espacial equitativa dos quadros. Em 2009, dos 582 funcionários com nível superior que a província possuía, 209 estavam afectos aos distritos.

4.8.1.4 Melhoradas as condições de trabalho das instituições de Estado e as condições de vida dos seus quadros, em pelo menos metade dos distritos da Província, dando particular prioridade às instituições de justiça;

Actividades realizadas:

- Foi adquirido mobiliário e equipamento de escritório, para todos os sectores da província e ainda distribuído aos distritos;

- Foram igualmente adquiridas viaturas que foram alocadas a todos os sectores e aos distritos;
- Como forma de melhorar as condições de trabalho dos seus quadros, foram reabilitadas algumas residências para os funcionários, especialmente para os do sector de justiça;
- Foram identificados terrenos para a construção de habitação dos funcionários; e
- Procedeu-se à capacitação técnica em todos os distritos na área de infra-estruturas e contabilidade pela contratação de técnicos superiores e médios no âmbito de implementação do PPF como programa nacional.

4.8.1.5 Melhorada a eficiência, a eficácia e a qualidade na prestação de serviços do estado, utilizando assim os recursos disponíveis de forma mais eficiente;

Actividades realizadas:

- Descentralização dos recursos humanos;
- Capacitação dos funcionários e agentes do Estado a todos os níveis de forma a melhor prestarem serviços qualificados ao cidadão;
- Promoção de debates radiofónicos e auscultação dos cidadãos sobre a qualidade dos serviços prestados;
- Seguimento das reclamações e sugestões apresentadas a todos os níveis pelos cidadãos; e
- Realização de inquéritos aos cidadãos sobre a qualidade dos serviços prestados pelo Estado ao que, 52,6% considerou de boa qualidade, 40,3% de satisfatório e apenas 6,9% considerou de má qualidade.

4.8.1.6 Simplificados os procedimentos burocráticos e administrativos

Actividades realizadas:

- Elaborado o fluxograma do processo de licenciamento de projectos, emissão de DUAT em implementação após a aprovação do governo provincial que permitiu a redução de tempo de espera de 1 ano para 15 dias para os nacionais e 90 dias para os estrangeiros.
- A redução de 30 para 15 dias do prazo de atribuição de licenças para empreitadas; e
- Criação do Balcão de Atendimento que permitiu a redução das barreiras administrativas na tramitação dos processos o que veio a garantir a celeridade dos processos.

4.8.1.7 Os diversos sectores prestam contas sobre a utilização de todos os fundos disponibilizados e a análise dessa prestação de contas é pública

Actividades realizadas:

- O governo provincial presta contas dos orçamentos disponibilizados por meio dos balanços dos planos estratégicos, das reuniões do observatório de desenvolvimento onde se encontra representado o sector privado e a sociedade civil, das reuniões e encontros com a população nas visitas dos governantes.

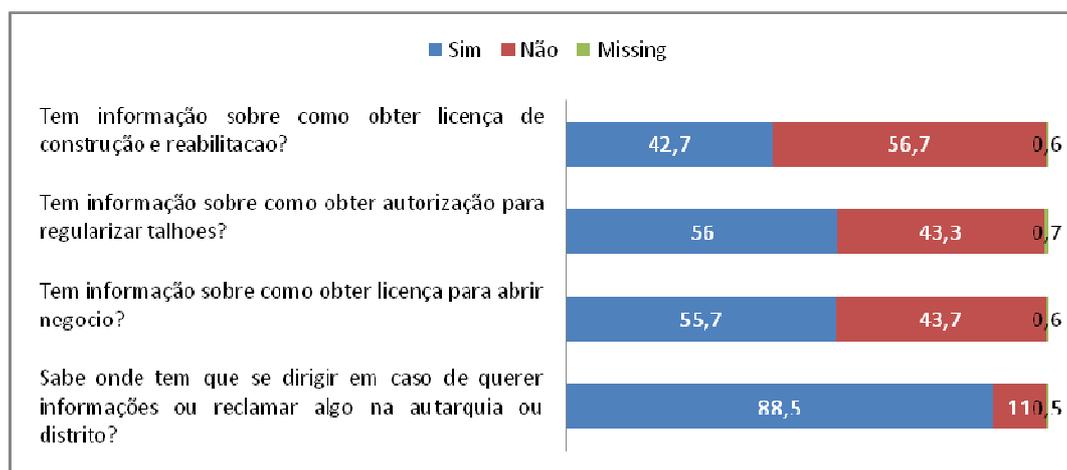
- Na província de Inhambane, existem conselhos consultivos especializados pelas diversas áreas dos governos distritais. Os conselhos consultivos distritais desempenham permanentemente um papel de controlo da acção do governo.
- Os governos distritais prestam contas publicamente em todos os fins de ano económico, anunciando aquilo que foram os fundos atribuídos, o plano traçado junto com a comunidade local e aquilo que foi executado durante o ano, as dificuldades encontradas e os sucessos alcançados, entre outros aspectos.
- Institucionalização dos conselhos consultivos distritais;
- Institucionalização do Observatório de Desenvolvimento;

4.8.1.8 *Divulgadas e/ou facilmente transmitidas de forma clara e facilmente compreensível pelo cidadão normal, as normas, regulamentos e procedimentos exigíveis aos cidadãos.*

Actividades realizadas:

- Os magistrados a todos os níveis da província proferiram palestras junto das comunidades sobre assuntos jurídicos;
- Foi introduzida na província durante este período a linha do procurador que é utilizada por muitos cidadãos para esclarecimentos em assuntos de natureza jurídica;
- Por outro lado, o BAUI levou a efeito a divulgação da legislação do exercício da actividade económica a nível de todos os distritos, tendo disponibilizado toda a documentação normativa de forma gratuita;
- O BAUI explicou com detalhe as taxas que cabem a cada sector da actividade económica; e
- Sendo os cidadãos os grandes beneficiários dos serviços públicos, foram inquiridos para se perceber até que ponto estes têm acesso á informação sobre os procedimentos para a obtenção quer de licenças, quer de autorizações ou de outros documentos do seu interesse. Do inquérito resultou que:

Gráfico 36. Acesso à Informação nos Serviços Públicos



Fonte: Resultados do Inquérito (2009)

Dos respondentes, em média, 61% responderam positivamente, isto é, que sabem quais devem ser os procedimentos para a abertura do negócio, para a obtenção do DUAT ou mesmo para onde se dirigir para obter as informações ou ainda para fazer uma reclamação, enquanto, pouco mais de um terço ignora.

Quase 90% dos inquiridos sabem onde obter informação nas autarquias, o que mostra que de facto estas estão próximas ao cidadão. Sobre a obtenção de licença ou de autorização para regularizar talhões, 56% tem conhecimento. Mas somente 43% tem conhecimento de como obter licença de construção. Esta baixa percentagem, provavelmente, reflecte que grande parte da população não está envolvida nesta área e este tipo de informação é dominada pelos construtores.

4.8.1.9 Todo o cidadão beneficiário dos serviços de Estado, sem qualquer exclusão ou diferenciação, é considerado um cliente do Governo que deve ser respeitado e tratado com consideração;

A reforma do sector público visando melhores serviços ao cidadão foi fortalecida com a implementação do decreto 30/2001, no âmbito da reforma do sector público.

Por outro lado, todo o cidadão beneficiário dos serviços do Estado, sem qualquer exclusão ou diferenciação, é considerado um cliente do governo que deve ser respeitado e tratado com consideração.

4.8.1.10 Existe melhor coordenação, cooperação, colaboração, comunicação e diálogo entre instituições do Governo em prosseguimento dos objectivos comuns;

Todas as instituições trabalham em coordenação de modo a garantir o cumprimento do plano quinquenal do governo. A coordenação é garantida através das sessões quinzenais do Governo em que estão representadas todas as instituições públicas. Além disso, o governo provincial criou o conselho técnico, que é dirigido pela secretária provincial.

Em casos específicos como definição de prioridades na construção e/ou reabilitação de estradas existe um colectivo que envolve todas as instituições relevantes como ANE, DPOPH, DPA, DPIC, entre outras.

Na comercialização agrícola são envolvidas as instituições directamente envolvidas no assunto, tais como, DPA, DPIC, entre outras.

4.8.1.11 Pelo menos metade dos distritos da Província elaboram o seu próprio Plano de Desenvolvimento, e iniciam a sua implementação, avaliação e revisão;

Todos os distritos da Província de Inhambane elaboraram os respectivos planos estratégicos. Os primeiros foram do ano 2002, o processo continuou e terminou em 2006. O Distrito de Massinga, pioneiro, está a implementar o segundo, lançado em 2008. O Distrito de Morrumbene lança especificamente um plano de desenvolvimento turístico.

Iniciou em 2009 a revisão dos planos dos distritos de Zavala, Inharrime, Funhalouro, Panda e Mabote, cujo processo está momentaneamente interrompido por necessidade de alinhar com os desafios do próximo quinquénio.

4.8.1.12 Asseguradas a Paz, a Segurança e a Ordem Pública.

Foram realizadas acções com vista a redução da criminalidade que consistiram na realização de palestras aos comandos distritais da PRM oficiais de permanência e esquadras nos distritos de panda, Govuro, Massinga, Morrumbene, Homoine, Maxixe, Inharrime, Zavala e Cidade de Inhambane.

Os procuradores provinciais a todos os níveis realizam visitas aos centros prisionais para fiscalizar as condições de reclusão e o cumprimento dos prazos de prisão preventiva.

Na sua acção de prevenção ao crime, a PRM criou diversos conselhos de policiamento comunitários com o envolvimento de centenas de membros.

No período de 2000 a 2009, registaram-se 65 tribunais comunitários distribuídos em diversas localidades e bairros, conforme tabela em anexo.

No campo de melhoramento e alargamento da rede policial, foram abertos os Postos Policiais de Mauaela, Mafuiane, Unguana, Mucuacua, Nzimane, Tome, Mapinhane e Mangongomete, respectivamente, nos Distritos de Panda, Homoine, Massinga, Mabote, Funhalouro, Vilankulo e Inhassoro. Foi introduzido o sistema biométrico de emissão do Bilhete de Identidade.

Quadro 35. Tabela Operativa de 2000-2009

Anos	CONTRA PROPRIEDADE			CONTRA PESSOAS			CONTRA O.T.PÚBLICAS			TOTAL GERAL		
	Conh	Escl.	Op.%	Conh	Escl.	Op.%	Conh.	Escl.	Op.%	Conh.	Escl.	Op.%
2000	1204	760	63	1345	1152	85	96	92	96	2645	2004	75
2001	1330	734	55	1603	1058	66	131	120	70	3064	1912	62
2002	1671	1018	61	1676	1293	77	105	103	98	3452	2414	70
2003	1900	1056	56	1752	1337	76	147	143	87	3799	2536	67
2004	2004	1112	55	1801	1263	70	169	165	98	3974	2540	64
2005	1815	1089	62	1550	1150	74	137	133	97	3502	2372	68
2006	1242	681	55	1053	776	74	69	64	93	2364	1521	65
2007	1509	849	56	1159	884	76	122	116	95	2790	1849	66
2008	1056	637	60	774	627	81	114	108	94	1944	1372	70

Anos	CONTRA PROPRIEDADE			CONTRA PESSOAS			CONTRA O.T.PÚBLICAS			TOTAL GERAL		
	Conh	Escl.	Op.%	Conh	Escl.	Op.%	Conh.	Escl.	Op.%	Conh.	Escl.	Op.%
2009	489	296	63	371	333	90	101	99	98	961	728	76
Total	14220	8232	58	13084	9873	75	1191	1143	96	28495	19248	68

Fonte: PRM – Inhambane (2009)

Procedeu-se à motivação e revitalização 225 Fóruns de Conselhos de Policiamento Comunitário constituídos por 9533 membros existentes em toda Província.

4.8.2 Resumo da Avaliação do Pilar de Governação

Rubricas	Fonte	Metas	Datas- /Prazo	Resultados	Desvio	Justificação
Reduzida a incidência da corrupção;	SP/Procuradoria Provincial/ Entrevistas aos cidadãos	S/M	2009	100%	0	
Actas e decisões do governo disponíveis ao público;	SP/Entrevistas aos cidadãos	S/M	2009	100%	0	
Elaborado e executado o programa de fortalecimento e modernização do aparelho do estado e fortalecida a capacidade do estado e dos funcionários e distribuição dos quadros de forma equitativa pelos distritos;	SP	S/M	2009	100%	0	
Melhoradas as condições de trabalho das instituições do Estado e as condições de vida dos seus quadros;	SP	S/M	2009	100%	0	
Melhorada a eficiência, a eficácia e a qualidade na prestação de serviços do Estado, utilizando assim os recursos disponíveis de forma mais eficiente;	SP/entrevistas aos cidadãos	S/M	2009	100%	0	
Simplificados os procedimentos burocráticos e administrativos;	SP/BAU	S/M	2009	100%	0	
Os diversos actores prestam contas sobre a utilização de todos os fundos disponibilizados e, a análise dessa prestação é pública;	SP/entrevistas aos cidadãos	S/M	2009	100%	0	
Divulgadas e/ou facilmente transmitidas de forma clara e facilmente compreensível, pelo cidadão normal, as normas, os regulamentos e procedimentos exigíveis ao cidadão;	SP/BAU/entrevistas aos cidadãos	S/M	2009	100%	0	
Existência de melhor coordenação, cooperação, colaboração, comunicação e diálogo entre as instituições do governo no prosseguimento dos objectivos comuns;	SP/BAU	S/M	2009	100%	0	
Pelo menos metade dos distritos da província elaboram o seu próprio plano de desenvolvimento e iniciam a sua implementação, avaliação e revisão;	SP/Governos Distritais	50%	2009	100%	+50%	

Assegurada a paz, a segurança e a ordem pública.	PRM Entrevistas aos cidadãos	S/M	2009	100%	0	
--	---------------------------------	-----	------	------	---	--

Os objectivos deste pilar foram todos avaliados com uma realização de 100% em virtude de ausência de metas e de se ter constatado que em todos eles as acções previstas foram realizadas.

4.9 Participação e Empoderamento

O PEP 2000-2009 tem como visão para este tema o seguinte:

“A sociedade civil da Província, em geral, e em particular cada comunidade e cada cidadão está correctamente informado e participa activa e consciencemente na planificação, implementação, monitoria e controle dos Planos de Desenvolvimento da Província”.

Caixa 4: Definição de Participação

A participação é o processo pelo qual as pessoas influenciam as decisões que as afectam e pelo qual as pessoas se comprometem com o processo do seu próprio desenvolvimento.

A chave da participação é o indivíduo, que utiliza como instrumento a organização, sendo a motivação o princípio vital e cultural.

A participação deve verificar-se de modo “horizontal” (entre sectores, áreas geográficas e grupos do mesmo nível) e “vertical” (entre níveis diferentes, como nacional e local, provincial e distrital).

No processo participativo, é de grande importância a integração dos grupos mais desfavorecidos, como mulheres, portadores de deficiência, seropositivos, etc., uma vez que a sua integração na tomada de decisões e sua implementação traz benefícios mútuos para esses grupos e para a sociedade, por aproveitamento máximo de todas as capacidades disponíveis, diminuindo o grau de dependência de uma parte importante da sociedade.

4.9.1 Avaliação do Pilar de Participação e Empoderamento

Na avaliação deste tema, as entidades solicitadas a participar foram: Secretária Provincial, G20, FOPROI.

O PEP 2000-2009 identifica 5 objectivos estratégicos para o tema sobre participação e Empoderamento, que a seguir se faz a análise do cumprimento do plano:

- 1) As instituições de Estado, de forma coordenada, possuem mecanismos para consultas públicas sistemáticas e a todos os níveis, sobre assuntos fundamentais para a vida da Província, como Planificação e seu controle, legislação a ser promulgada, introdução de novos regulamentos, etc.; estes mecanismos incluem a constituição de *fóruns* consultivos representativos das várias vontades da província;
- 2) Implementada a coordenação, cooperação, colaboração, comunicação e diálogo entre o Governo e o sector privado, ONGs, e sociedade civil em prosseguimento dos objectivos comuns;
- 3) Aumentado o número de associações, ONGs locais, e grupos de auto-ajuda e advocacia na Província;

- 4) Os indicadores para monitoria e controle incluem indicadores sobre a participação efectiva da sociedade em todas as fases do processo, em particular sobre a participação de grupos desfavorecidos;
- 5) Existência, na província, de uma atitude mais positiva e inclusiva dos grupos desfavorecidos, os quais possuem maiores oportunidades para participar em decisões que afectam a sua vida.

A situação de cada objectivo é a seguinte:

4.9.1.1 As instituições de Estado, de forma coordenada, possuem mecanismos para consultas públicas sistemáticas e a todos os níveis, sobre assuntos fundamentais para a vida da Província, como Planificação e seu controle, legislação a ser promulgada, introdução de novos regulamentos, etc.; estes mecanismos incluem a constituição de fóruns consultivos representativos das várias vontades da província;

O Governo Provincial, em 2002 iniciou com o processo de Planificação Distrital e Criação dos Conselhos Distritais de Desenvolvimento Rural. Em 2005 esse processo cobria os 12 distritos e 50% destes - Massinga, Funhalouro, Panda, Zavala, Inharrime e Mabote - tinham os Planos Distritais de Desenvolvimento (PDD) aprovados e já na fase de operacionalização com o desenho dos planos anuais, os Planos Económicos e Sociais (PES). Actualmente todos os Distritos apresentam seus PDD e PES. Os referidos planos distritais resultam da aplicação de mecanismos de consulta pública, que de acordo com a SP provincial são:

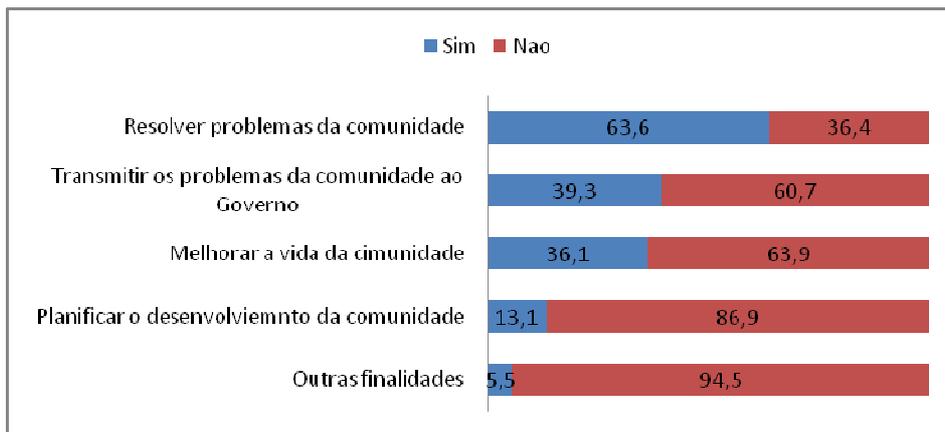
- Observatórios de desenvolvimento – permitem que o Governo trabalhe em coordenação com o sector privado e a sociedade civil.
- Fóruns de Recursos humanos e Conselhos consultivos – que intervêm no processo de planificação, controlo e avaliação das actividades do governo.

Desta forma, a província conta com mecanismos de consulta sistemática que incluem níveis variados de modo a contribuírem na planificação e controle de assuntos fundamentais da vida da província.

No inquérito realizado aos cidadãos, no âmbito desta avaliação, perguntou-se se na comunidade tem havido reuniões comunitárias para falar sobre o tipo de infra-estruturas ou serviços (escolas, centros de saúde, poços, etc.) que são necessários para a comunidade e os resultados indicam que 88.9% dos cidadãos afirmaram positivamente da existência de reuniões de consulta, 6.8% não confirmam a existência dessas reuniões e 4.3% não sabe sobre o assunto. Dos cidadãos que declararam terem participado de reuniões comunitárias para consulta sobre o tipo de infra-estruturas, foi-lhes colocada outra questão: *Alguma vez você ou alguém que conhece foi consultado pelo Governo sobre que tipo de infra-estrutura ou serviço deveria ser melhorado na sua área?* Dos inquiridos 69.4% afirmaram terem sido consultados e os restantes 30.6% dizem não terem sido consultados. A maior parte deste grupo de cidadãos (64.7%) afirmaram que nas suas comunidades têm conselhos ou comités comunitários enquanto que 35.3% dizem não existir esses órgãos nas suas comunidades. Esta constatação mostra que grande parte da população conhece já a existência dos comités consultivos, mas que ainda é preciso divulgar mais, através de um trabalho concreto dos comités.

Sobre a importância dos conselhos ou comitês comunitários, foram inquiridos os cidadãos que declararam ter conhecimento da existência desses órgãos de consulta e liderança comunitária, 63.6% acreditam que os conselhos visam Resolver os Problemas da comunidade. Cerca de um quarto (24,3%) afirmou que desconhece o escopo dos conselhos.

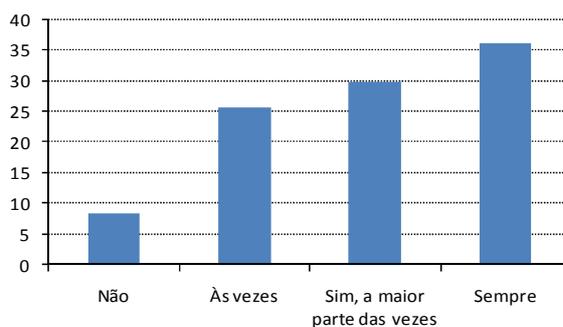
Gráfico 37. Percepção dos Cidadãos sobre a importância dos Conselhos Consultivos



Fonte: Resultados do Inquérito (2009)

De igual modo, aos cidadãos foram inquiridos se acreditam que os membros do Conselho Local representam os interesses da comunidade nas decisões que tomam. Com esta questão, menos de 10.0% dos cidadãos não acreditam, mas um pouco mais de um quarto dizem que às vezes os membros dos Conselhos representam os interesses da comunidade nas decisões que tomam – Gráfico abaixo.

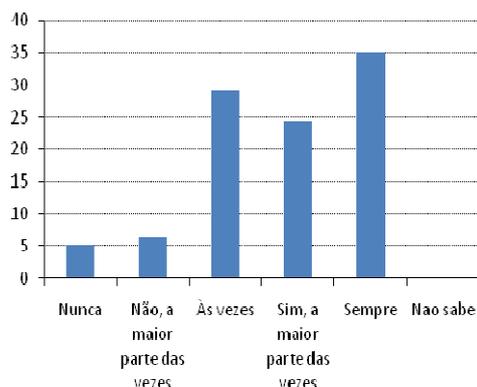
Gráfico 38. Confiança dos Cidadãos aos membros dos conselhos Consultivos



Fonte: Resultados do Inquérito (2009)

Outra questão colocada foi sobre o respeito por parte da Administração do Distrito face às decisões/opiniões do Conselho Local. Cerca de 5.0% dos cidadãos abordados dizem que a Administração do distrito nunca respeita as decisões dos conselhos locais, mas 35.0% deles são unânimes em afirmar que a administração distrital respeita sempre as decisões.

Gráfico 39. Respeito das Administrações Distritais às Decisões dos Conselhos Consultivos

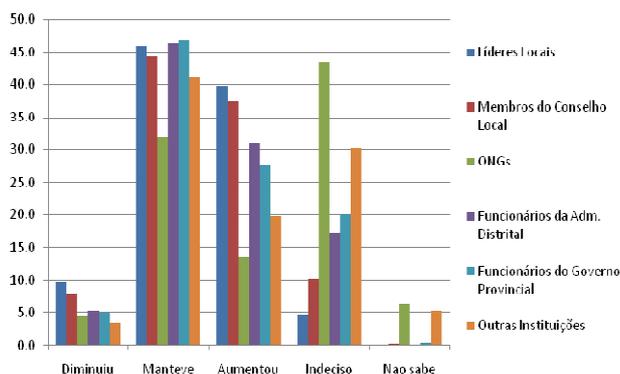


Fonte: Resultados do Inquérito (2009)

Ainda na vertente de administração e colaboração com os conselhos locais e comunidade, foram colocadas questões sobre o grau de confiança depositada pelos cidadãos as diferentes instituições ou agentes da administração pública. A confiança tida pelos cidadãos pode ser Grande, Média, Pequena ou simplesmente Nenhuma e, de acordo com as circunstâncias, tal confiança pode ter variado nos últimos quatro anos da implementação do plano estratégico de Inhambane.

Portanto, perguntava-se se durante os últimos quatro anos a confiança dos cidadãos nos Líderes Locais, nos Membros do Conselho Local, nas ONGs, nos Funcionários da Administração Distrital, nos Funcionários do Governo Provincial ou nas Outras Instituições variou nos seguintes termos, Diminuiu, Manteve-se, Aumentou. Com as respostas fornecidas obtiveram-se os resultados que são resumidos no gráfico abaixo.

Gráfico 40. Confiança dos Cidadãos aos Agentes ou Instituições Públicas



Fonte: Resultados do Inquérito (2009)

Por exemplo, mais de 30% dos cidadãos afirmaram que a confiança aos Líderes Locais, aos Membros do Conselho Local e aos Funcionários da Administração distrital Aumentou nos últimos quatro anos.

4.9.1.2 Implementada a coordenação, cooperação, colaboração, comunicação e diálogo entre o Governo e o sector privado, ONGs, e a sociedade civil no prosseguimento dos objectivos comuns

Existem encontros semestrais e anuais coordenados pelo Governo provincial com parceiros, sector privado, ONG's e sociedade civil. Nesses encontros são abordadas questões de relação e coordenação entre as partes.

4.9.1.3 Aumentado o número de associações, ONGs locais, e grupos de auto-ajuda e advocacia na Província

Foram registadas oficialmente, no âmbito da Lei 8/91 de 4 de Março, 52 associações de 2000 a 2009, conforme o mapa em anexo.

O fórum das ONGs da província de Inhambane (FOPROI) conta, actualmente, com 145 membros representando associações de várias áreas de intervenção (tabela abaixo) e distribuídas pelos distritos da província.

Quadro 36. Áreas de Intervenção das Associações na Província de Inhambane

Área de Intervenção	Número de associações	(%)
Actividades Culturais	8	5.52
Agro-pecuário	5	3.45
Apoio no acesso à justiça	1	0.69
Desenvolvimento sócio económico e ambiental	79	54.48
Desenvolvimento comunitário	7	4.83
Educação moral e cívica	1	0.69
Filantrópicas	1	0.69
HIV/SIDA	18	12.41
Humanitária, religiosa e de categorias	16	11.03
Juvenil e de estudantes	2	1.38
Sócio Profissional	7	4.83
Total	145	100

Fonte: FOPROI (2009)

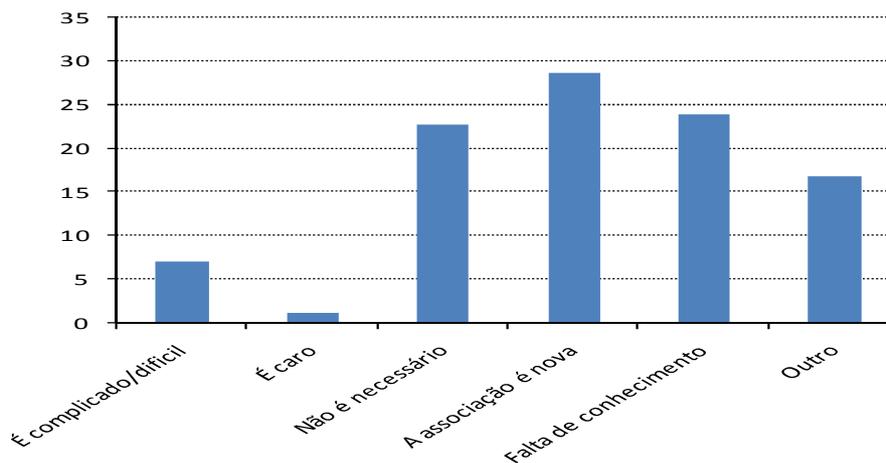
De acordo com o Plano Estratégico, até ao final de 2009⁹, no âmbito de participação e empoderamento perspectivava-se o aumento do número de associações, ONGs locais e grupos de auto-ajuda e advocacia na província de Inhambane.

Das entrevistas realizadas aos cidadãos, no âmbito deste estudo, em termos de participação em alguma associação, constatou-se que 15.9% dos entrevistados pertencem a alguma associação local. Os restantes 84.1% não fazem parte de nenhuma associação ou não responderam a pergunta. Dos cerca de 16% dos cidadãos que fazem parte de alguma associação, 65.1%

⁹ De facto, o PEP indicava como prazo para esta actividade 2002. Mas, de acordo com as instruções do Governo, estendemos o prazo para 2009.

afirmaram que sua associação não foi legalizada por diversos motivos, tais como, a legalização é complicada ou difícil (7.1%), a legalização é cara (1.2%), a legalização não é necessária (22.6%), a associação é nova (28.6%), falta de conhecimento (23.8%) ou outro motivo (16.7%). Vide o gráfico abaixo:

Gráfico 41. Constrangimentos à Legalização das associações



Fonte: Resultados do Inquérito (2009)

As instituições do Estado, de forma coordenada, possuem mecanismos para consultas públicas sistemáticas e a todos os níveis, sobre assuntos fundamentais para a vida da província, como Planificação e seu controle, Legislação a ser promulgada, introdução de novos regulamentos, etc.; estes mecanismos incluem a constituição de *fóruns* consultivos representativos das várias vontades da província.

4.9.1.4 Existência na província de uma atitude mais positiva e inclusiva dos grupos desfavorecidos, os quais possuem maiores oportunidades para participar em decisões que afectam a sua vida.

Os resultados da entrevista mantida com representantes da FOPROI e G20 indicam que nos últimos anos (de 2007 a 2009) tem-se registado uma mudança de atitude para “positiva-activa” na medida em que tem havido mais e maior participação da sociedade civil em conselhos consultivos da província e em outros grandes eventos de decisão sobre a vida na província. Como por exemplo, a sociedade civil foi convidada para participar na monitoria e avaliação do desempenho do Município de Inhambane.

Outro grande passo, também apontado na mesma entrevista, está relacionado com o facto de o governo ter aumentado sua preocupação em “ouvir” a opinião da sociedade civil fazendo a distribuição de documentos oficiais em busca de contribuições.

4.9.2 Resumo da Avaliação do Pilar de Participação e Empoderamento

Rubrica	Fontes de Informação	Metas previstas	Data/ Prazo	Resultados obtidos	Desvios	Justificação	
1	As instituições de Estado, de forma coordenada, possuem mecanismos para consultas públicas sistemáticas e a todos os níveis, sobre assuntos fundamentais para a vida da Província, como Planificação e seu controle, legislação a ser promulgada, introdução de novos regulamentos, etc.; estes mecanismos incluem a constituição de <i>fóruns</i> consultivos representativos das várias vontades da província;	SP/ G20/Entrevistas aos cidadãos	S/M	2009	Criados observatórios de desenvolvimento, fóruns de recursos humanos e realizados Conselhos Consultivos Cerca de 89% dos cidadãos entrevistados afirmaram positivamente sobre a existência de reuniões de consulta 100%	0	-
2	Implementada a coordenação, cooperação, colaboração, comunicação e diálogo entre o Governo e o sector privado, ONGs, e sociedade civil em prosseguimento dos objectivos comuns;	SP/ G20/Entrevistas aos cidadãos	S/M	2009	Realizados encontros semestrais e anuais coordenados pelo Governo 100%	0	-
3	Aumentado o número de associações, ONGs locais, e grupos de auto-ajuda e advocacia na Província;	SP/ G20/Entrevistas aos cidadãos	S/M	2009	Existem actualmente 145 associações registadas na FOPROI Cerca de 16% dos entrevistados pertencem a alguma associação local. 100%	0	-
4	Os indicadores para monitoria e controle incluem indicadores sobre a participação efectiva da sociedade em todas as fases do processo, em particular sobre a participação de grupos desfavorecidos;	G20, FOPROI	S/M	2009	S/I	-	Não encontramos dados sobre este objectivo.
5	Existência na província de uma atitude mais positiva e inclusiva dos grupos desfavorecidos, os quais possuem maiores oportunidades para participar em decisões que afectam a sua vida.	G20, FOPROI	S/M	2009	Maior participação da sociedade civil nos Conselhos Consultivos e noutros eventos. 100%	0	-

Em suma, dos cinco (5) objectivos estratégicos desenhados para esta rubrica, quatro (4) registaram resultados positivos e apenas um (1) não foi possível obter informação suficiente que

apoiasse a avaliação. Apesar das dificuldades de avaliação desta rubrica, por incorporar objectivos qualitativos e que carecem de metas e indicadores específicos para sua monitoria e avaliação, atribui-se a esta rubrica um cumprimento de cerca de 80%.

.

Imagem 4: Coqueiro – Inhambane



5 CONCLUSÕES

De um modo geral, o Governo apresenta um grau de cumprimento do PEP 2000-2009 positivo, na ordem dos 87,1%, equivalente a 17,4 numa escala de 0 a 20, o que pode ser considerado **MUITO BOM**.

Quadro 37: Resumo da Avaliação do PEP por Pilares

Rubrica	Grau de Cumprimento
Pobreza e Bem-Estar	87,2%
Desenvolvimento Económico	105,3%
Segurança Alimentar	100,0%
Infra-estrutura Técnica	87,2%
Desenvolvimento Humano	74,0%
HIV/SIDA	75,0%
Meio-Ambiente	75,0%
Governança	100,0%
Participação e Empoderamento	80,0%
Média	87,1%

O pilar de desenvolvimento económico ultrapassou a meta estabelecida, devido ao extraordinário crescimento económico da província na última década, medida, entre outros, pelos indicadores do INE e pela percepção da sociedade. Os pilares de segurança alimentar e de Governança cumpriram na íntegra as metas previstas. Os pilares de Pobreza e Bem-Estar e de Infra-estrutura técnica cumpriram as metas em 87,2%, correspondente a uma nota de 17 numa escala de 0 a 20, o que pode ser considerado Bom. Os pilares de Desenvolvimento Humano, HIV/SIDA e Participação e Empoderamento foram cumpridos em cerca de 75%, ou seja, com nota 15, numa escala de 0 a 20.

Os desvios (positivos e negativos) apresentados, durante o período, justificam-se por factores emergentes, que podem ser classificados em dois tipos:

3. Constrangimentos:

- Crise financeira mundial
- Crise internacional de cereais e de combustíveis;
- Calamidades naturais, como por exemplo, as cheias de 2000.

4. Intervenção do Governo:

- Aprofundamento da reforma do sector público e, em particular, a descentralização, sobretudo, nas áreas de gestão de recursos humanos e financeiros para o nível distrital;
- Aprovação da Estratégia de Desenvolvimento Rural;
- Aprovação da Revolução Verde.

Para além do desvio negativo, no sentido de tarefas programadas e não realizadas, verificou-se também o caso de tarefas em que não foi possível avaliar devido a falhas na definição das actividades. A dinâmica de desenvolvimento levou a que algumas tarefas não previstas no PEP tivessem sido realizadas.

Na avaliação do PEP foram encontradas algumas dificuldades decorrentes da ausência de indicadores mensuráveis em alguns objectivos específicos e da falta de conciliação entre o PEP e os planos sectoriais do Governo.

6 RECOMENDAÇÕES

As recomendações aqui apresentadas estão direccionadas para a melhoria na elaboração de futuros planos estratégicos:

- 1) Os objectivos devem ser simples, desafiantes, mensuráveis, atingíveis e relevantes; devem possuir metas, prazos e baseline, ou seja, indicar o ponto de referência;
- 2) As actividades devem possuir indicadores claros e igualmente mensuráveis e parte deles poderão ser identificados no PARPA;
- 3) As metas criadas para cada objectivo devem ter em conta os vários níveis de complexidade que o referido objectivo apresenta;
- 4) Compatibilizar objectivos do Plano Estratégico com os dos vários sectores que irão implementar o referido plano;
- 5) Deve haver uma divulgação ampla dos objectivos estratégicos inerentes a cada sector;
- 6) Nos balanços das instituições, deve vir patente as justificações inerentes aos eventuais desvios que podem ocorrer para cada objectivo estratégico, seja do ponto de vista positivo ou negativo;
- 7) Maior capacitação técnica dos distritos sobre matéria de planificação;
- 8) No Plano Estratégico 2011-2014, incorporar os novos parâmetros de indicadores dos diversos organismos do Governo.

Imagem 5: Pescadores - Inhambane



7 ANEXOS

7.1 *Actividades Estratégicas e Fontes por cada Pilar do PEP*

7.1.1 *Pobreza e Bem-Estar*

<i>Pobreza e Bem Estar</i>		<i>Fonte</i>
1	Redução da incidência da pobreza absoluta na Província para 50%, até 2010.	INE
2	Realizar, até 2010, estudos que permitam aprofundar, por distrito, as causas da pobreza e as especificidades dos grupos alvos, definindo um Plano multi-sectorial de Intervenções específicas por distrito e grupo alvo (e respectivo sistema de monitoria);	SP/DPPF
3	Promover a utilização de mão de obra local na construção e reabilitação de infra-estruturas;	DPOPH
4	Nas zonas urbanas, diminuir a proporção da população que vive da agricultura;	DPPF
5	Promover o acesso da população rural de baixa renda à recursos financeiros, pela disponibilização de serviços financeiros apropriados;	DPPF
6	Promover o auto-emprego, principalmente em áreas vizinhas de projectos de desenvolvimento;	BAU
7	Desenvolver programas de assistência social directa que abrangem indivíduos necessitados, principalmente crianças desamparadas/traumatizadas e provenientes de agregados pobres, idosos, deficientes, excluídos e jovens;	DPMAS
8	Reforçar as acções de reabilitação social dos grupos vulneráveis, inserindo em actividades geradoras de rendimento mulheres, deficientes, tóxico-dependentes, reclusos e infectados pelo HIV.	DPMAS/NPCH IV-SIDA

7.1.2 *Desenvolvimento Económico*

<i>Desenvolvimento Económico</i>		<i>Fonte</i>
1	Garantido um ambiente propício e incentivador para investimento e desenvolvimento em todas as áreas de actividade;	BAU/DPPF
2	Crescimento económico sustentado, com taxas médias de crescimento do PIB entre 7% e 8% por ano na Província;	INE

<i>Desenvolvimento Económico</i>		<i>Fonte</i>
3	Aumento de receitas fiscais provenientes do pagamento do IVA e IRT e diminuição de multas.	DPPF
4	Reduzida a burocracia através quer da simplificação dos procedimentos para obtenção de licenças e autorizações quer de uma maior coordenação entre as instituições do Estado intervenientes;	BAU
5	Até ao final de 2002 (a), em todas as instituições públicas provinciais e distritais, estarem divulgadas de maneira simples e entendível e postas à disposição do público, gratuitamente, todas as decisões, sistemas, normas, prazos, preçários, regulamentos e legislação referentes à licenças, autorizações, pagamento de impostos e taxas e aplicação de multas; salientando-se nas informações os direitos e obrigações dos investidores e das instituições públicas envolvidas;	BAU/DPPF e entrevistas ao sector privado
6	Empresários nacionais bem como estrangeiros atraídos para investir na Província, prioritariamente na área da exploração dos recursos naturais, processamento e comercialização dos produtos agro-pecuários e florestais e exploração turística;	DPIC
7	O empresariado local apoiado na procura de soluções para o desenvolvimento;	BAU/DPPF e entrevistas ao sector privado
8	Existência de novas instituições de crédito especializado particularmente para o desenvolvimento das actividades agro-pecuárias.	DPA/DPPF

7.1.3 *Segurança Alimentar*

<i>Segurança Alimentar</i>		<i>Fonte</i>
1	Aumentados os rendimentos das famílias rurais numa média de 10% por ano;	INE
2	Divulgada a Lei de Terra em todos os distritos e estabelecidos os mecanismos que garantem segurança da posse e uso de terra, particularmente pelo sector familiar;	DPA
3	Aumentados os serviços de extensão rural em zonas de risco e/ou vulnerabilidade à insegurança alimentar, principalmente nos distritos de Funhalouro, Mabote, Massinga/Chicomo, Panda/ Mawayela;	DPA/ONG
4	Fortalecido o sistema de aviso prévio ao nível distrital e melhorada a divulgação de informação em qualidade e oportunidade;	DPA/INGC
5	Fortalecidos os serviços meteorológicos e divulgada a informação regularmente para apoiar não só o sistema de aviso prévio, mas também outras actividades económicas como pesca, agricultura, turismo e serviços aéreos;	INGC/INAM
6	Fortalecida a capacidade de gestão de calamidades e elaborado um plano de emergência antecipado, preparado para vários cenários prováveis de desastres;	INGC

<i>Segurança Alimentar</i>		<i>Fonte</i>
7	Aumentados os volumes comercializados de produtos agro-pecuários, florestais e de pescas; (por um conjunto de medidas que, não sendo iguais para todos os distritos, envolvem como acções mais salientes: a recuperação da rede comercial, o funcionamento de mercados e feiras rurais, a participação de associações de produtores, acções de divulgação e formação sobre gestão e comércio, aumento do dinamismo comercial dos produtores, e o processamento da produção local);	DPA/DPPescas
8	Melhorado o acesso à informação de mercados e preços nas zonas rurais;	DPA/DPIC
9	Fomentada a produção pecuária como fonte de alimentos e de rendimentos;	DPA
10	Diversificado e aumentado o volume de produção das actividades económicas e fontes de rendimento nas zonas rurais, particularmente nos distritos de Funhalouro, Mabote, Massinga/Chicomo, Panda/ Mawayela;	DPA/DPIC
11	Alargados e intensificados os programas de educação comunitária relacionadas com saúde, nutrição, higiene e saneamento nas zonas rurais, prioritariamente nas zonas em risco e/ou vulnerabilidade à insegurança alimentar, ou seja, nos distritos de Funhalouro, Mabote, Massinga/Chicomo, Panda/ Mawayela.	DPS

7.1.4 *Infra-estrutura Técnica*

<i>Infra-estrutura Técnica</i>		<i>Fonte</i>
1	As estradas e pontes ligando as capitais distritais e postos administrativos mantidas em boas condições de circulação para garantir o escoamento de produtos agrícolas e matérias primas especialmente na zonas rurais e áreas mais desfavorecidas;	DPOPH/DPTC
2	Definir e divulgar a hierarquia de responsabilidades para a construção e manutenção das estradas;	DPOPH/DPTC
3	Desminadas as áreas actualmente habitadas e cultivadas, vias terciárias, áreas de elevado potencial agro-pecuário e áreas apropriadas para o turismo até 2010;	SP
4	Garantida energia eléctrica constante e da boa qualidade nas cidades e estendida a rede de energia à todas as sedes distritais até 2005;	DPRME
5	Aproveitado o gás de Pande como fonte de energia da Província;	DPRME
6	Aumentar a cobertura de abastecimento de água até 50% da população rural e 70% da população urbana até 2005;	DPOH
7	Divulgar a Política Nacional de Água em todos os distritos até 2003;	DPOH

<i>Infra-estrutura Técnica</i>		<i>Fonte</i>
8	Estabelecimento de parcerias com o sector privado e ONGs para formar membros das comunidades que garantam a manutenção das suas fontes de água, diminuindo o número de fontes avariadas anualmente;	DPOH
9	Redes telefónica e de rádio estendidas à todos os distritos até 2005.	DPTC
10	Alargada a rede informática aos principais centros de desenvolvimento económico, até 2005;	DPTC/DPCT/SP

7.1.5 *Desenvolvimento Humano*

<i>Desenvolvimento Humano</i>		<i>Fonte</i>
1	Redução da incidência de doenças mais frequentes na Província em 10% por ano;	DPS
2	Redução da taxa de mortalidade infantil para menos de 100/1.000	DPS
3	Redução da mortalidade materna intra-hospitalar;	DPS
4	Melhorado o acesso aos serviços de saúde básicos (e melhorada a qualidade dos cuidados de saúde prestados), principalmente em Funhalouro, Mabote e Panda;	DPS
5	Pessoal de nível elementar e comunitário formado em trabalho, para ter maiores competências clínicas em relação à terapêutica anti-malária, às infecções respiratórias agudas em idade infantil e ao HIV/SIDA;	DPS/NPCHIV/SIDA
6	Recolhida informação sistematizada sobre as actividades das parteiras tradicionais formadas e dos agentes polivalentes elementares “trabalhadores de saúde comunitária”. Realizada pelo menos uma iniciativa de formação em trabalho/ reciclagem por ano;	DPS
7	Melhorado o acesso ao ensino pré-universitário e universitário na Província;	DPEC
8	Redução da taxa de analfabetismo para menos de 40% na Província em 2010, aumentando a percentagem de mulheres alfabetizadas;	DPEC
9	Aumentada a taxa de escolarização para 80%, com 50% de raparigas.	DPEC

7.1.6 *HIV/SIDA*

<i>HIV/SIDA</i>		<i>Fonte</i>
1	Elaborado, até 2001, do Programa Provincial para a Prevenção e Combate ao HIV/SIDA;	NPC HIV/SIDA
2	Funcionamento dos Postos Sentinela de forma eficiente; resultados analisados cuidadosamente;	DPS

<i>HIV/SIDA</i>		<i>Fonte</i>
3	Apoiada e incentivada a formação de ONGs e grupos de auto-ajuda ligados à educação cívica e aconselhamento sobre DTS e HIV/SIDA;	DPS/ONGs/NP CHIV/SIDA
4	Realizados programas de educação cívica e outras acções preventivas essenciais de boa qualidade executados em todos os distritos e alcançando todos os sectores da sociedade civil, priorizando a mulher e o grupo etário económica e sexualmente activo (15-49 anos), estudantes e jovens fora da escola, jovens residindo em lares e fora da residência dos pais, camionistas, mulheres sem formação, trabalhadoras de sexo, crianças de rua portadores de DTS e presidiários;	DPS/ONGs/NP CHIV/SIDA
5	Garantida a disponibilidade de preservativos, particularmente para programas de distribuição gratuita em grupos vulneráveis;	DPS/ONGs/NP CHIV/SIDA
6	Aumentado o uso de preservativos como meio de planeamento familiar e protecção contra DTS/SIDA através de programas de educação cívica e planeamento familiar;	DPS/ONGs/NP CHIV/SIDA
7	Todos os sectores do Governo incluem em seus programas e planos uma componente de “Prevenção e combate ao HIV/SIDA”;	DPS/ONGs/NP CHIV/SIDA
8	Introduzida educação e gabinetes de aconselhamento sobre DTS/SIDA em locais de trabalho e escolas secundárias (para professores e alunos com idade superior a 12 anos);	DPS/ONGs/NP CHIV/SIDA- DPEC
9	Introduzidos assuntos de educação básica de boa qualidade e pedagogicamente elaborados, sobre comportamentos sexuais, DTS e HIV/SIDA em programas específicos para escolas primárias;	DPS/ONGs/NP CHIV/SIDA
10	Estudadas, nos distritos mais em risco, práticas tradicionais que podem ser usadas para maior e mais eficiente divulgação das medidas preventivas e apoiadas as comunidades para introdução desta componente nessas práticas (por exemplo ritos de iniciação);	DPS/ONGs/NP CHIV/SIDA
11	Apoiados os médicos tradicionais para inclusão de medidas preventivas contra DTS e HIV/SIDA nas suas práticas;	DPS/ONGs/NP CHIV/SIDA
12	Reforçada a capacidade de diagnóstico do HIV/SIDA nos laboratórios para a detecção de DTS;	DPS/ONGs/NP CHIV/SIDA

7.1.7 Meio-Ambiente

<i>Meio -Ambiente</i>		<i>Fonte</i>
1	Comunidades participando e beneficiando da protecção e manejo sustentável dos recursos naturais;	DPAA/DPA/DP TUR
2	Planos de manejo elaborados e em execução para os 3 Parques Nacionais;	DPTUR

<i>Meio -Ambiente</i>		<i>Fonte</i>
3	Erosão costeira mitigada nas zonas mais em risco, particularmente em Maxixe, Morrumbene, Jangamo, Inhassoro e Mabote;	DPAA
4	Planos de ordenamento territorial elaborados pelo menos nos distritos de Govuro, Inhassoro, Vilankulos, Massinga, Inharrime e nas cidades de Maxixe e Inhambane;	DPAA, DPA (Serv. Prov. Geog e Cadastro)
5	O sistema de saneamento básico e drenagem nas cidades e vilas melhorado e em funcionamento	Municípios

7.1.8 Governação

<i>Governação</i>		<i>Fonte</i>
1	Reduzida a incidência da corrupção;	Procuradoria Provincial/ Entrevistas à cidadãos/PRM
2	As Actas e decisões do Governo Provincial estarem disponíveis ao público;	SP
3	Elaborado e executado o programa para o fortalecimento e modernização do aparelho de estado;	SP
4	Melhoradas as condições de trabalho das instituições de Estado e as condições de vida dos seus quadros, em pelo menos, metade dos distritos da Província, dando particular prioridade às instituições de justiça;	SP
5	Fortalecida a capacidade do estado e dos seus funcionários; quadros distribuídos de forma equitativa entre os distritos;	SP
6	Melhorada a eficiência, a eficácia e a qualidade na prestação de serviços do estado, utilizando assim os recursos disponíveis de forma mais eficiente;	SP
7	Simplificados os procedimentos burocráticos e administrativos;	SP
8	Os diversos sectores prestam contas sobre a utilização de todos os fundos disponibilizados, e a análise dessa prestação de contas é pública;	SP/DPPF
9	Divulgadas e/ou facilmente transmitidas de forma clara e facilmente compreensível pelo cidadão normal, as normas, regulamentos e procedimentos exigíveis aos cidadãos;	Procuradoria Provincial/ Entrevistas a cidadãos
10	Todo o cidadão beneficiário dos serviços de Estado, sem qualquer exclusão ou diferenciação, é considerado um cliente do Governo que deve ser respeitado e tratado com consideração;	SP/ Entrevistas a cidadãos

<i>Governança</i>		<i>Fonte</i>
11	Existe melhor coordenação, cooperação, colaboração, comunicação e diálogo entre instituições do Governo em prosseguimento dos objectivos comuns;	SP
12	Pelo menos metade dos distritos da Província elaboram o seu próprio Plano de Desenvolvimento, e iniciam a sua implementação, avaliação e revisão;	SP
13	Asseguradas a Paz, a Segurança e a Ordem Pública.	PRM/ Entrevistas a cidadãos

7.1.9 *Participação e Empoderamento*

<i>Participação e Empoderamento</i>		<i>Fonte</i>
1	As instituições do Estado, de forma coordenada, possuem mecanismos para consultas públicas sistemáticas e a todos os níveis, sobre assuntos fundamentais para a vida da Província, como Planificação e seu controlo, legislação a ser promulgada, introdução de novos regulamentos, etc.; estes mecanismos incluem a constituição de <i>fóruns</i> consultivos representativos das várias vontades da província;	SP/ G20/Entrevistas à cidadãos
2	Implementada a coordenação, cooperação, colaboração, comunicação e diálogo entre o Governo e o sector privado, ONGs, e sociedade civil no prosseguimento dos objectivos comuns;	SP/ G20/Entrevistas a cidadãos
3	Aumentado o número de associações, ONGs locais, e grupos de auto-ajuda e advocacia na Província;	SP/ G20/Entrevistas a cidadãos
4	Os indicadores para monitoria e controle incluem indicadores sobre a participação efectiva da sociedade em todas as fases do processo, em particular sobre a participação de grupos desfavorecidos;	G20, FOPROI
5	Existência na província de uma atitude mais positiva e inclusiva dos grupos desfavorecidos, os quais possuem maiores oportunidades para participar em decisões que afectam a sua vida.	G20, FOPROI

7.2 *Organização do Trabalho de Campo do Inquérito*

Cada distrito teve duas equipas para recolha de dados. Cada equipa era composta por: um Controlador; quatro Inquiridores e, um Motorista. De acordo com a estrutura hierárquica, a linha de dependência na operação de campo foi a seguinte:



O exercício de recolha, análise e redacção do relatório levou cerca de oito (8) semanas. Das quais 4 foram gastas no trabalho de campo - deslocação aos distritos, aplicação dos questionários ao cidadão, comunitário e ao empresariado local assim como contactos e recolha de informação das direcções provinciais, administrações distritais e municípios e outras quatro (4) para análise e compilação dos dados, apresentação dos resultados preliminares ao governo.

O grupo de trabalho foi constituído por 31 pessoas, designadamente: docentes (5); estudantes (20); estatísticos (2); e codificadoras (4).

7.2.1 Responsabilidades dos Agentes

Direcção Central - A Direcção Central era composta pela UEM-ESHTI e os técnicos centrais. Esta Direcção foi responsável pela condução técnica e administrativa do inquérito em todas as suas etapas e fez a avaliação, controle e supervisão do desenvolvimento de todas as operações.

Controlador(a) - foi o responsável directo pela supervisão diária do trabalho de campo. Tinha como tarefas apoiar permanentemente, o pessoal ao seu cargo, controlar e avaliar o trabalho dos inquiridores e do motorista e, subordinava-se directamente aos técnicos centrais.

Inquiridor(a) - foi o responsável pela recolha da informação e preenchimento dos questionários do inquérito, através de entrevistas directas aos membros dos agregados familiares seleccionados.

Motorista - foi o responsável pela condução, segurança e manutenção do veículo que transportava a equipa de recolha de dados.

7.2.2 Treinamento dos Inquiridores

O treinamento do pessoal de campo foi conduzido pelos técnicos/supervisores centrais e, compreendeu sessões teóricas sobre a condução da entrevista, entrevistas simuladas na sala e sessões de prática no terreno.

Antes de cada sessão diária de formação os inquiridores tinham de estudar cuidadosamente o Manual do Inquiridor e os questionários, anotando todas as dúvidas, para serem dissipadas na sessão seguinte.

A fim de assegurar a uniformidade da formação e dos procedimentos de trabalho de campo, todo o pessoal de campo foi formado ao mesmo tempo por técnicos e docentes da Escola Superior de

Hotelaria e Turismo de Inhambane. As equipas receberam treinamento teórico-prático durante sete dias através de aulas de exposição, dinâmica de grupo, dramatização, exercícios e prática de campo. O curso decorreu de 01 a 07 de Outubro de 2009, na Cidade de Inhambane, onde participaram um total de 32 candidatos a inquiridores. Destes, foram apurados 24 inquiridores para condução do trabalho de campo. Dada a diversidade étnica e linguística de Inhambane, todos os participantes eram originários dos distritos onde deveriam trabalhar e falavam fluentemente os idiomas predominantes nessas zonas.

No fim do curso, todos os candidatos a inquiridores foram submetidos à prova de avaliação e, posteriormente, foram seleccionados os melhores para integrarem as respectivas brigadas. Os últimos classificados ficaram na reserva, podiam ser chamados a qualquer momento, em caso de desistência, incapacidade técnica ou expulsão dos seleccionados.

Este Manual foi elaborado para estar à disposição do pessoal do campo que irá recolher os dados junto as famílias seleccionadas. As recomendações concernentes às técnicas de entrevistas e às instruções específicas sobre o preenchimento do questionário vêm contidas neste Manual. O inquiridor deve levar sempre consigo este documento durante o trabalho de campo, a fim de poder efectuar as consultas necessárias em caso de dúvida.

7.2.3 Recolha de Dados dos Elegíveis de Cada Sexo

A actividade de recolha de dados teve lugar de 09 a 24 de Outubro de 2009 e decorreu ao mesmo tempo nos distritos amostrais. A recolha de informação sobre cada pessoa elegível era feita junto a própria pessoa. Na ausência deste elegível, devia-se marcar outra altura provável de encontrá-lo e, seguir para a pessoa seguinte ou para o agregado seguinte. Ninguém respondia em nome do outra pessoa, cada uma declarava por si própria e, pessoas alheias à entrevista eram sistematicamente isoladas ou dispensadas.

Em alguns agregados poder-se-á ter mais de uma pessoa elegível para entrevista por sexo. Deste modo, recomendou-se o uso do quadro de números aleatórios (Kish, 1995) para selecção de única mulher ou único homem respondente da entrevista.

7.2.4 Processamento de Dados

A entrada de dados começou em Novembro de 2009, duas semanas após o término da recolha. As actividades de processamento do inquérito envolveram processos manuais e automáticos: recepção e verificação dos questionários, crítica (revisão e codificação), digitação, edição e análise de inconsistências. O trabalho de processamento contou com um Crítico-Codificador, um Programador-Chefe de informática e quatro Digitadores.

Para a entrada de dados usou-se o software interactivo *CSPRO (Census and Survey Processing System)*, para micro-computadores, programa desenhado especialmente para agilizar a digitação dos dados, crítica, obtenção de frequências e tabulações. CSPRO é a combinação de interfaces de IMPS e ISSA no ambiente Windows. Este programa permite verificar interactivamente os

intervalos das variáveis, detectarem inconsistências e controlar o fluxo interno dos dados durante a digitação dos questionários.

7.2.5 *Controle de Qualidade*

O trabalho de campo contou com estreita supervisão e controle de qualidade por parte dos técnicos da ESHT de Inhambane.

Além disso, durante a recolha de dados foi estabelecido um rigoroso controle ao nível de cada equipa sobre o processo de recolha, mediante a detecção de erros por parte da crítica de campo, o que permitiu a correcção imediata ainda no terreno. No nível da coordenação central, os críticos de dados fizeram revisão adicional dos questionários e os problemas encontrados eram comunicados às respectivas equipas.

O processamento interactivo e por lotes de informação através do programa CSPro permitiu, ainda, a nível central, a obtenção periódica de resultados parciais, para análise dos dados recolhidos até dado momento, mediante a produção de quadros para acompanhamento e controle de qualidade. Os resultados dessas tabulações foram reportados em retro alimentação às inquiridoras, assegurando a qualidade dos dados.

7.2.6 *Dificuldades Encontradas e como Foram Superadas*

Algumas dificuldades foram encontradas ao longo da recolha e processamento de dados:

- a) A resposta aos pedidos de informação, por parte de algumas instituições, foi mais demorada do que o previsto, dificultando a sua análise atempadamente.
- b) Dificuldades na recolha de informação no terreno, aquando da realização do inquérito aos cidadãos, quer em transporte, quer na relutância por parte dos inquiridos em responder ao inquérito alegando a insatisfação na solução dos seus problemas.
- c) Dificuldades em avaliar os objectivos que não apresentavam claramente os instrumentos de medida/controle (como as metas e os prazos). Na ausência de metas e prazos em alguns objectivos estratégicos, procedeu-se a avaliação qualitativa olhando-se para a relevância das acções desenvolvidas para o cumprimento desses objectivos a partir dos balanços quinquenais apresentados pelas direcções provinciais e pelas entrevistas realizadas aos cidadãos, aos líderes comunitários e aos empresários locais.
- d) Falta de Planos Económico e Sociais do Orçamento dos Distritos (PESOD's) 2000-2004.

Uma das razões para as dificuldades descritas nos pontos acima foi a coincidência do período de recolha de informação com o período da campanha eleitoral. Altura em que grande parte das direcções provinciais, administrações distritais, municípios, líderes comunitários e outros se encontravam empenhados na referida campanha.

Outra razão estaria relacionada com o pouco conhecimento por parte das direcções provinciais e distritais dos objectivos estratégicos do PEP 2000-2009, e as actividades realizadas por essas instituições estariam orientadas por outros objectivos, dificultando, de certa forma, a avaliação do PEP em causa.

Como forma a colmatar essas dificuldades, a equipa de pesquisa solicitou a intervenção da Direcção Provincial de Plano e Finanças para intermediar junto das instituições para que estas facultassem as informações após o que a maior parte delas e os distritos responderam positivamente fornecendo a equipa as informações que permitiram realizar a presente avaliação.

7.3 Quadros Diversos

Quadro 38. Incidência das doenças mais frequentes no período entre 2000-2009

Anos	Doenças mais frequentes			
	Malária	Diarreia	Tuberculose	HIV/SIDA
2000	71,983	26,789	911	273
2001	86,861	23,194	975	230
2002	81,036	26,282	1,140	743
2003	79,336	24,445	1,152	1,289
2004	557,218	27,125	836	1,239
2005	500,521	31,220	944	40,233
2006	117,544	28,009	1,023	41,146
2007	505,700	30,331	1,076	4,208
2008	461,709	34,864	2,074	4,546

Fonte: DPS-Inhambane (2009)

Quadro 39. Distribuição de Unidades Sanitárias por Distritos e sua Evolução Anual

Distrito	Evolução da Rede Sanitária por ano – 2000-2009									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Funhalouro	3	3	4	4	4	4	4	4	4	4
Govuro	4	4	6	6	7	7	7	7	7	7
Homoine	12	12	11	11	11	12	11	11	11	11
Inharrime	6	6	6	6	7	7	7	7	8	7
Inhassouro	4	4	4	4	5	4	4	4	4	4
Jangamo	5	5	5	5	5	5	6	6	6	6
Mabote	2	2	4	4	5	5	5	5	5	5
Massinga	10	11	9	10	10	10	10	10	10	12
Cidade de Maxixe	5	6	7	7	9	9	9	10	11	11
Morrumbene	8	8	9	9	9	9	9	9	9	9
Panda	4	4	5	5	5	5	5	5	5	5
Vilankulo	6	6	5	5	8	8	8	8	8	9
Zavala	8	8	10	10	11	11	11	11	11	11
Cidade de Inhambane	8	8	9	9	9	9	9	9	9	9
TOTAL	85	87	94	95	105	105	105	106	108	110

Nota: incluiu-se o HR de Chicuke na Cidade de Maxixe

Fonte: DPS-Inhambane (2009)

Quadro 40. Evolução da rede escolar por níveis – 2000 -2009

NÍVEIS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	% Evol/00/09
EP1	547	562	580	605	623	647	657	674	707	720	31.63
EP2	70	75	81	90	106	127	140	161	200	242	245,7
ESG1	10	13	13	13	13	14	16	19	19	20	100.0
ESG2	2	2	2	3	3	3	6	6	7	7	250.0
ETP	3	3	3	3	3	4	4	4	4	4	33.3
IFP	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	50.0
ES	S/I	S/I	S/I	1	2	2	3	4	5	5	400
AEA	43	67	106	177	194	217	223	194	174	176	309.3

Fonte: DPEC-Inhambane (2009)

Quadro 41. Evolução das Taxas de participação da Rapariga 2000-2008

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
níveis	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
EP1	47.4	47.9	49	49	49.2	49.5	49.3	49.5	49.5	49.5
EP2	43.9	45.4	45	46	47.2	47.2	48.6	49.6	49.8	50.6
ESG1	41.9	41.3	43	45	45.5	46.1	47.8	49.8	51.3	51.8
ESG2	35	34,6	32.6	42	13.6	34.9	40.1	41.5	45	45.9
ETP	23.9	24.6	31.7	27	28.5	17.7	32.7	35.2	39.5	36.1
AEA	-	-	-	-	-	81.9	82.3	85.9	85.4	86.7

Fonte: DPEC-Inhambane (2009)

Quadro 42. Associações Registadas

Associações criadas a Luz da Lei 8/91 de 4 de Março		
(Período 2000 a 2009)		
DESIGNAÇÃO		REGISTADAS
CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E NOTARIADO DE INHAMBANE		
Associação de desenvolvimento Comunitário de Mawaela		Registadas
Associação Ungassali Nzako de Machokue		Registadas
Associação Comunitário de Desenvolvimento Comunitário Kildlimuca Uwana Nhuwko chivalo		Registadas
Associação Ahefambenini Ntiro		Registadas
Associação Cultural para o Desenvolvimento Sustentável (ACDES)		Registadas
Associação Agro-pecuária Nhdayerye		Registadas
Associação Agro-pecuária Muahuvanhane		Registadas
Associação Grupo Teatral Guitataru		Registadas
Associação A.JA.I		Registadas
Associação dos Estudantes Moçambicanos em Cuba		Registadas
Associação Gunduru Gumbeni		Registadas

Associações criadas a Luz da Lei 8/91 de 4 de Março (Período 2000 a 2009)		
Associação Criança Esperança A.C.E		Registadas
Associação rede Família semente de Humanidade		Registadas
Associação Movimento dos Camponeses da Província de Inhambane		Registadas
Associação de Centro de Desenvolvimento Humano “CDH		Registadas
Associação Pessoas vivendo com HIV/SIDA e Simpatizantes “KURULLA”		Registadas
CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E NOTARIADO DE MASSINGA		
Associação União de camponeses de Mavume - Funhalouro		Registadas
Associação dos Agricultores de Rovene		Registadas
Associação dos Operadores Semi-Industrial Florestais Madeiros de Inhambane		Registadas
Associação de Indudo		Registadas
Associação Tsinela de Massinga		Registadas
CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E NOTARIADO DE VILANKULO		
Associação KANHI KWEIHO		Registadas
Associação Moçambicana dos Pescadores/Inhassoro		Registadas
Associação AJOAGO		Registadas
Associação Hi takuyini		Registadas
Associação Ntamo		Registadas
Associação Kutlhatheka		Registadas
Associação Kulwa ni Wusiwana		Registadas
Associação Vuka Moçambique		Registadas
Associação Kuvululelwa		Registadas
Associação Boa Sorte		Registadas
Associação Kosani		Registadas
Associação Gezu ga Wasati		Registadas
Associação Thomba Yedhe		Registadas
Associação Ajogogo		Registadas
Associação Kukula		Registadas
Associação Kuzuanana		Registadas
Associação Comité de Gestão dos recursos Naturais de Chigamane		Registadas
Associação dos Amigos de vilankulos		Registadas
Associação Agrária Caminho da Vitória de Chicungussa		Registadas
Associação Kurula HIV/SIDA		Registadas
Associação dos transportadores Local de Massinga “ATLM”		Registadas
Associação Movimento de Camponeses de Inhambane		Registadas
CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E NOTARIADO DE MAXIXE		
Associação dos Camponeses para defesa da Comercialização de Inhambane, ACADECI Nyandayeye		Registadas
Associação Mahlahle		Registadas
Associação Ajudinha		Registadas
Associação Instituto Islâmico Ubay Bin Kaaba		Registadas
Associação Liwenigo		Registadas
Associação dos pescadores dos da Maxixe, Norte Chicuque APMC		Registadas

Associações criadas a Luz da Lei 8/91 de 4 de Março (Período 2000 a 2009)		
Associação dos pescadores de Chicuque (Ligoga) HIV-SIDA		Registadas
Associação Nhamai Nissanana "AMISA"		Registadas
Associação Irmãos Unidos de Cumbana Agrícola de Morrumbene		Registadas
CONSERVATORIA DO REGISTO CIVIL DE GOVURO		
Associação KUKUIA Portador de deficiências de Govuro		

Fonte: DPRegistos e Notariado – Inhambane (2010)

Quadro 43. Resumo dos tribunais Comunitários distribuídos em diversas Localidades e Bairros.

CIDADE/DISTRITO		TRIBUNAIS EM FUNCIONAMENTO
Designação	Período de (2000 A 2009)	
Inhambane	Bairro Josina Machel, Siquiriva, Machavenga, Muélé Bairro Liberdade-3, Conguiana, Chamane. Chalambe 1 e, Guitamabtunu.	8
Zavala	Localidade de Muane, Maculuva, Zavalene, Chissibuca, (Bairro), Sede Quissico Povoado de Mazivila, Localidade Ngomuane, Localidade de Zandamela.	9
Panda	Localidade Sede, Nhassune e Mawaela, Bilanhane, jojo.	5
Massinga	Localidade Sede Massinga, Ravene, Guma, Lionzuane.	4
Jangamo	Localidades Magaiça, Marumuana, Nhacoja, Cumbana.	4
Inharrime	Localidades Chacane, Mahalamba, Nhapadiane Dongane e Inombe	5
Govuro	Localidades Chimunda, Save e Maluvane	3
Funhalouro	Localidade Manhiça e Mavume	2
Maxixe	Bairro Tinga-Tinga e Rumbana, Localidades Bembe, Nhabanda, Chambone Sede e Macuamene	6
Vilankulo	Localidades Belane, Pambara e Mapinhane e Quewene	4
Mabote	Localidade Sede, Zinave	2
Inhassoro	Localidades Nhapel, Maimelane, Cometela	3
Morrumbene	Localidades de Malaia, Sitila, Mucodoene e Gotite	4
Homoine	Localidades Chizapela, Pembe, Inhamussua, Mubecua, Manhica, Golo	6
Total		65

Fonte: DPRegistos e Notariado – Inhambane (2010)

Quadro 44. Informação do sector hidráulico

<i>Distrito</i>	<i>Nº Sistemas</i>	<i>Área Irrigada (ha)</i>	<i>Tipo de sistema</i>
-----------------	--------------------	---------------------------	------------------------

Panda	6	321	Sub-regadio (3), drenagem (2) e motobomba com tubagem (1)
Funhalouro	5	7,2	Linha de tubagem com motobomba (3) e gota-a-gota (2)
Mabote	2	15	Gota-a-gota (1) e motobomba com tubagem (1)
Govuro	1	12	Tubagem com motobomba
Inhassoro	5	96	Tubagem com motobomba (1); aspersão (3); painel solar com linha de tubagem
Vilankulo	1	6	Gota-a-gota
Inharrime	2	15,5	Gota-a-gota (1) e canal aberto com tubagem
Morrumbene	8	407	Sub-regadio (4); tubagem com motobomba (1) e painel solar (3)
Jangamo	6	61	Aspersão (2); tubagem com motobomba (2); sub-regadio (1) e misto (gravidade e aspersão) - 1
Homoine	1	5	Aspersão
Inhambane	2	1,5	Aspersão, gota-a-gota e linha de tubagem
Massinga	8	686	Aspersão (2); gota-a-gota (1); sub-regadio (4) e misto (gravidade e aspersão)
Maxixe	1	300	Sub-regadio
Zavala	4	2,5	Gota-a-gota (3) e aspersão (1)
Total	52	1.935,70	

Fonte: DPA – Inhambane (2010)

Quadro 45. Pedidos de DUAT (2000-2009)

Categoria	No	Área (ha)	Obs.
Pedidos registados	3.782	1.133.624,93	
Pedidos autorizados	3.688	1.085.152,76	
Pedidos revogados/extintos	22	451,23	Incumprimento do plano de exploração
Pedidos indeferidos	64	7.161,27	Irregularidades diversas
Pedidos cancelados	8	40.859,67	Por não reunir requisitos

Fonte: DPA – Inhambane (2010)

Quadro 46. Terrenos Demarcados

Terrenos demarcados		Pelos SPGC		Pelos agrimensores ajuramentados	
Nº total	Área	Nº total	Área	Nº total	Área
955	50.702,34	787	18.056,34	168	32.646,00

Fonte: DPA – Inhambane (2010)

Quadro 42: Terras Comunitárias

Nº delimitações	Área (ha)	Nº certificados oficiais	Nº agregados familiares	Nº pop. beneficiária
14	595.254,92	11	13.230	55.200

Fonte: DPA – Inhambane (2010)

Quadro 47. Pessoas Entrevistadas

Nome do entrevistado	Função e local de trabalho	contactos	Data e hora e local da entrevista
Sr. Jaime Francisco	Chefe de secção Provincial de Observações - INAM	82 6294199	21/09/09 – 09:00 hras INAM
Eng. Julião Machava	Planificação - DPAA	824506740	21/09/09 – 10:00 hras DPAA
Sr. Seventino	Planificação - DPOPH		21/09/09 – 11:00 hras DPOPH
Sr. Teixeira Chamusso	Chefe de Departamento de planificação - DPEC	82 4244630 tchamusso@yahoo.com.br	23/09/09-11:00 hras DPEC
Sr. Benedito	Chefe do Gabinete	293 21061	23/09/09-9:00 hras Comando da PRM
Sr. Basílio	Dep. Planificação - DPS	82 4594350	28/09/09-9:00 hras DPS
Sr. Dias	Dep. Planificação – NPCHIV/SIDA-Inhambane		
Sr. Raufo Usta	Presidente - FOPROI	827172489	23/12/09-12:00 - ESHTI
Adérito Ismael	Chefe do Projecto Handicap International - Inhambane	82 3234970 himoziba@teledata.mz	24/12/2009 – 8:30h Handicap International - Ibane
Eng. Julião Machava	Dep. Planificação DPCAI	82 4506740	21/12/2009 – 8:30h DPCAI
dr. Custódio Guilherme	Director Provincial dos Recursos Minerais e Energia	293 20526	22/12/2009 – 9:00h DPRME
	Secretária permanente do Distrito de Jangamo		
	Secretário Permanente do Distrito de Mabote		
Sr. Mirobalde	Secretário Permanente do Distrito de Funhalouro		
Sr. Isac	Técnico da DPA	82 4263380	29/10/09

8 REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- Concelho Municipal Da Cidade De Inhambane (2009). *Envio de Informação. Ref^a 704/ESHTI/2009*. Inhambane
- Direcção Provincial de Educação e Cultura de Inhambane (2009). *Evolução da rede e do efectivo escolar de 2000-2009*.
- Direcção Provincial de Saúde Inhambane – Departamento Provincial de Planificação e Cooperação (2009). *Balanço do Plano Estratégico Provincial 2000-2009*
- Direcção Provincial Para A Coordenação Da Acção Ambiental (2009). *Relatório - Balanço de Meio Termo do Programa Quinquenal (2005-2008)*. Inhambane
- Governo da Província de Inhambane (2000). *Plano Estratégico do Desenvolvimento da Província de Inhambane. Visão estratégica para o Desenvolvimento da Província*. Com o apoio do Projecto DESOPOL. Inhambane, Novembro de 2000. República de Moçambique.
- Governo da Província de Inhambane (2004). *Balanço do Programa quinquenal do Governo 2000-2004*. Inhambane. República de Moçambique.
- Governo da Província de Inhambane (2007). *Relatório sobre a situação sociopolítica e económica e balanço do PES/2006 da Província de Inhambane*. Inhambane, Maio de 2007. República de Moçambique.
- Governo da Província de Inhambane (2009). *Relatório sobre a situação sociopolítica e Económica e Balanço do PES/2008, elaborado por ocasião da visita de Sua Excelência o Presidente da república, Armando Emilio Guebuza à Província de Inhambane*. Inhambane, Fevereiro/2009. República de Moçambique.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) – Delegação Provincial de Inhambane (2008). *Anuário Estatístico de Inhambane*.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) – Delegação Provincial de Inhambane (2009). *Resultados do Inquérito sobre indicadores múltiplos 2008 (MICS)*. Apresentado ao governo provincial a 12 de Fevereiro de 2009.
- Núcleo de Combate ao HIV/SIDA de Inhambane (2009). *Informação sobre as actividades desenvolvidas pelo NPCCS em Inhambane nos últimos 5 anos*.
- Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2000-2004 (PARPA I)
- Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II)
- PNUD (2001). *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique 2001*. programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Maputo.
- RM- Governo da Província de Inhambane – Secretaria Provincial (S/A). *Relatório Balanço do II Conselho Coordenador do Ministério da Função Pública*.
- RM- Governo da província de Inhambane (2001). *Conferência dos Investidores de Inhambane*.
- RM- Governo da Província de Inhambane- Delegação Provincial de Meteorologia (2009). *Meteorologia vista por dentro e por fora (2000-2009)*.
- RM- Província de Inhambane- Governo do Distrito de Morrumbene (2009). *Relatório do Quinquénio 2000 -2004*.

- RM- Província de Inhambane- Governo do Distrito de Morrumbene (2009). *Relatório do Quinquénio 2004 -2009*.
- RM-Governo da província de Inhambane (2001). *Perfis dos Distritos e Oportunidades de investimento privado* – Conferência de Investidores.
- RM-Governo da província de Inhambane-Gabinete Provincial de prevenção e Combate a Droga (2009). *Envio de informação. Refa. 147/GPPCDI/2009*. (doc. de 1 pagina)